

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**A CONTROVÉRSIA EM TORNO DO PROJETO DE LEI 122/2006: Uma  
análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia.**

**Autora: Paula Andréa Gomes Bortolin**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Sales**

**GUARULHOS  
FEVEREIRO DE 2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**A CONTROVÉRSIA EM TORNO DO PROJETO DE LEI 122/2006: Uma  
análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia.**

**Autora: Paula Andréa Gomes Bortolin**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais. Linha de Pesquisa: Corpo, Sexualidade, Práticas Simbólicas.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Sales**

**GUARULHOS  
FEVEREIRO DE 2018**

BORTOLIN, Paula Andréa Gomes.

A controvérsia em torno do Projeto de Lei 122/2006: uma análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia/ Paula Andréa Gomes Bortolin. – Guarulhos, 2018.

148f.

Dissertação Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, 2018.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lílían Sales

The controversy about Bill (Proposition of Law) 122/2006: na analisys about the evangelical parliamentarians opposition against the outlawing of homophobia

1. Controvérsias Públicas. 2. Criminalização da Homofobia. 3. Pentecostalismo 4. Homossexualidade. I Sales, Lilian. II A controvérsia em torno da Criminalização da Homofobia.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:** Prof. Dr. Bruno  
Konder Comparato

**VICE-COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Tatiana Savoia Landini

**SECRETÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:** Rafael Ferreira

**GUARULHOS  
FEVEREIRO DE 2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**A CONTROVÉRSIA EM TORNO DO PROJETO DE LEI 122/2006: Uma  
análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia.**

Presidente da banca:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Melvina Afra Mendes de Araújo

Banca examinadora:

Dr. Aramis Luis Silva

Dr<sup>a</sup> Raquel Sant' Ana

**GUARULHOS  
FEVEREIRO DE 2018**

*Ao único pedacinho que me sobrou da minha mãe, único e o melhor que ela  
poderia ter me deixado: Louse.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha orientadora Lilian pela dedicação e paciência em me instruir nesse processo e em me dar força nos momentos difíceis. Muitos vezes, quando pensei que não conseguiria alcançar meus objetivos, ela não deixou que eu desanimasse. Muitas vezes quando eu achei que não seria capaz, ela acreditou em mim. Muitas vezes em que não acreditaram que eu poderia ser capaz, ela me instigou a ter coragem para seguir, me incentivando a não desistir.

Sou grata a toda sua generosidade e dedicação em me orientar no campo da pesquisa, sempre disposta a compartilhar comigo suas experiências e saberes. Obrigada por me conduzir na vida acadêmica ao longo destes anos, sobretudo por ensinar-me a pensar, refletir, escrever enquanto pesquisadora.

Meu imenso obrigado a minha irmã por me incentivar desde sempre a ler, instigando minha imaginação a me levar para qualquer “lugar” que eu quisesse estar. Obrigada pelo seu amor.

Agradeço ao meu pai pelo seu amor, força e incentivo. Seu apoio sempre foi fundamental.

Obrigada, Dani Oliveira, Júnior Jacob, Jéssica Melo, Raquel Suely, Fernando Filho, Gabriela Peters, Kathellen Ângulo, Lenon Bortolin e Iann Longhini pela amizade, apoio e incentivo.

Agradeço a contribuição dos professores que participaram do meu exame de qualificação: Aramis Luis Silva e Christina Vital, suas pontuações foram fundamentais para a finalização desse trabalho.

Agradeço a biblioteca Mário de Andrade, pertencente à prefeitura de São Paulo, por conceder o acesso ao seu arquivo de periódicos, possibilitando uma análise dos seguintes jornais: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

## **RESUMO**

O Projeto de Lei 122/2006, proposto com o objetivo de criminalizar o preconceito e a discriminação por orientação sexual sofreu forte oposição de parlamentares evangélicos. Estes atores se articularam para coibir a votação do projeto em questão. Uma série de justificativas em oposição à criminalização da homofobia foi produzida na mídia, no sentido de arregimentar força e legitimidade aos argumentos e posicionamentos contrários. O objetivo central dessa pesquisa é mapear essa controvérsia, especialmente o polo contrário da disputa. Nossa análise pretende desvendar as gramáticas, categorias e princípios gerais acionados na construção das falas dos atores evangélicos (individuais ou coletivos), buscando compreender quais elementos foram mobilizados para adensar generalidade e confiabilidade às justificativas.

**Palavras-chave:** Controvérsias, Criminalização da Homofobia, Pentecostalismo, Homossexualidade.



## **ABSTRACT**

Bill (proposition of Law) number 122/2006 (known in Brazil as “Projeto de Lei 122/2006”), was proposed aiming to outlaw prejudice and discrimination based on sexual orientation. It suffered strong opposition from evangelical parliamentarians. Those agents opposing the bill organized themselves to curb it into going to voting. A series of justifications were used to oppose the outlawing of homophobia in the media, seeking to bring together strength and legitimacy to its arguments and positions. The main goal of this research is to map such controversy, focusing the group opposing the bill. This analysis pretends to uncover the grammar, the categories, and the general principles used in the speeches and writings of the evangelical actors (individual or collectives), looking out to understand which elements were mobilized to thicken generality and reliability to these perspectives.

**Keywords:** Controversies, Outlawing of homophobia, Pentecostalism, Homosexuality.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AD	Assembleia de Deus
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BPC	Igreja Evangélica Brasil para Cristo
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CC	Congregação Cristã
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
GSMP	Grupo de Sociologia Política e Moral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
MEC	Ministério da Educação
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social-Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PST	Partido Social Trabalhista
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático do Brasil
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal
TP	Teologia da Prosperidade

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
------------------------	-----------

### **CAPÍTULO I: LIDERANÇAS EVANGÉLICAS OCUPANDO A ARENA POLÍTICA. PARLAMENTARES EVANGÉLICOS ARTICULADOS CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA.....**

<i>Apresentação da Controvérsia.....</i>	<i>25</i>
<i>O Contexto da Controvérsia.....</i>	<i>30</i>
<i>O PL 122/2006 em números.....</i>	<i>34</i>
<i>Mapeamento dos jornais de grande circulação nacional.....</i>	<i>34</i>
<i>Mapeamento da mídia evangélica.....</i>	<i>40</i>
<i>Os Atores de destaque.....</i>	<i>44</i>
<i>Religião e Espaço Público.....</i>	<i>55</i>
<i>O início de tudo: o surgimento do protestantismo no Brasil.....</i>	<i>60</i>
<i>O fenômeno pentecostal.....</i>	<i>63</i>
<i>Os Evangélicos e a Política.....</i>	<i>71</i>
<i>Crescimento numérico e inserção na arena política.....</i>	<i>71</i>
<i>A ameaça a família e a vida.....</i>	<i>74</i>
<i>A inserção na arena midiática.....</i>	<i>76</i>
<i>De pentecostais a evangélicos.....</i>	<i>78</i>
<i>Estratégias e Campanhas Eleitorais Evangélicas.....</i>	<i>81</i>
<i>Frente Parlamentar Evangélica.....</i>	<i>86</i>

### **CAPÍTULO II: A HOMOSSEXUALIDADE: NATURAL OU ANTINATURAL? PECADO X DIVERSIDADE SEXUAL.....**

<i>Naturalizando a sexualidade: uma análise dos argumentos que atribuem o caráter intrínseco da heterossexualidade.....</i>	<i>88</i>
<i>Estudo de gênero e sexualidade: um pequeno histórico.....</i>	<i>97</i>
<i>Discursos sobre a construção da homossexualidade: ser gay é um comportamento aprendido! ?.....</i>	<i>101</i>
<i>Homossexualidade: posseção e comportamento social.....</i>	<i>103</i>
<i>Valorização e aceitação da homossexualidade na religiosidade cristã.....</i>	<i>109</i>
<i>A natureza heterossexual em defesa da família.....</i>	<i>114</i>

<b>CAPÍTULO III: OS DIREITOS HUMANOS EM QUESTÃO. LIBERDADE RELIGIOSA X IGUALDADE NA DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA.....</b>	<b>120</b>
<i>Parlamentares evangélicos em defesa da liberdade de crença.....</i>	<i>120</i>
<i>Contribuição do cristianismo na fundação dos direitos humanos no Brasil.....</i>	<i>127</i>
<i>Brasileiro, logo, cristão.....</i>	<i>130</i>
<i>Maioria cristã, a favor da família.....</i>	<i>132</i>
<i>O privilégio dos excluídos.....</i>	<i>134</i>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>138</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	 <b>144</b>

## INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei (PL) 122/2006, proposto em 2001 com o objetivo de criminalizar o preconceito e a discriminação por orientação sexual, sofreu forte oposição de parlamentares filiados a instituições religiosas evangélicas. Estes atores articularam-se no Congresso Nacional para coibir a votação do PL em questão. Uma série de argumentos e justificativas em oposição à criminalização da homofobia foi produzida no sentido de arregimentar força e legitimidade para as posições contrárias a este Projeto de Lei.

O objetivo central dessa pesquisa é mapear parte dessa controvérsia, especialmente os argumentos produzidos contrariamente a ela. Para isso, identificaremos os atores nela engajados e seus respectivos discursos, analisando as categorias e estratégias discursivas acionadas por eles em suas falas e relatos. Ou seja, buscamos compreender a quais elementos esses atores se reportam em seus discursos públicos, quais as gramáticas que foram mobilizadas por eles. Dessa forma, a partir da análise das justificativas empregadas, observaremos as ideias e categorias que foram colocadas em circulação nesses discursos de forma a dar legitimidade (ou não) ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia.

A análise da controvérsia se concentrou no período em que a proposta tramitou pelo Senado Federal, especificadamente a partir de 2011, quando o PL foi desarquivado pela então Senadora Marta Suplicy até seu novo arquivamento em janeiro de 2015. A pesquisa será focada neste período justamente por se tratar do momento crucial da controvérsia, como será demonstrado posteriormente, onde a oposição a ela, por parte da bancada evangélica, tornou-se mais intensa.

Para identificar os porta-vozes contrários à criminalização da homofobia, utilizamos como material de análise as reportagens e artigos que destacaram falas de Deputados e Senadores evangélicos nas publicações impressas de três jornais de circulação nacional: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Além de possibilitar a identificação dos atores, o mapeamento desse material serviu como ponto de partida para a observação e análise dos argumentos produzidos na mídia. O mapeamento foi centralizado apenas em reportagens que abordaram o discurso direto desses atores, sendo descartadas reportagens que apresentaram a opinião de colonistas e jornalistas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Devido o compromisso com o prazo estipulado para a realização dessa pesquisa, centralizaremos nossa análise somente nas falas dos atores de destaque que foram reproduzidas nas mídias investigadas. No entanto é importante destacar a limitação desse estudo em não aprofundar uma análise em torno da

Em seguida, acompanhamos os porta-vozes identificados nas mídias virtuais evangélicas (sites, blogs e redes sociais) no intuito de observar semelhanças e diferenças na construção dos seus repertórios de justificativas para a mídia religiosa e secular.

Nossa análise, portanto, não possui como eixo norteador a compreensão das justificativas elaboradas na esfera política, especificadamente no âmbito do Congresso Nacional, onde a controvérsia se originou. O intuito dessa dissertação é observar as estratégias discursivas de atores pertencentes ou ligados à Frente Parlamentar Evangélica, produzidas na mídia, de modo a angariar adesão social e força popular ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia. Em outras palavras, o enfoque deste trabalho recai sobre as articulações argumentativas mobilizadas na tentativa de se produzir aderência social ao posicionamento político contrário ao Projeto de Lei. Dessa forma, recorreremos aos discursos publicados por veículos de comunicações, a partir de entrevistas com os atores envolvidos nessa disputa e/ou matérias que abordaram o tema, reproduzindo as falas diretas dos mesmos em outras reportagens.

É importante destacar que por uma questão de viabilização desse trabalho, chegamos a um mapeamento parcial dos argumentos produzidos aos veículos de comunicações, uma vez que centralizamos nossa análise em apenas três jornais, no que diz respeito à mídia secular e em 28 entrevistas com maior acesso no site de buscas *Google*, referente a sites da mídia evangélica. No entanto, a análise quantitativa aplicada neste trabalho, que será demonstrada no capítulo I, ultrapassou o objetivo de constatar padrões estatísticos e variações contínuas. Essa etapa metodológica possibilitou a produção de uma análise qualitativa da controvérsia em questão, a partir de uma amostra significativa dos discursos produzidos na mídia por parlamentares evangélicos.

A abordagem teórica que elegemos para desenvolver essa pesquisa diz respeito ao *mapeamento de controvérsias*, concepção elaborada por Bruno Latour e à *sociologia dos regimes de ação* fundada por Luc Boltanski e pesquisadores do GSMP<sup>2</sup>. Duas linhagens da chamada “sociologia pragmática francesa”.

O conceito de controvérsia vem sendo amplamente discutido nas últimas décadas por correntes de pensamento francesas. Essas linhagens, a partir de uma

---

produção dessas matérias, tomando como objeto de investigação não somente o conteúdo em si da reportagem, mas também os dispositivos de poder incutidos na produção de tal material. Como bem observou Heymann (2013), um arquivo é produzido a partir de um determinado contexto, onde observa-se o cruzamento entre memória, saber e poder, tornando-o assim, um constructo político que produz e controla a informação, produto do interesse institucional de um lado e da objetividade do pesquisador por outro.

<sup>2</sup> Grupo de Sociologia Política e Moral (GSPM), vinculado à Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (EHESS) localizada em Paris, França.

sociologia pragmática, investigam como os processos de disputas, dissenso e confronto, provocados por agentes pertencentes a variadas esferas, conduzem reconfigurações do mundo social (MONTERO, 2015). Utilizaremos a metodologia de Bruno Latour, segundo a qual atores dessas linhagens, como Luc Boltanski e Thévenot,<sup>3</sup> propuseram uma abordagem de análise próxima do ator e de suas ações, no sentido de compreender como esses agentes se engajam em disputas públicas. Portanto, parece-nos fundamental ao estudar uma controvérsia, direcionar nossos estudos para as posições, articulações e argumentos produzidos pelas pessoas envolvidas na discussão.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível identificar e analisar a rede de conexões estando atentos aos seus mediadores, observando a circulação de categorias na rede. Logo, para se chegar a uma compreensão das disputas que acionam diferentes posições é fundamental observar o período em que ocorreram estas interações, no sentido de verificar quais foram as mobilizações dos atuentes envolvidos neste processo, a fim de arregimentar um consenso a certa visão.

De acordo com o Latour (2000), as práticas decorrentes das seguintes categorias: ciências, tecnologia e sociedade não seriam resultantes de um processo imanente em relação aos seus conteúdos, intrínsecos a uma verdade inexorável, impossíveis de serem reconfigurados. Para o autor, um fato é estabelecido, enquanto constructo, através de um processo de controvérsias condicionado por uma rede de conexões estabelecida pelos atuentes envolvidos na trama. Nas redes, os atores porta-vozes não transportam somente as forças sociais ou materiais, eles produzem também um agenciamento que exerce coerção, fazendo com que os associados sejam transformados. Neste sentido, a produção se dá através de ligações, alianças e circulações de categorias que ocorrem nesta rede. Nessa perspectiva, torna-se fundamental analisar a rede de conexões estando atentos aos seus porta-vozes e observando quais as categorias são colocadas em circulação em cada controvérsia.

Com o intuito de mapear redes em termos de sua geografia, identificar os principais atuentes, porta-vozes e suas respectivas conexões, a fim de observar suas dinâmicas e o fluxo de diferentes categorias, Latour (2005) elaborou a *Teoria-Ator-*

---

<sup>3</sup>Luc Boltanski é professor emérito da EHESS e fundador, junto com Michael Pollak e Laurent Thévenot, do Groupe de Sociologie Politique et Morale, referência nos trabalhos da “sociologia dos regimes de ação”. Boltanski, com colaboração de Thévenot, lançou em 1991 o livro *De la Justification*, cuja principal ideia é de que os agentes envolvidos em processos de disputa em sociedades complexas recorrem a um conjunto de justificação fundamentado em valores e referências compartilhados socialmente para alcançar o êxito de suas críticas. Daniel Cefai é coordenador do Institut Marcel Mauss-EHESS, responsável por desenvolver “a sociologia dos públicos e das mobilizações”.



*Rede*. Segundo essa teoria, primeiramente deve-se identificar os agentes porta-vozes para posteriormente alcançar os argumentos, discursos e posicionamentos que ganharam destaque no embate.

O *mapeamento de controvérsia* se torna importante para compreendermos a controvérsia acerca do PL 122/2006, haja vista que nosso objetivo central é analisar articulações discursivas dos atores de destaque, observando os elementos, categorias e dispositivos acionados sob o intuito de dar força e legitimidade aos argumentos. Julgamos como será abordado no item *Religião e espaço público*, que não existe uma fronteira que limite a atuação de atores evangélicos na esfera religiosa. Ao contrário, autores da área das ciências sociais (Monteiro 2003, Giumbelli 2008, Birman 2012, entre outros) já apontaram a existência de um fluxo de atores religiosos que circulam entre a esfera religiosa e política. Neste aspecto, o conceito de controvérsia nos parece adequado, pois foi um conceito forjado para analisar as situações de dissenso e conflito (Latour, 2005), como é o caso da disputa em torno do Projeto de Lei sobre a criminalização da homofobia. Além disso, trata-se de um conceito que se volta para as situações de circulação, em que atores e argumentos circulam.

Se por um lado recorremos ao *mapeamento de controvérsias*, elaborado por Latour, para nos debruçarmos sobre o período em que a controvérsia esteve ativa e assim observar a rede de conexões estabelecida pelos atores envolvidos na trama, será fundamental, por outro lado, analisar os argumentos lançados nessa disputa. Realizaremos essa dinâmica a partir do conceito de *justificativa* presente na *Sociologia dos Regimes de Ação*, proposto por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999).

Segundo essa perspectiva, os agentes envolvidos em processos de disputas elaboram justificativas de suas posições críticas, sendo que estas justificativas precisam estar fundamentadas em valores e referências compartilhados socialmente para que suas críticas e posicionamentos alcancem o êxito (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999).

Dessa forma, o sujeito ao criticar precisa elaborar justificações que sejam capazes de sustentar às suas causas, assim como a pessoa(s) atacada(s) também precisa justificar suas ações para se defender. Para essas justificações alcançarem força na disputa é fundamental que as mesmas sigam regras de aceitabilidade. Segundo os autores, a aceitação (ou legitimidade) das justificativas decorre da capacidade de distanciar a sua crítica das motivações particulares e acionar princípios gerais, compartilhados por todos. Esse processo de “subida na generalidade” das justificativas

seria capaz de angariar força e legitimidade às causas e posicionamentos (BOLTANSKI e THÉVENOT,1999).

Consideremos, por exemplo, uma discussão entre dois motoristas depois de uma batida. A indignação furiosa do primeiro pode ser proveniente de uma série heterogênea de aborrecimentos que ele sofrera naquele dia: sua mulher adoentara-se; seu filho tirara péssimas notas no colégio; ele fora humilhado pelo chefe; ele está preocupado com uma dor na garganta (que talvez seja câncer) e, somado a isso, este estúpido bate em seu belo... novo. Aí já é demais! Porém, o segundo motorista também há de possuir uma série de razões pessoais para se queixar contra um mundo torpe: sua mãe morrera justo no dia anterior; seus impostos aumentaram; seu último livro fora recusado pelo editor e, além do mais, há este idiota, no meio do caminho. Aí já é demais! Caso eles queiram escapar da violência, precisam ser capazes de abolir, como “privados”, a maioria destes motivos de descontentamento, e convergir na direção de uma definição comum dos objetos pertinentes à situação – tais como as leis do trânsito, o estado dos pneus, etc. Não obstante, para convergir nessa classificação dos itens pertinentes e não pertinentes eles devem compartilhar uma capacidade comum de enxergar o que cabe na situação e sob que relação. Eles necessitam, por isso, de uma definição comum da forma de generalidade que permite conectar esta situação a outras identificadas como similares (Boltanski e Thévenot, pág 6, 1999).

O agente em um processo de disputa, para alcançar legitimidade aos seus argumentos e posições, precisa afastar-se de sua singularidade, no que diz respeito às suas percepções e interesses que o motivaram a atuar nessa discussão. As justificativas tornam-se potentes quando acionam gramáticas e moralidades universalizadas, haja vista que um argumento ganha força quando formulado a partir de categorias compartilhadas por todos enquanto verdades invioláveis. Dessa forma, a generalização das justificações produz autoridade às posições dentro de uma disputa.

Nesse contexto, em processos de disputas, atores precisam se apropriar de um repertório de justificativas com potencial generalizador para tornar suas posições convincentes (BOLTANSKI e THÉVENOT,1999).

Assim é fundamental analisar os argumentos produzidos em processos controversos, no que diz respeito aos códigos de valores e gramáticas incorporadas às justificativas, a fim de compreender as tentativas de generalização realizadas pelos atores na controvérsia em questão.

Este será o referencial teórico utilizado na produção desta dissertação. Realizaremos um mapeamento dos principais atores envolvidos neste embate, identificando e analisando os argumentos de destaque na controvérsia, observando quais as categorias acionadas nas justificativas e a quais gramáticas e códigos de valores elas se remetem sob o intuito de angariar apoio à “causa” da criminalização da homofobia.

Esta dissertação é uma continuidade dos estudos desenvolvidos ao longo da graduação, onde iniciei minha análise em torno da participação de atores vinculados a instituições religiosas, sobretudo evangélicas, em controvérsias colocadas em pauta na esfera pública nacional.

Dessa forma, propus, ao ingressar no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), dar continuidade às pesquisas de iniciação científica, realizadas ao longo da graduação do curso de Ciências Sociais na Unifesp. Durante essa etapa de trajetória acadêmica, desenvolvi duas pesquisas que tiveram como eixo norteador a controvérsia em torno da união estável homoafetiva no Brasil.

A aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277, pelo Supremo Tribunal Federal no dia 5 de maio de 2011, que reconheceu judicialmente a união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, por analogia à união estável<sup>4</sup>, gerou um grande debate sustentado por representantes de instituições religiosas e de organizações defensoras dos direitos LGBT<sup>5</sup>. Agentes, em ambos os polos do debate, entraram em confronto e produziram uma série de argumentos a fim de adquirir visibilidade e legitimidade aos seus respectivos posicionamentos.

Argumentos de cunho religioso, defendidos por agentes representantes das igrejas evangélicas, entraram com força na disputa por um lado. Por outro lado, movimentos sociais a favor dos direitos das minorias sexuais também compuseram essa controvérsia, a fim de garantir aos casais homossexuais os direitos matrimoniais prescritos em constituição.

As pesquisas ocorreram em duas etapas. O primeiro ciclo diz respeito ao projeto de iniciação científica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual foram identificados os porta-vozes que compuseram esse embate. Posteriormente mapeamos os argumentos elaborados por estes agentes, analisando as justificativas utilizadas para a sustentação de suas respectivas posições.

O resultado alcançado conduziu a segunda etapa da pesquisa, referente à monografia de conclusão de curso. Neste momento, analisamos as articulações

---

<sup>4</sup> Casais do mesmo sexo passaram a usufruir direitos antes garantidos apenas em uniões heterossexuais como: comunhão parcial de bens, pensão alimentícia, pensões do INSS, adesão a planos de saúde do parceiro, imposto de renda compartilhado, direito a sucessão e adoção de filhos.

<sup>5</sup> Está sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero. Toda vez que a mesma for citada, fará referência a este grupo de indivíduos.

discursivas empreendidas pelos atores favoráveis e contrários à ação. A pesquisa demonstrou uma evidência empírica já apontada em outros trabalhos acadêmicos, que diz respeito à incorporação de elementos pertencentes a diversas gramáticas na elaboração dos argumentos produzidos em disputas públicas, sob o intuito de exprimir força e legitimidade aos seus respectivos posicionamentos. Os atores religiosos, por exemplo, mobilizaram repertórios produzidos pelas ciências e pelos direitos na construção de suas justificativas.

As estratégias e mobilizações discursivas dos agentes favoráveis a ADI n.º 4277 na esfera política demonstraram-se mais eficazes em relação às mobilizações dos atores religiosos uma vez que, apesar da forte investida desse grupo para cancelar o parecer favorável do Supremo Tribunal Federal, a decisão de estender os direitos previstos em Constituição, referente à união estável, aos casais homossexuais permaneceu soberana. No entanto, apesar de parlamentares filiados a instituições religiosas não alcançarem força para subverter o reconhecimento de uniões homoafetivas, podemos observar a participação destes atores em outras controvérsias presentes no Congresso Nacional, onde há uma forte oposição a aprovação de Projetos de Leis que contrariem valores morais evangélicos.

O mapeamento realizado durante a graduação revelou a significativa participação de representantes de instituições evangélicas. Observamos uma preponderância de falas de lideranças desse grupo nas reportagens que retrataram a disputa acerca da união estável homoafetiva, publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e pelas revistas *Istoé* e *Época*. Esse quadro, já pontuado em outros estudos realizados na área das ciências sociais, demonstrou que evangélicos, atualmente, comparecem na mídia secular muito mais do que lideranças católicas, para protestarem contra o reconhecimento legal de medidas que valorizem a homossexualidade.

Essa constatação nos estimulou a propor uma análise centrada nas justificativas e posicionamentos públicos de parlamentares evangélicos sobre a criminalização da homofobia, de modo a aprofundar uma investigação dos fatores que moveram uma articulação conjunta entre parlamentares de diferentes denominações evangélicas e partidos políticos, para conter aprovações de medidas que garantam a extensão de direitos aos homossexuais. Assim, também trataremos nessa dissertação de alguns fatores que levam parcela significativa de lideranças evangélicas, especialmente vinculadas ao universo da política institucional, a classificar a homossexualidade como ameaçadora para os valores morais do grupo.

O desenvolvimento desse trabalho apontou a necessidade de compreendermos esse “universo evangélico” e as suas trajetórias políticas e religiosas. Afinal, quem são os evangélicos? O primeiro pensamento que nos vem em mente para responder essa questão recorre a uma série de arquétipos negativos produzidos pela grande mídia, por discursos católicos e até mesmo por estudos acadêmicos, que classificam esse grupo como conservadores, fundamentalistas, intolerantes, sendo seus fiéis tomados como incautos e incultos. Para avançarmos em nossa análise sem cairmos nessa visão depreciadora e generalizada, recorreremos em um primeiro momento a uma investigação sobre a caracterização dos evangélicos e de seu crescimento numérico nas últimas décadas, bem como a sua entrada na política e sua presença nos meios de comunicações, levando em consideração a pluralidade e diversidade desse grupo.

No capítulo *“Lideranças evangélicas ocupando a arena política: parlamentares evangélicos articulados contra a criminalização da homofobia”*, propomos inicialmente uma investigação sobre a permeabilidade de atores entre distintas esferas da vida social e do processo de hibridação entre o religioso e o secular. Neste ponto, discutiremos que apesar da secularização do Estado, garantida em constituição no século XIX, a atuação de religiões na esfera social é recorrente.

Em um segundo momento, recorreremos à literatura produzida sobre essa temática para compreendermos o surgimento do protestantismo no Brasil, bem como a chegada e os desdobramentos do pentecostalismo na sociedade brasileira. Assim, discorreremos sobre a classificação que, de modo geral, cientistas sociais atribuíram ao crescimento e desenvolvimento do fenômeno pentecostal, apontando as mudanças nos valores dogmáticos e nas formas de atuação no espaço público que suas instituições sofreram ao longo da sua presença e atuação em nosso país.

Faremos, portanto, uma breve retomada sobre as trajetórias das igrejas protestantes e pentecostais, demonstrando algumas mudanças ocorridas nessas denominações, especialmente a sua aproximação da vida no “mundo” (por oposição à anterior ênfase na privação dos assuntos e prazeres mundanos, baseados em uma vida ascética) e a sua progressiva aproximação da vida política.

À vista disso, a retomada do surgimento das igrejas protestantes e pentecostais no Brasil será fundamental para observarmos os principais elementos constituintes do universo evangélico, de modo a levantar uma compreensão sobre os fatores que levaram denominações evangélicas a se aproximarem dos assuntos políticos.

Antes de iniciar nossa análise, destacamos a complexidade na configuração das igrejas evangélicas, haja vista a diversidade dessas instituições. Segundo Freston (1994), o mundo pentecostal possui uma vasta diversidade organizacional, teológica, política e litúrgica. Essa heterogeneidade ocorre devido à ausência de uma unidade de poder central, fator que possibilita uma alta propensão a cismas. Se na Igreja católica a unidade é controlada pelo poder do papa e pela centralidade do vaticano, a instância máxima no pentecostalismo é a bíblia. Qualquer dissidente pode fundar uma igreja nova e criar uma corrente teológica que ultrapassa as divisões institucionais. O resultado disso é a circulação de práticas rituais, técnicas evangelísticas e correntes teológicas entre as diferentes vertentes evangélicas.

Portanto, apontamos uma limitação na compreensão total do universo pentecostal, sendo que esta, inclusive, não cabe nos objetivos dessa dissertação. Por se tratar de um fenômeno dinâmico, complexo e diversificado, verificamos que os estudos acadêmicos se empenharam em dividir a trajetória do pentecostalismo no Brasil em ciclos histórico-institucional e/ou doutrinário-teológico, de forma a destacar suas principais características, confrontando suas semelhanças e diferenças para criar uma classificação que torne possível analisar os aspectos que sustentam esse movimento (MARIANO, 2010).

É importante destacar que essa pesquisa está inscrita no âmbito das discussões sobre a presença pública das religiões no Brasil, suas formas de ação e atuação. Por esse motivo, julgamos ser necessário analisar a presença e a participação de lideranças religiosas no jogo político, bem como o processo de ocupação dessa arena por esses atores e as manobras que vêm garantindo sucesso às suas candidaturas. Essa retomada é importante, pois tem relação com o contexto em que a controvérsia que analisamos está inserida<sup>6</sup>.

Nesse capítulo, também apontaremos as justificativas que motivaram lideranças evangélicas a participar ativamente da política, apontando as estratégias usadas para garantir o sucesso nas disputas eleitorais.

No capítulo II “*A homossexualidade: Natural ou Antinatural? Pecado x Diversidade Sexual*”, analisaremos a constituição das falas de destaque em relação à problemática acerca da constituição da homossexualidade, apontando a apropriação de repertórios produzidos em outras esferas, observando de que forma estes foram

---

<sup>6</sup> Relativa à inserção dos evangélicos nas arenas públicas.

acionados para defender as convicções religiosas e os valores evangélicos. Lembrando que nossa inspiração teórica vem da *Sociologia dos Regimes de Ação*, que leva em conta a capacidade de generalização dos argumentos, fator central para tornar posições convincentes. Para isso será fundamental identificar e analisar códigos de valores e gramáticas incorporadas às justificativas produzidas pelos atores envolvidos.

O mapeamento dos discursos produzidos no período que a presente controvérsia esteve ativa demonstrou que atores aderiram a argumentos produzidos pelas ciências biológicas e sociais para elaborarem suas justificações contrárias. Elementos da genética, por exemplo, foram incorporados às falas que classificam a homossexualidade como uma característica anormal, de ordem comportamental, adquirida a partir de experiências e/ou escolhas negativas, reforçando a heterossexualidade como condição inata do ser humano.

As falas mapeadas não reconhecem a categoria gênero; acusando de anomalia qualquer característica comportamental que não corresponda ao sexo biológico. Além disso, a heterossexualidade foi tomada como um valor universal, intrínseco ao ser humano. A prática homossexual é vista, portanto, como um comportamento antinatural, que não corresponde à ordem natural concebida pela divindade, uma vez que a partir da perspectiva moral evangélica, o ato sexual deve-se limitar apenas para a reprodução, ou seja, somente para que o esperma masculino encontre o recipiente vaginal e procrie, a fim de constituir uma família.

No capítulo III “*Os direitos humanos e direitos democráticos em questão: uma análise da incorporação dessas duas gramáticas às justificativas contrárias ao PL 122/2006*”, demonstraremos que esse embate foi marcado por articulações discursivas que colocavam em disputa o sentido dos valores propagados no ideário dos direitos humanos. Os dois blocos – opositores e defensores do Projeto de Lei – furtaram-se a fazer uso desse repertório normativo na composição de suas justificativas públicas. Se por um lado a criminalização da homofobia foi reivindicada por grupos que acionam elementos constituintes dos direitos humanos no que diz respeito aos direitos à diversidade sexual e de gênero, por outro lado as falas dos atores contrários também mobilizaram categorias desse ideário, como o direito individual à livre expressão e à liberdade de consciência e de crença.

O mapeamento dos discursos revelou que os parlamentares evangélicos, ao acionarem com frequência o direito a opinião e a liberdade religiosa, mobilizaram princípios democráticos para atribuir generalidade e confiabilidade aos seus

posicionamentos contrários. Dessa forma, defenderam a inconstitucionalidade do PL 122/2006, uma vez que o mesmo restringiria a garantia de certos direitos individuais, resguardados pela Constituição. Já os atores defensores dos direitos das minorias sexuais incriminaram líderes evangélicos de tentar impor a moral do grupo nas tomadas de decisões do Congresso Nacional. Alguns relatos produzidos nesse polo do debate justificaram o caráter laico do Estado para contestar a oposição de lideranças religiosas a um Projeto de Lei. A ideia de laicidade, referente à não participação de líderes religiosos nas tomadas de decisões do Estado, foi atribuída às justificativas favoráveis de modo a angariar adesão popular a elas.

Por fim, no que se refere aos estudos da Antropologia e Sociologia da Religião, pretendemos demonstrar como o “religioso” circula pelo social a partir de um fluxo de atores religiosos que circulam entre agências religiosas e arenas políticas e midiáticas. Apesar da secularização do Estado, garantida em constituição no século XIX, a presença da religião continua atuante na esfera social desde então, fator que dificultou a demarcação de uma fronteira entre Religião e o Secular. Esta hibridez entre essas duas arenas fica ainda mais evidente a partir do mapeamento de controvérsias públicas nas quais podemos observar atores religiosos em processos de disputas que envolvem fenômenos polêmicos, produzindo uma série de justificações e articulações a fim de reconfigurar e/ou preservar categorias sociais.



## CAPÍTULO I

### LIDERANÇAS EVANGÉLICAS OCUPANDO A ARENA POLÍTICA: PARLAMENTARES EVANGÉLICOS ARTICULADOS CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

#### *1.1) Apresentação da Controvérsia*

Originado pelo PL 5003/2001, proposto pela então deputada Iara Bernardes (PT-SP) no ano de 2001, o PL da homofobia, como ficou popularmente conhecido, a princípio não reivindicou alterar a Lei nº 7.716<sup>7</sup>, de 05 de janeiro de 1989. Com um texto simplificado, esse projeto previa a aplicação de sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas. De acordo com a autora:

A orientação sexual é um direito personalíssimo, atributo inerente e inegável à pessoa humana. E como direito fundamental, surge o prolongamento dos direitos da personalidade, como direitos imprescindíveis para a construção de uma sociedade que se quer livre, justa e igualitária. Não se trata aqui de defender o que é certo ou errado. Trata-se de respeitar as diferenças e assegurar a todos o direito a diferença.

Assim que foi apresentado à Câmara, esse projeto, como de praxe, foi apensado a outros cinco projetos por determinação da Mesa Diretora, justamente por possuírem um conteúdo em comum. Isto significa que todos esses PLs passaram a tramitar em conjunto. Os projetos apensados foram os seguintes<sup>8</sup>:

- **PL 05/2003**, da ex-Deputada Iara Bernardi (PT/SP): “Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual”;
- **PL 381/2003**, do ex-Deputado Maurício Rabelo (PL/TO): “Altera a redação do art. 1º e do art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, que ‘Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor’”, incluindo a punição por discriminação ou preconceito de “cultura”;
- **PL 3143/2004**, da ex-Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ): “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos

---

<sup>7</sup> Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, onde, de acordo com o Art. 1º, serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

<sup>8</sup> Informações obtidas em <http://www.plc122.com.br/historico-pl122>. Acessado em 10 de novembro de 2017.

de raça ou de cor”, incluindo a punição por discriminação ou preconceito por “sexo ou orientação sexual”;

- **PL 3770/2004**, do Deputado Eduardo Valverde (PV/BA): “Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências”;
- **PL 4243/2004**, do ex-Deputado Edson Duarte (PV/BA): “Estabelece o crime de preconceito por orientação sexual, alterando a Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989”.

A princípio foi definido que o PL 5003/2001 tramitasse apenas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados sob a relatoria de quatro deputados. Três destes relatores<sup>9</sup>, sob pressão dos parlamentares filiados à FPE, devolveram o projeto para a Mesa Diretora da Câmara sem apresentar nenhum parecer<sup>10</sup>.

Em 2005, o relator Luciano Zica (PV-SP) apresentou parecer favorável, aprovando o PL 5/2003, PL 3143/2004 e o PL 3770/2004 e rejeitando o PL 381/2003 e o PL 4243/2004, apensados anteriormente. Zica apresentou um projeto substitutivo, no qual foram incluídas todas as proposições dos projetos apensados aprovados, no que diz respeito à alteração do art. 1 da lei nº 7.716, que prevê punição à discriminação por sexo, identidade de gênero e orientação sexual, e ampliou em seu texto as situações que deveriam ser tipificadas enquanto discriminação por orientação sexual. Em novembro de 2006 o projeto foi colocado em votação em plenário, sendo aprovado pela maioria dos parlamentares presentes na ocasião. Logo após, de acordo com as normas a serem seguidas para a sanção de uma lei ordinária, o PL seguiu para a sua discussão no Senado Federal, sob a identificação de PL 122/2006<sup>11</sup>, com a mesma redação dada pela Câmara dos Deputados, diferente da redação original conferida pela autora Iara Bernardi. A Mesa Diretora dessa casa determinou que o projeto tramitasse por duas comissões antes de seguir para a votação: de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)<sup>12</sup>.

Na CDH teve um parecer favorável pela sua relatora Fátima Cleide (PT-RO) que optou em manter o texto na íntegra, elaborado pela Câmara dos Deputados. No entanto, a partir da oposição de Senadores evangélicos como Marcelo Crivella (PRB-RJ), a

---

<sup>9</sup> Trata-se dos então Deputados: Bispo Rodrigues, Bonifácio Andrada e Aloysio Nunes Ferreira.

<sup>10</sup> Idem ao 08.

<sup>11</sup> Essa nova numeração indica o “seu número de chamada” e o ano em que foi recebida.

<sup>12</sup> Idem ao 08.

Senadora Fátima não foi bem-sucedida para realizar a votação desse PL nessa comissão<sup>13</sup>.

Em 2007, o Senador Gim Argello (PMDB – DF) apresentou um requerimento à Mesa Diretora do Senado solicitando que o PL 122/2006 também tramitasse na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento foi aprovado e o PL saiu da CDH para ser encaminhado para a CAS, sem ter sido votado<sup>14</sup>.

Na comissão de Assuntos Sociais, Fátima Cleide (PT-RO) voltou a ser a relatora da proposição. A princípio insistiu em aprovar o projeto sem alterações no texto, porém, com as investidas da Frente Parlamentar Evangélica, que insistiram em várias ações para adiar a votação, a Senadora, a fim de acalmar a polêmica, propôs um substitutivo onde ampliou os beneficiários da Lei 7.716/1989, que pune os crimes resultantes de preconceito e discriminação. Dessa forma, o novo texto criminalizava a discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, ficou estipulado a intervenção mínima para direito penal eficaz, sendo assim aplicada a imposição do direito penal máximo em situações últimas, visando tão somente ao interesse social. Esse substitutivo deu origem ao texto final desse projeto. Nesse momento ele já não remetia fielmente ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Na CAS, o parecer da relatora foi aprovado, seguindo novamente, portanto, para a Comissão de Direitos Humanos, sob a relatoria da mesma Senadora. Os Senadores Marcelo Crivella e Magno Malta (PR-ES) travaram uma disputa para realização de audiências públicas (que nunca chegaram a ocorrer) para a discussão da proposta, adiando ainda mais a votação na Casa. Dessa forma, o PL 122 não chegou a ser votado nessa comissão, tendo sido arquivado no início de 2011<sup>15</sup>.

Com o efervescente debate acerca dos direitos da população gay, proveniente da aprovação da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal no dia 5 de maio de 2011, que reconheceu judicialmente a união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, por analogia à união estável<sup>16</sup>, a frente parlamentar pela cidadania LGBT, liderada pela então senadora Marta Suplicy (PT-SP), desarquivou o

---

<sup>13</sup> Idem ao 08.

<sup>14</sup> Idem ao 08.

<sup>15</sup> Idem ao 08.

<sup>16</sup> Casais do mesmo sexo passaram a usufruir direitos antes garantidos apenas em uniões heterossexuais como: comunhão parcial de bens, pensão alimentícia, pensões do INSS, adesão a planos de saúde do parceiro, imposto de renda compartilhado, direito a sucessão e adoção de filhos.

PL 122/2006 ainda em 2011, reacendendo a discussão sobre a criminalização da homofobia.

Desde então o projeto tramitou pela Comissão de Direitos Humanos. A princípio, sob a relatoria da Senadora Marta Suplicy entre os anos de 2011 e 2012, posteriormente por Paulo Paim (PT-RS) até 2015. É importante destacar que o ano de 2011 foi um ano marcado pela forte articulação de parlamentares evangélicos em conter a aprovação de demandas das minorias sexuais. As relações entre o Governo Federal e parlamentares filiados à Frente Parlamentar Evangélica estiveram estremecidas neste ano devido à aprovação do material Escola sem Homofobia, pelo ministério da Educação. O material, composto por três vídeos e um guia de orientação aos professores, tinha como objetivo debater a sexualidade no ambiente escolar como forma de reconhecimento da diversidade sexual e alertar sobre o preconceito. Esse programa previa a distribuição do material para professores e alunos do Ensino Médio de todo o Brasil.

Porém, assim que o MEC divulgou o kit ele gerou polêmica, sendo alvo de críticas de evangélicos que ocupavam o Congresso Nacional. Esses parlamentares propuseram endossar o pedido de CPI para investigar o então chefe da Casa Civil, Antonio Palocci (PT-SP) (um dos líderes do governo federal no período) para explicar a multiplicação de seu patrimônio caso o governo não vetasse sua distribuição. Diante dessa articulação, a presidente Dilma Roussef determinou a suspensão da produção do kit. Após essa manobra da FPE, o governo decidiu evitar apoiar temas polêmicos julgados no Congresso Nacional, como a criminalização da homofobia<sup>17</sup>. Dessa forma, Marta Suplicy, nesse momento afiliada ao mesmo partido da Presidente da República, o PT, passou a negociar com os evangélicos uma alternativa para atender as demandas do grupo. No final de 2011, Marta reformulou o texto do projeto, fazendo algumas concessões às instituições religiosas. O novo texto garantia que a lei não se aplicaria à manifestação pacífica de pensamento da fé e da moral fundada na liberdade de consciência de crença e de religião. Além disso, foi destacado que seria considerado crime de homofobia apenas o ato de induzir alguém à prática de violência de qualquer

---

<sup>17</sup> Informações obtidas em: MONTERO, Tânia. *Por Palocci. Governo cancela cartilha*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26 de maio de 2011. Nacional, A8.

natureza motivada pelo preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero<sup>18</sup>.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, a Senadora afirmou que a mudança foi necessária para fazer o PL andar, já que a oposição se negava a discuti-lo<sup>19</sup>. No entanto, o novo texto sofreu críticas tanto de atores favoráveis como contrários à sua aprovação. Julio Moreira, Presidente do grupo Arco-íris, defendeu que a mudança descaracterizaria totalmente a proposta, pois “*quando abre uma concessão, banaliza outros itens do projeto*”, assim não daria para abrir mão do texto original. O Senador evangélico Marcelo Crivella afirmou que a mudança não viabilizaria um acordo, pois a ideia defendida pela FPE era a de um projeto que proibisse o preconceito a qualquer tipo de orientação sexual<sup>20</sup>.

O grande dissenso em relação ao conteúdo deste PL impossibilitou a sua votação em plenário, uma vez que parlamentares vinculados a denominações evangélicas e parlamentares defensores dos direitos LGBT jamais chegaram a um consenso acerca das ações que deveriam ser criminalizadas enquanto homofobia. Esse embate perdurou até janeiro de 2015. O dissenso acerca do conteúdo do Projeto de Lei impediu que a proposta fosse levada a votação. Após tramitar por oitos anos no Senado, em janeiro de 2015, o PL 122/2006 foi arquivado, seguindo normas do regimento da casa que prevê o arquivamento de todas as propostas que tramitam por duas legislaturas sem ser votadas.

Este breve histórico aponta algumas investidas da Frente Parlamentar Evangélica em conter a aprovação do projeto que visou à criminalização da homofobia no Brasil. Após a aprovação da união estável homoafetiva, pelo Supremo Tribunal Federal em 05 de maio de 2011, as reivindicações dos movimentos sociais a favor das minorias sexuais ganharam força e visibilidade no Legislativo Federal, fator que vem mobilizando parlamentares evangélicos para conter a aprovação de Projetos de Leis que contrariem a defesa da vida, a estrutura da família tradicional e moralidade evangélica, como por exemplo, a criminalização da homofobia.

A controvérsia em torno do PL 122/2006 demonstra a relação de permeabilidade entre Estado e religião no Brasil. Observamos em nossa sociedade um fluxo de atores religiosos na esfera política, defendendo suas convicções a partir da apropriação de

---

<sup>18</sup> Informações obtidas em: Autor desconhecido. *Governo agora admite rever pontos da lei anti-homofobia*. Folha de S. Paulo, São Paulo. 01 de junho de 2011. Poder, A6.

<sup>19</sup> Informações obtidas em: FALCÃO, Marcio e GUERLENDIA, Nadia. *Marta quer livrar culto de lei que torna a homofobia crime*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/12/2011. Cotidiano, C3.

<sup>20</sup> Idem ao 18.

léxicos pertencentes a diversas gramáticas. Em outras palavras, utilizando-se da linguagem (científica, dos direitos) que tem valor na arena onde a controvérsia se desenrola (MONTERO, 2015).

Dessa forma, pretendemos, ao analisar essa disputa, contribuir para a compreensão da ressignificação do político observando os fatores que incitam o envolvimento cada vez maior de atores evangélicos nas instâncias de poder, no sentido de participar das tomadas de decisões do Estado. Para isso, partimos da análise dos discursos produzidos em defesa de suas convicções contrárias à homossexualidade.

Portanto, analisaremos como os argumentos e os discursos elaborados por parlamentares evangélicos acerca desse embate, apareceram na arena midiática, interna e externa às denominações evangélicas.

### **1.1.1) O Contexto da Controvérsia**

O período no qual essa pesquisa propõe a analisar da controvérsia acerca do PL 122/2006 foi marcado por um intenso debate acerca dos direitos das minorias sexuais no Legislativo Federal, justamente por essas pautas ganharem força com a aprovação da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal. Elencaremos abaixo os principais fatos que ocorrem nesse período e que mostram a relação de permanente tensão entre Estado, grupos defensores dos direitos das minorias e grupos contrários à extensão desses direitos.

**2011-** Supremo Tribunal Federal reconhece juridicamente as uniões estáveis entre casais do mesmo sexo, através da aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277 no dia 5 de maio de 2011, que reconheceu judicialmente a união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, por analogia à união estável. Casais do mesmo sexo passaram a usufruir direitos antes garantidos apenas em uniões heterossexuais como: comunhão parcial de bens, pensão alimentícia, pensões do INSS, adesão a planos de saúde do parceiro, imposto de renda compartilhado, direito à sucessão e adoção de filhos.

**2011-** Marta Suplicy (PT-SP), então Senadora, desarquiva o PL 122/2006 no Senado Federal, reacendendo a discussão sobre a criminalização da homofobia.

**2011-** Por pressão da Frente Parlamentar Evangélica, a presidente Dilma Rousseff manda suspender o material, apelidado por parlamentares evangélicos como kit gay, que foi elaborado pelo Ministério da Educação, a fim de promover a valorização da diversidade sexual nas escolas públicas de Ensino Médio.

**2012** – Audiência Pública na Câmara dos Deputados para a discussão do PDC 234/2011, denominado pela mídia como cura gay, que visou suspender dois artigos de uma resolução publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, em que ficou proibido ao profissional da área propor tratamentos de cura da homossexualidade e reforçar preconceitos aos homossexuais publicamente. Essa audiência ganhou grande repercussão na mídia, devido ao acalorado debate entre parlamentares e lideranças evangélicas e defensores dos direitos dos homossexuais. Além disso, parlamentares que defendem a causa gay acusaram a Frente Parlamentar Evangélica de utilizar a audiência, mesmo que não declaradamente, para angariar força ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia<sup>21</sup>.

**2013-** O Pastor e Deputado Marco Feliciano (PSC-SP) assume a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados. Desde que assumiu o posto, Feliciano foi pressionado para renunciá-lo. Movimentos sociais o acusaram de ser racista e homofóbico. A polêmica se deu a partir de duas publicações na rede social Twitter. Em 2011, o pastor fez uma publicação afirmando que “os africanos descendem de um ancestral amaldiçoado por Noé”, em outro momento no mesmo ano afirmou que o amor entre pessoas do mesmo sexo leva “ao ódio, ao crime e à rejeição<sup>22</sup>”. Feliciano foi autor, em 2012, de um Projeto que tentou sustar a decisão do Supremo Tribunal Federal em aprovar a união estável homoafetiva.

**2013-** Aprovação do O PDC 234/2011, que visou suspender dois artigos de uma resolução publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, em que ficou proibido ao profissional da área propor tratamentos de cura da homossexualidade e reforçar preconceitos aos homossexuais publicamente, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, presidida pelo Deputado Marco Feliciano.

---

<sup>21</sup> Informações obtidas em: FORMENTI, Ligia. *Audiência sobre cura gay tem bate boca e confusão*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 de junho de 2012. Vida, A20.

<sup>22</sup> Informações obtidas em: COLON, Leandro. *Pastor diz que não recusará e prega combate a projeto contra a homofobia*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 12 de março de 2013. Poder, A5.

**2014-** Parlamentares evangélicos e lideranças católicas pressionam os candidatos à presidência da República a se comprometerem com os valores morais cristãos referentes à defesa da vida e à estrutura familiar heterossexual em troca de apoio para as suas candidaturas.

**2014-** A Candidata da República Marina Silva (PSB) volta atrás após polêmica ao divulgar seu plano de governo e retira o seu comprometimento com a criminalização da homofobia. O documento trazia a defesa das principais bandeiras da causa gay, entre elas a criminalização da homofobia, além da defesa aberta do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Marina é fiel da igreja Assembleia de Deus e tem alto apoio entre os evangélicos. Após sofrer duras críticas na mídia pelo Pastor Silas Malafaia, a campanha da candidata divulgou uma “errata”, na qual dizia ter havido um engano. As propostas de defesas abertas às demandas das minorias sexuais foram retiradas do texto. Marina alegou em entrevistas que não havia chegado a um acordo com dirigentes da sua campanha no PSB a respeito dessas questões. A mesma se declarou contrária à homofobia, mas explicou que o texto do PL 122/2006 ainda não estava claro sobre o que é discriminação e preconceito, *“pois há uma tênue dificuldade em estabelecer o que é discriminação e o que é preconceito em relação ao que é convicção e opinião. É isso que precisa ser definido e que ainda não está claro em seu texto”*<sup>23</sup>.

**2014-** Dilma Rousseff (PT), candidata à reeleição à Presidência da República, após polêmica acerca do plano de governo da candidata Marina Silva, passou a defender a criminalização da homofobia. Segundo Rousseff *“A questão não está relacionada a crença ou a opção partidária. O tema é uma questão de Estado e a homofobia cria um mal-estar na sociedade”*<sup>24</sup>.

**2014-** Levi Fidelix (PRTB), candidato à presidência, faz declaração ao vivo, em debate entre os presidenciaíveis, atacando a homossexualidade. Durante o debate, realizado pela TV Record, Luciana Genro (PSOL) fez uma pergunta a Fidelix sobre suas políticas para

---

<sup>23</sup> Informações obtidas em: DOMINGOS, João. *Marina critica projeto que torna crime a homofobia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 02 de setembro de 2014. Política, A8.

<sup>24</sup> Informações Obtidas em: Autor desconhecido. *Após recuo em propostas aos gays, Marina recebe apoio de evangélicos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 de setembro de 2014. Poder, A6.



a defesa dos direitos dos LGBTs. Na resposta, o candidato do PRTB associou a homossexualidade à pedofilia e a doenças mentais e fez uma espécie de conclamação da maioria para o “enfrentamento” da minoria sexual. “Aparelho excretor não reproduz”, disse Fidelix logo no início das declarações que repercutiram até na mídia estrangeira<sup>25</sup>.

Como é que pode um pai de família, um avô ficar aqui escorado porque tem medo de perder voto? Prefiro não ter esses votos, mas ser um pai, um avô, que tem vergonha na cara, que instrua seu filho, que instrua seu neto (...). Então gente, vamos ter coragem, nós somos a maioria, vamos enfrentar essa minoria, vamos enfrentá-los (trecho de seu discurso no debate entre candidatos à Presidência).<sup>26</sup>

**2015-** O Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), fiel da igreja Assembleia de Deus, assume a presidência da Câmara dos Deputados. Sua nomeação foi criticada na mídia por parlamentares e lideranças de grupos sociais em prol da causa gay, devido ao seu histórico em criar projetos para conter a valorização da diversidade sexual e o reconhecimento das demandas das minorias sexuais.

**2015-** O Deputado Eduardo Cunha desarquivou propostas de sua autoria que visam comemorar o dia do Orgulho Hétero e criminalizar os preconceitos contra os heterossexuais<sup>27</sup>.

**2015-** Sob a liderança do Deputado Eduardo Cunha, o Projeto de Lei 6583/13 que prevê o Estatuto da Família e reconhece como família apenas os núcleos sociais formados da união de um homem e de uma mulher é aprovado em Comissão Especial da Câmara dos Deputados<sup>28</sup>.

**2015-** O PL 122/2006 é arquivado.

---

<sup>25</sup> Informações obtidas em: ARRUDA, Roldão. *Fidelix vai ser acusado de incitar o ódio*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 de setembro de 2014. Política, A10.

<sup>26</sup> Idem ao 15.

<sup>27</sup> Informações obtidas em: CARVALHO, Daniel. *Cunha quer criar dia do orgulho Hétero*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 de fevereiro de 2015. Metrópole, A17.

<sup>28</sup> Idem ao 17.

## 1.2) O PL 122/2006 em números

### 1.2.1) Mapeamento dos jornais de grande circulação nacional

Começamos nossa análise pelo levantamento da presença de discursos e relatos sobre a controvérsia em três jornais de grande circulação nacional: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

No total, identificamos 196 reportagens durante o período que nos propusemos analisar, somando os três jornais selecionados para o mapeamento. Contabilizamos apenas as reportagens que citaram de alguma forma os discursos diretos dos atores evangélicos. A seleção das matérias foi realizada, respectivamente, em todos os jornais a partir da identificação das seguintes palavras-chaves: homossexualismo, homossexualidade, criminalização da homofobia, PL 122, Projeto de Lei 122/2006, Lei anti-homofobia, causa gay, cura gay, homofobia, bancada evangélica, Frente Parlamentar Evangélica, Brasil sem homofobia, Estatuto da Família, direito(s) dos homossexuais.

Conforme o gráfico 1, observamos que 2013 foi o ano com maior número de publicações de discursos de atores evangélicos sobre a homossexualidade e a penalização da discriminação por orientação sexual.

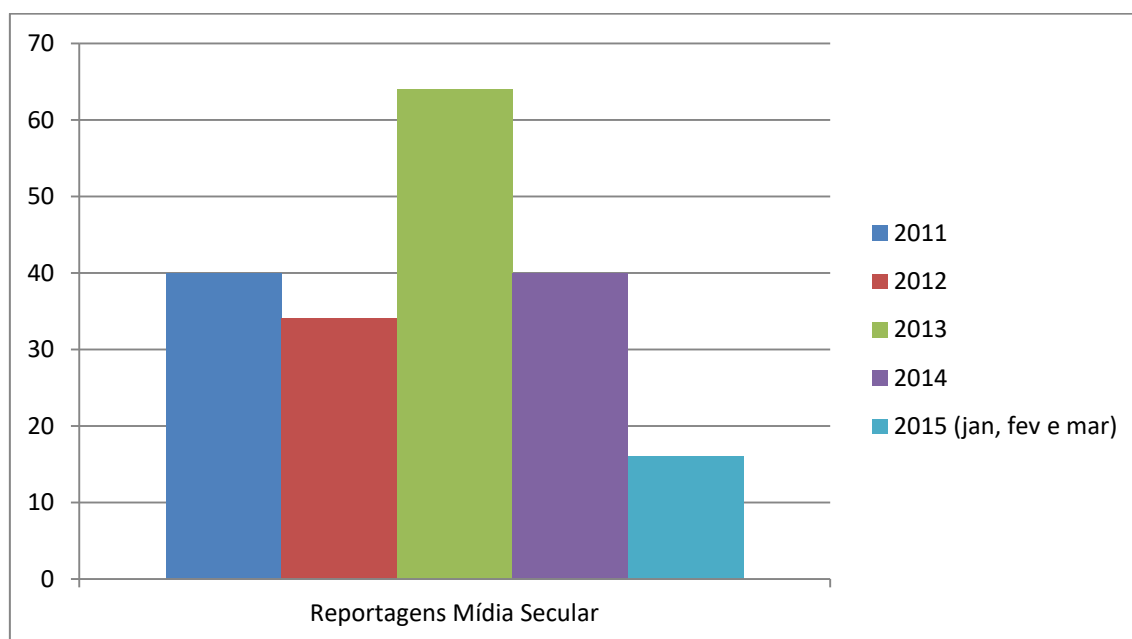
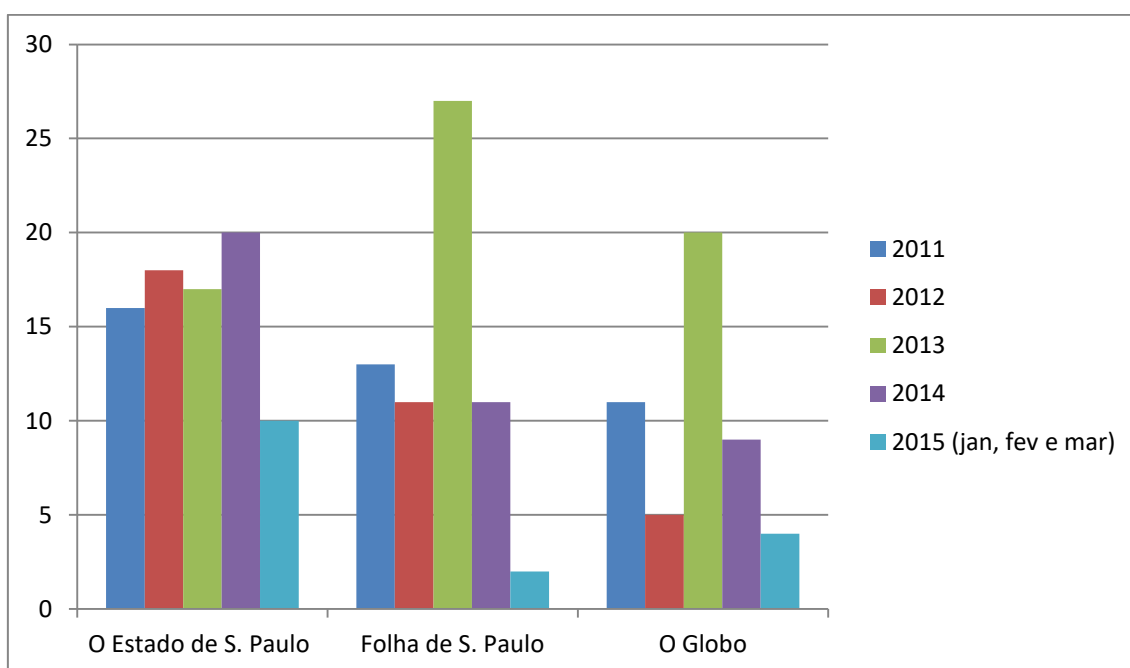


Gráfico 1

Podemos atribuir a essa significativa produção de reportagens no ano de 2013, dois fatores fundamentais: a ocupação da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pelo Deputado e Pastor Marco Feliciano, um ator de destaque nos jornais pesquisados e o polêmico debate em torno do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011 proposto sob o intuito de sustar a aplicação do parágrafo único do artigo 3º e do artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 01/99<sup>29</sup>, sob o intuito de promover tratamentos psicológicos para a reversão da homossexualidade. Dessa maneira, o ano de 2013 foi marcado por duas controvérsias que antagonizaram defensores dos direitos das minorias sexuais e parlamentares evangélicos: a eleição de Marcos Feliciano e o projeto de “cura gay”.

Ao analisarmos separadamente a densidade de reportagens nos respectivos jornais, identificamos que 2013 mantém a média acima de publicações em relação aos outros anos, com exceção para *O Estado de S. Paulo*, que publicou mais matérias no ano de 2014 com as palavras-chaves referentes à presente controvérsia, ainda assim o número de reportagens mapeadas em 2013 neste jornal, como demonstra o gráfico 2, foi alto.



**Gráfico 2**

<sup>29</sup> O art. 3º proíbe psicólogos de colaborarem com eventos ou oferecerem serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. Já o art. 4º condena o pronunciamento ou a participação desses profissionais em pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, que reforcem preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Apesar do mapeamento no ano de 2015 se encerrar em março, observamos a quantidade significativa de reportagens publicadas nesse período. Atribuímos esse fator à posse do Deputado Eduardo Cunha ao cargo da presidência da Câmara dos Deputados em 01 de fevereiro de 2015. Ainda em fevereiro, Cunha desarquivou as propostas que visavam comemorar o dia do Orgulho Hétero e criminalizar o preconceito a homossexuais e deu força para as articulações referente à proposição que defendeu o Estatuto da Família<sup>30</sup>. Deputado assumidamente conservador e tradicional, Eduardo Cunha foi um ator de destaque em nosso mapeamento, sendo suas falas destacadas nos jornais pesquisados, principalmente após sua posse como presidente.

Dessa maneira, uma primeira análise aponta a presença significativa de atores evangélicos na mídia impressa de grande circulação.

O mapeamento revelou a recorrência nas falas de alguns termos específicos. Os discursos, de modo geral, compartilham o mesmo vocabulário, ou seja, determinadas categorias são recorrentes nas falas. Para facilitar nossa análise, dividimos estas expressões em três grupos. No primeiro grupo, agrupamos os termos que se remetem à ideia de natureza heterossexual, conceito esse bastante presente nos argumentos mapeados. No capítulo II realizaremos uma análise detalhada dessas categorias.

---

<sup>30</sup> O Projeto de Lei 6583/13, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), é um conjunto de 15 artigos que "institui o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização da entidade familiar".

Fonte:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/02/afinal-para-que-serve-o-estatuto-familia.htm?cmpid=copiaecola//noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/02/afinal-para-que-serve-o-estatuto-da-familia>. Acessado em 15 de dezembro de 2016.

<b>Ideia de natureza heterossexual</b>	
<b>Expressão</b>	<b>Quantidade de vezes utilizada</b>
A homossexualidade é pecado	13
Casamento é entre homem e mulher	19
Defesa da família	33
Família natural	4
Natureza de Deus	1
Homossexualismo não é normal	2
Deus criou macho e fêmea	1
Homossexualismo é um comportamento	2
Valores Cristãos	8

**Tabela 1**

A tabela 1 indica que a defesa da família foi a expressão que mais apareceu nos discursos analisados. Dessa forma, ao se posicionarem contrários à homossexualidade e à criminalização da homofobia, atores evangélicos mobilizaram a categoria família para defenderem a sua estrutura tradicional subordinada à heterossexualidade e às relações patriarcais, como demonstraremos no capítulo II. A grosso modo, os relatos que trouxeram falas em defesa da família atribuíram a essa organização a capacidade de gerar e educar crianças. Nesse ponto, há a recorrência à ideia de natureza sexual, uma vez que, nessa concepção, a sexualidade estaria subordinada à procriação. Dessa forma, a estrutura familiar deveria estar atrelada à união entre homens e mulheres e a criação de filhos.

Na mídia não religiosa, os discursos pouco abordaram o caráter anormal e, portanto, comportamental da homossexualidade. As falas se limitaram a ressaltar que o casamento, enquanto uma instituição religiosa e jurídica, só pode ser contraído a partir da união entre homens e mulheres. Esse panorama demonstra que parlamentares evangélicos evitaram produzir argumentos que reforçassem a anormalidade das relações

homoafetivas para o público que consome informações das mídias seculares. No entanto, observamos uma recorrência de relatos que apontaram o caráter pecaminoso das relações homoafetivas. Assim, se por um lado as falas não enfatizaram que homossexualidade é uma anomalia, por outro lado reforçaram que a sua prática é um pecado. A classificação da homossexualidade como um comportamento pecaminoso presume uma normatização das práticas sexuais, considerando como normal o seu contrário: a heterossexualidade.

Outra categoria, mobilizada nas falas dos atores, diz respeito aos direitos humanos, como será analisado no capítulo 3. Conforme a tabela 2, podemos observar as expressões utilizadas a partir da mobilização dessa categoria.

<b>Direitos Humanos</b>	
<b>Expressão</b>	<b>Quantidade de vezes utilizada</b>
Liberdade de expressão	25
Liberdade religiosa/crença	24
Democracia Livre	3
Estado Laico	9
Mordaça Gay	1

**Tabela 2**

A liberdade de expressão e a liberdade de culto aparecem como os vocabulários mais acionados nas falas que mobilizam elementos da gramática dos direitos humanos. Vemos que o termo Estado Laico aparece significativamente em nosso mapeamento. Atribuímos essa apropriação a uma estratégia discursiva de legitimação das falas. Os atores abandonaram suas convicções singulares, contrárias à homossexualidade e atribuíram as suas justificativas, princípios gerais. Dessa forma, os argumentos direcionados à mídia não religiosa acionaram recorrentemente os direitos civis como a liberdade de opinião e de professar a fé defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. As falas, além de enfatizarem o respeito do grupo aos homossexuais, destacaram o posicionamento contrário à homofobia. A crítica ao PL 122/2006 se concentrou, portanto, na limitação de direitos individuais que a sua aprovação

condicionaria. A atribuição de convicções gerais confere generalidade e confiabilidade aos argumentos, potencializando assim adesão popular a eles.

Em outros relatos, os atores, para atribuírem generalidade as suas falas, recorreram aos valores democráticos, conforme a tabela 3.

Valores democráticos	
Expressão	Quantidade de vezes utilizada
Homossexuais querem privilégios	6
Evangelicofobia	4
Orgulho hétero	3
Ditadura Gay	5
O anseio de uma minoria não pode se impor à maioria	10

**Tabela 3**

Os relatos alegaram a inconstitucionalidade do projeto, uma vez que na democracia os direitos da maioria deveriam ser inalienáveis, para atribuírem que os homossexuais estariam em busca de privilégios e não de igualdade, já que outros grupos de vulnerabilidade social, como os deficientes, os idosos, as crianças, os inválidos não possuem uma proteção jurídica especial, uma vez que agressões físicas ou verbais já seriam consideradas crimes de lesão corporal, maus tratos, injúria, calúnia e difamação. Dessa forma, alguns discursos recorreram à ideia de uma ameaça de ditadura gay que se refere a uma suposta condição de onipotência que os gays ganhariam se a homofobia fosse criminalizada. Daí surge o termo mordada gay, já que evangélicos, mediante essa situação, seriam “reprimidos” de criticar a prática homoafetiva. Algumas falas apontaram o movimento em torno da aprovação do PL122 e de outros projetos que visam ampliar os direitos dos homossexuais, contrariando valores morais do grupo (como a família heterossexual), de produzirem uma perseguição aos evangélicos, denominada como evangelicofobia. Assim, alguns discursos destacaram a necessidade

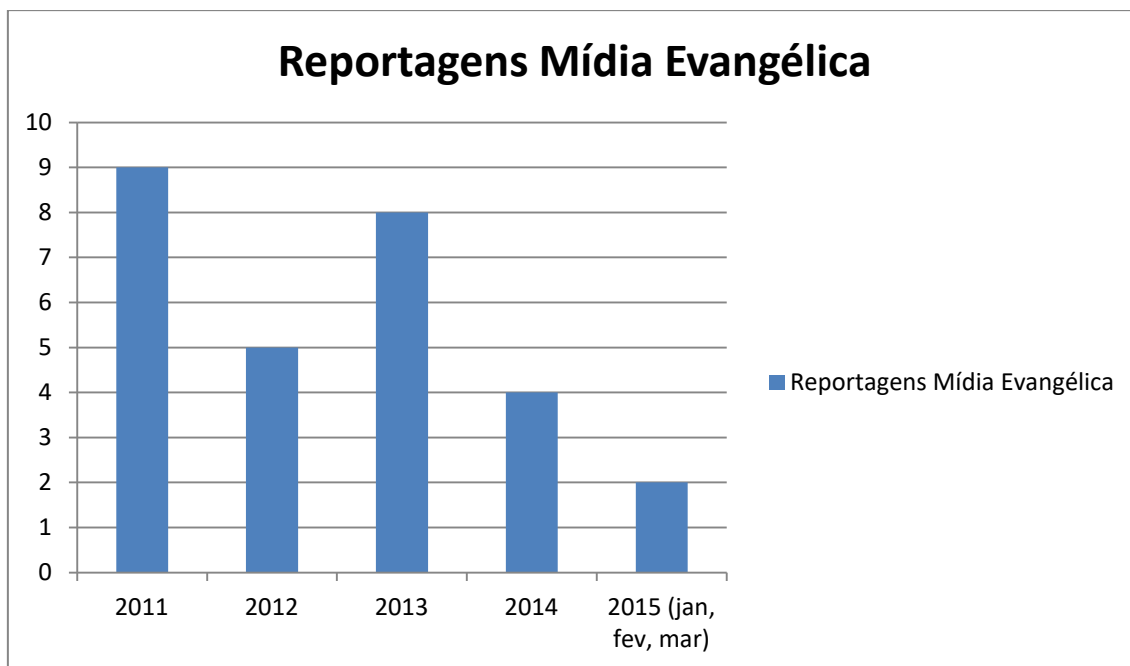
de valorizar a heterossexualidade, como uma forma de resistência a essa perseguição. A essa ideia, alguns atores utilizaram a expressão orgulho hétero, como por exemplo, o Deputado Eduardo Cunha.

Outras falas apontaram o caráter inconstitucional do projeto justamente por se tratar da aplicação de um direito para uma minoria que cercearia o direito da maioria. Assim, de acordo com os valores democráticos, o Congresso Nacional não deveria aprovar um Projeto de Lei que restringisse direitos (de crença e de opinião) da maioria da população.

#### 1.2.2) Mapeamento da mídia evangélica.

O levantamento das matérias em jornais nos possibilitou identificar os atores de destaque, ou seja, aqueles que apareceram recorrentemente nas reportagens. Em relação aos atores evangélicos contrários, destacamos os seguintes nomes: Magno Malta, Marcelo Crivella, João Campos, Eduardo Cunha, Jair Bolsonaro, Silas Malafaia e Marco Feliciano. O critério para a análise na mídia religiosa foi o seguinte: selecionamos as 4 matérias de maior acesso, referentes a cada um dos atores, publicadas online por mídias evangélicas. Para isso utilizamos o site de buscas Google.com. Realizamos uma busca com o nome de cada ator associado às palavras-chaves que utilizamos como filtro no mapeamento dos jornais analisados. São elas: homossexualismo, homossexualidade, criminalização da homofobia, PL 122, Projeto de Lei 122/2006, Lei anti-homofobia, causa gay, cura gay, homofobia, bancada evangélica, Frente Parlamentar Evangélica, Brasil sem homofobia, Estatuto da Família, direito(s) dos homossexuais. Após esse procedimento, selecionamos as reportagens que possuíram o maior número de visualização. Chegamos, portanto, ao número de 28 reportagens selecionadas, publicadas no período de 2011 a 2015 (jan, fev e mar) conforme o gráfico 3 abaixo:





**Gráfico 3**

Por uma questão de viabilização dessa dissertação no prazo estipulado, mapeamos as 4 entrevistas, com maior número de acesso, que cada um dos sete atores de destaque concederam em sites evangélicos. Observamos que as matérias com maior número de acesso foram publicadas no ano de 2011. Parece evidente esse número, a julgar que se trata de publicações que estão há mais tempo disponíveis na rede. No entanto, o ano de 2013 supera o número de acessos das reportagens de 2012, fator que nos induz a considerar que as falas e relatos produzidos por determinados atores possuem maior visibilidade como, por exemplo, Marco Feliciano, que esteve em evidência em 2013, haja vista que quase todas as reportagens que mapeamos com suas falas foram postadas nesse ano.

A análise revelou diferenças significativas na recorrência de termos específicos em relação à mídia secular. Conforme a Tabela 4, verificamos a apropriação dos seguintes termos que acionam a ideia de natureza heterossexual.

<b>Ideia de natureza heterossexual</b>	
<b>Expressão</b>	<b>Quantidade de vezes utilizada</b>
O homossexualismo é pecado	9
Casamento é entre homem e mulher	2
Defesa da família	11
Família natural	3
Natureza de Deus	2
Homossexualismo não é normal	5
Deus criou macho e fêmea	5
Homossexualismo é um comportamento	31
Valores Cristãos	3

**Tabela 4**

A princípio, a maior diferença diz respeito à utilização do termo homossexualismo como sendo comportamental. Enquanto nos jornais, entre 196 reportagens mapeamos apenas 2 vezes esse termo, nos sites evangélicos identificamos que os atores utilizaram 31 vezes essa expressão, em 28 entrevistas. Esse quadro evidencia que os atores elaboraram suas justificativas, a partir do tipo de público que as leriam. No caso da mídia evangélica, os atores agregaram com maior frequência elementos da ciência aos seus relatos para legitimarem a ideia de anormalidade das relações homoafetivas.

Assim, as falas direcionadas a essa mídia recorreram com maior frequência aos vocabulários “homossexualismo não é normal” e “homossexualismo é pecado”. Em contrapartida, observamos que os discursos não reforçaram com tanta intensidade a ideia de inviabilidade do casamento homossexual, no entanto, agregaram às suas falas termos que defendem a família.

Também houve importante diferença na apropriação de expressões que acionaram valores da gramática dos direitos humanos em relação às falas direcionadas aos jornais mapeados, conforme a tabela 5.

<b>Direitos Humanos</b>	
<b>Expressão</b>	<b>Quantidade de vezes utilizada</b>
Liberdade de expressão	12
Liberdade religiosa/crença	7
Estado Laico	3
Mordaça Gay	0

**Tabela 5**

Na mídia evangélica, os atores recorrem moderadamente às expressões: liberdade de opinião e liberdade de crença. A recorrência de princípios gerais, fundamentados nos direitos humanos, foi baixa. Para o público evangélico, atores se empenharam muito mais em adensar princípios relacionados ao caráter anômalo da homossexualidade, do que incorporar aos seus relatos elementos que compõem os direitos civis. Recorrendo à metodologia aplicada a essa pesquisa para lançar luz nesse panorama, as justificativas ganham verossimilhança quanto mais os atores acionam a sistemas de referências do público envolvido no debate. Dessa forma, ao falar para os leitores das mídias evangélicas, parlamentares investiram em adensar às suas falas a concepção de anormalidade das relações homoafetivas.

Seguindo em nossa análise, verificamos que os atores mobilizaram com maior frequência na mídia evangélica, em relação à mídia não religiosa, o argumento de que os homossexuais e seus defensores recorriam ao PL 122/2006 para alcançar privilégios.

<b>Valores democráticos</b>	
<b>Expressão</b>	<b>Quantidade de vezes utilizada</b>
Homossexuais querem privilégios	6
Evangelicofobia	0
Orgulho hétero	1
Ditadura Gay	3
O anseio de uma minoria não pode se impor à maioria	2
Democracia livre	5

**Tabela 6**

As tabelas acima demonstram que o recurso à gramática dos direitos e da democracia foi mais recorrente nas falas direcionadas aos grandes jornais do que na mídia evangélica. Quando os atores falaram para dentro, ou seja, para o público evangélico, eles utilizaram menos os argumentos fundamentados em repertórios que têm ampla aceitação nas arenas públicas. De acordo com o Boltanski (1999), atores recorrem a princípios gerais para atribuir força e legitimidade a uma justificativa utilizada para mobilizar públicos amplos, que de modo em geral não compartilham com os valores dos singulares.

### **1.3) Os Atores de destaque**

Identificamos os atores com maior peso na controvérsia a partir da recorrência de falas mapeadas e do espaço dedicado a essas falas em reportagens nos jornais pesquisados. Os atores que se destacaram foram os Deputados Federais: João Campos, Jair Bolsonaro, Marco Feliciano, Eduardo Cunha. Os Senadores: Magno Malta e Marcelo Crivela e o Pastor Silas Malafaia, que apesar de não exercer nenhuma atividade parlamentar sempre posicionou oficialmente apoio a candidatos evangélicos em eleições

e muitas vezes foi convidado a colaborar em discussões acerca de propostas do Congresso Nacional, como por exemplo, em audiências públicas.

Apesar dessa análise se deter apenas nas falas dos atores contrários evangélicos, mapeamos a controvérsia como um todo, no intuito de seguir a rede de conexões estipuladas por diferentes atores. Assim, apontamos que os atores de destaque que ocupam o outro polo desse embate, referente aos agentes favoráveis pela criminalização da homofobia, são os Deputados Jean Wyllys, a Senadora Marta Suplicy e Toni Reis.

Propomos, abaixo, investigar alguns elementos da biografia desses atores, identificando a filiação política e religiosa, bem como a participação em determinados movimentos sociais ou a frentes parlamentares que endossam o Congresso Nacional. Esse breve levantamento é importante para explicitar as conexões com as religiões evangélicas e a defesa de posicionamentos e, consequentemente, Projetos de Leis que são de interesse dessas instituições.

#### 1.3.1) Atores contrários evangélicos

##### **Deputado João Campos**

João Campos de Araújo nasceu em Peixe, Tocantins, no dia 28 de dezembro de 1962. É formado em Direito pela Universidade Católica (GO). Possui especialização em Direito Constitucional e em Direito Administrativo, ambas pela Academia de Polícia Civil, Goiânia, GO. Possui pós-graduação em Direito Processual Penal pela Universidade Católica e Academia de Polícia Civil<sup>31</sup>.

Foi escrivão de Polícia na Diretoria Geral da Polícia Civil, em Goiânia, entre 1983 e 1987; posteriormente, atuou como Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, entre 1990 e 1991. Foi Delegado Titular do 4º Distrito Policial, em Aparecida de Goiânia, entre 1991 e 1992.

Tornou-se Deputado Federal pelo estado de Goiás, filiado ao PSDB em 2003. Desde então foi eleito em todas as candidaturas pelo mesmo partido. Em 2013 foi eleito 1º vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Em 2016 rompeu com o PSDB e se filiou ao PRB.

---

<sup>31</sup> Fonte: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74366](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74366). Acessado em 30 de outubro de 2017.

Convertido em 1973, Campos é evangélico e se tornou pastor da Igreja Assembleia de Deus, Ministério Madureira, em Goiânia. Atualmente integra a Igreja Assembleia de Deus – Ministério de Vila Nova, pastoreada pelo Pr. Josué Gouveia. O Deputado é integrante da Frente Parlamentar Evangélica, no Congresso Nacional, onde já exerceu o cargo de presidente. Ao tomar posse, em 2015, professou um discurso cujo trecho abaixo ganhou destaque na mídia<sup>32</sup>.

Alguns temas dizem respeito diretamente às entidades religiosas. A questão da imunidade tributária, por exemplo, assim como a liberdade religiosa e o ensino religioso facultativo, entre outros. Se tivermos em algum momento alguma lei que fere um desses princípios não teríamos como questionar isso no Supremo. Com a proposta, estamos corrigindo uma grave omissão em que o constituinte incorreu ao deixar essa lacuna, argumentou o parlamentar<sup>33</sup>.

Como deputado, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que pretendia retirar a restrição de psicólogos a debates e tratamentos relacionados à homossexualidade. Gerou grande polêmica e foi comumente chamado de "*cura gay*". Em 2015 apresentou a proposta de emenda constitucional, que prevê a inclusão de entidades religiosas de âmbito nacional na lista de instituições que podem propor ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal<sup>34</sup>.

Outro destaque é o Estatuto do Nascituro (Projeto de Lei 478/07), que garante direitos ao nascituro e sua inclusão em políticas sociais públicas, transformando o aborto em crime hediondo<sup>35</sup>.

Votou a favor do Processo de impeachment de Dilma Rousseff. Posteriormente, foi favorável à PEC do Teto dos Gastos Públicos. Em agosto de 2017 votou contra o processo em que se pedia abertura de investigação do então Presidente Michel Temer, ajudando a arquivar a denúncia do Ministério Público Federal<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup>Fonte:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fDPwfTzcuSwJ:https://guiame.com.br/gospel/noticias/joao-campos-e-eleito-presidente-da-frente-parlamentar-evangelica.html+&cd=21&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR>. Acessado em 30 de outubro de 2017.

<sup>33</sup>Idem ao 10.

<sup>34</sup>Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Campos\\_\(pol%C3%ADtico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Campos_(pol%C3%ADtico)). Acessado em: 30 de outubro de 2016

<sup>35</sup>Idem ao 10.

<sup>36</sup>Idem ao 12.

## Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro nasceu em Campinas, São Paulo, no dia 21 de março de 1955. Foi aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Campinas. Em 1977 formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, Rio de Janeiro. Coursou a Brigada de Paraquedismo do Rio de Janeiro. Em 1983 formou-se no curso de Educação Física do Exército. Chegou a patente de Capitão. Em 1988 foi para a reserva com a patente de Capitão<sup>37</sup>.

Tornou-se Deputado Federal pela primeira vez em 1991, sendo eleito posteriormente ao cargo em todas as próximas legislaturas. Durante sua trajetória política foi filiado aos seguintes partidos PDC, 1989-1993; PP, 1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PTB, 2003-2005; PFL, 2005; PP, 2005-2016; PSC, 2016<sup>38</sup>.

Apesar de não integrar oficialmente a Frente Parlamentar Evangélica, O deputado em muitos momentos declarou e recebeu apoio do grupo. Na disputa para a substituição do Deputado Marco Feliciano ao cargo da presidência da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, por exemplo, afirmou: *“Estou fechado com a bancada evangélica e tenho o apoio do líder do meu partido. Não acredito que o PT vai se interessar pela comissão. Isso é desejo de uma minoria do PT. Eles vão querer algo maior”*<sup>39</sup>,

Em vídeo que circulou na internet no ano de 2016, o deputado apareceu sendo batizado no rio Jordan pelo Pastor (que também é político) Everaldo. Ainda que sempre tenha evitado dar declarações sobre sua filiação religiosa, em uma entrevista no ano de 2011, Bolsonaro afirmou ser católico por tradição, mas frequentador da Igreja Batista há 10 anos<sup>40</sup>.

Na biografia da página na internet do Deputado, Bolsonaro é definido da seguinte maneira<sup>41</sup>:

---

<sup>37</sup> Fonte: [https://www.ebiografia.com/jair\\_bolsonaro](https://www.ebiografia.com/jair_bolsonaro). Acessado em 05 de novembro de 2017.

<sup>38</sup> Fonte: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74847](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74847). Acessado em 30 de outubro de 2017.

<sup>39</sup> Fonte: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Jt-9ZT5HuNcJ:https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/jair-bolsonaro-estou-fechado-com-bancada-evangelica.html+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

<sup>40</sup> Fonte: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zb3QWOjLoSYJ:https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bolsonaro-sou-um-catolico-que-frequentou-a-igreja-batista-por-10-anos.html+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 05 de dezembro de 2017.

<sup>41</sup> Fonte: <https://www.bolsonaro.com.br>. Acessado em 30 de outubro de 2017.

Jair Bolsonaro é conhecido por suas posições em defesa da família, da soberania nacional, do direito à propriedade e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Suas bandeiras políticas são fortemente combatidas pelos partidos de ideologia esquerdista. Em seus mandatos parlamentares, destacou-se na luta contra a erotização infantil nas escolas e por um maior rigor disciplinar nesses estabelecimentos, pela redução da maioria penal, pelo armamento do cidadão de bem e direito à legítima defesa, pela segurança jurídica na atuação policial e pelos valores cristãos. Foi idealizador do voto impresso, que certamente contribuirá para a realização de eleições mais confiáveis e passíveis de auditoria.

O Deputado ganhou grande repercussão na mídia após declarações polêmicas, como essas abaixo, publicadas pelo site congresso em foco, pertencente ao canal UOL<sup>42</sup>:

**“Sou preconceituoso, com muito orgulho.”**

*Em entrevista à revista Época, em 2011*

**“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí.”**

*Em entrevista sobre homossexualidade à revista Playboy, em dezembro de 2011*

**“O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele.”**

*Em um debate na TV Câmara, em 2010*

**“Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater.”**

*Após o então presidente FHC segurar uma bandeira com as cores do arco-íris em defesa da união homoafetiva, em maio de 2002*

**“Eu não corro esse risco, meus filhos foram muito bem educados.”**

*Em resposta a Preta Gil, sobre o que faria se seus filhos se relacionassem com uma mulher negra ou com homossexuais, no programa CQC, da Band*

**“Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Nem pra procriador ele serve mais.”**

*Em palestra no Clube da Hebraica, no Rio, em abril de 2017*

**“Não te estupro porque você não merece.”**

*Para a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), em dezembro de 2014*

**“Mulher deve ganhar salário menor porque engravida. Quando ela voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias, ou seja, trabalhou cinco meses.”**

*Em entrevista ao jornal Zero Hora, em fevereiro de 2015*

---

<sup>42</sup> Fonte: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro>. Acessado em 05 de novembro de 2017.



## Marco Feliciano

Feliciano nasceu em 12 de outubro de 1972 em Orlândia, interior de São Paulo. É formado em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica Logos, São Paulo, SP, 1993; Doutor em Filosofia Cristã pela Faculdade de Educação Teológica, São Paulo, SP, 2008 e Pós-Doutorado em Filosofia Cristã pela Faculdade de Teologia e Ensino Superior do Pará, 2010<sup>43</sup>.

Na política foi eleito em 2011 a Deputado federal e atualmente está em exercício do seu segundo mandato consecutivo, ambos pelo PSC-SP.

Ainda na adolescência se converteu à igreja Assembleia de Deus. Em diversos sites que narram sobre a biografia do Pastor há um relato que afirma que em 1996, Feliciano teria tido uma experiência sobrenatural com Deus. Em seu livro “Chamada de Fogo”, ele conta que foi visitado pelo Senhor, que deu uma unção para pregar a Palavra. “A partir de hoje não és mais o mesmo homem!”, ouviu do céu uma voz dizendo. Após pouco tempo do ocorrido, Marco Feliciano foi convidado para pregar em congressos e reuniões em diversas cidades brasileiras<sup>44</sup>. O grande salto na carreira de Feliciano ocorreu em 1999, quando pregou pela primeira vez no congresso dos Gideões Missionários, em Camboriú (SC), que reuniu, naquele ano, mais de 100 mil pessoas<sup>45</sup>.

Atualmente é pastor e presidente da igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento e integrante da Frente Parlamentar Evangélica. Já escreveu 18 livros, além de gravar uma série de CDs e DVDs<sup>46</sup>.

Em votação polêmica, Feliciano, indicado por seu partido PSC, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, fator que gerou grande movimento de contestação por parte da população que demonstrou sua indignação em protestos nas redes sociais e nas ruas. Feliciano era conhecido como homofóbico e racista por ter declarado em 2011, em sua página no Twitter, que o amor entre pessoas do mesmo sexo leva “ao ódio, ao crime e à rejeição”. Ele ainda teria escrito que descendentes de africanos são “amaldiçoados”.

---

<sup>43</sup>Fonte: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=160601](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160601). Acessado em 05 de novembro de 2017.

<sup>44</sup> Fonte: <https://artistas.gospelprime.com.br/marco-feliciano>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

<sup>45</sup> Idem ao 21.

<sup>46</sup><http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/conheca-marco-feliciano-que-preside-a-comissao-de-direitos-humanos,b78c30c6c63ad310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

O Pastor foi acusado de articular manobras para reprovar, na CDHM, Projetos de Leis que atentassem contra a vida e a família tradicional e aprovar PLs defendidos pela Frente Parlamentar Evangélica, como o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 que previa a anulação de dois artigos da Resolução 01/99, aplicada pelo Conselho Federal de Psicologia, nos quais é vedado ao profissional da área oferecer e aplicar tratamentos de reversão da homossexualidade.

## **Eduardo Cunha**

Eduardo Cosentino da Cunha, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1958, é formado pela Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, em 1980. Iniciou sua carreira política em 1982 onde trabalhou na campanha de Eliseu Resende (PDS) ao governo de Minas Gerais. Posteriormente, atuou na campanha de Moreira Franco (PMDB) ao governo do Rio. Trabalhou na campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência, onde acabou atuando como tesoureiro no Rio, sendo nomeado por Collor para comandar a Telerj, empresa de telecomunicações do RJ<sup>47</sup>.

Em 1995 trabalhou na rádio gospel Melodia FM, do empresário Francisco Silva, seu padrinho político. Na rádio, lançaria seu bordão de campanhas eleitorais: "Afim de contas, o nosso povo merece respeito"<sup>48</sup>.

Cunha exerceu o cargo de Deputado Federal entre fevereiro de 2003 e setembro de 2016, quando foi cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados. Foi filiado pelo PRB e em 2006 migrou para o PMDB. Fez parte da Frente Parlamentar evangélica, sendo atualmente filiado à Igreja Assembleia de Deus<sup>49</sup>.

Em fevereiro de 2015, Cunha foi eleito para a Presidência da Câmara dos Deputados. Em seu mandato desarquivou e acelerou Projetos de Leis considerados polêmicos como a redução da maioria penal que tramitava há 21 anos pela casa sem ter sido colocado em votação, o estatuto da família que define a família apenas como a união entre um homem e uma mulher, o que contraria os interesses de movimentos LGBT, o dia do Orgulho Heterossexual, apresentado em 2011, de autoria do próprio Eduardo Cunha que o desarquivou no início de seu mandato como presidente da Casa, a demarcação de terras indígenas, que transfere as decisões sobre demarcação de terras

---

<sup>47</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/trajetoria-de-eduardo-cunha.html>. Acessado em 10 de novembro de 2017.

<sup>48</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo\\_Cunha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Cunha). Acessado em 10 de novembro de 2017.

<sup>49</sup> Idem ao 24.

indígenas do Executivo para o Legislativo e o estatuto do nascituro que previa classificar o aborto como crime hediondo, além de proibir as pesquisas científicas com células tronco<sup>50</sup>.

No dia 12 de setembro de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados cassou o mandato parlamentar de Eduardo Cunha que está sendo investigado pela Operação Lava Jato, com denúncia feita pela Procuradoria Geral da República ao STF. É acusado de mentir na CPI da Petrobrás por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Devido às acusações que pesam contra ele, tornou-se réu no Supremo Tribunal Federal<sup>51</sup>.

### **Magno Malta**

Nascido em Macarani, na Bahia, em 16 de outubro de 1957, Magno Pereira Malta formou-se em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil (STBNB), em Pernambuco, e desenvolveu sua carreira política no Espírito Santo, onde foi eleito vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal, por uma legislatura em cada cargo. Atualmente exerce seu segundo mandato no Senado<sup>52</sup>. Foi filiado, além de PTB e PL, ao PMDB (em 1995) e ao PST em 2001. Atualmente, pertence ao PR.

Malta é pastor evangélico e membro da banda gospel Tempero do Mundo. Além disso, integra a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Na mídia ganhou projeção por ter seu nome envolvido entre os políticos que desviaram recursos públicos destinados para a compra de ambulâncias no Ministério da Saúde, escândalo que ficou conhecido como a máfia das sanguessugas, em 2007, e por ter liderado posteriormente a CPI da pedofilia no Senado e a CPI do narcotráfico na Câmara dos Deputados<sup>53</sup>.

### **Marcelo Crivella**

Marcelo Bezerra Crivella nasceu em 9 outubro de 1957 no Rio de Janeiro. É engenheiro civil formado pela Universidade Santa Úrsula/Faculdade Eng<sup>a</sup> Civil de Barra do Piraí. Crivella ingressou na carreira política em 2002, quando foi eleito senador do

---

<sup>50</sup>Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/5-polemicas-que-cunha-ainda-quer-aprovar-na-camara>. Acessado em 10 de novembro de 2017.

<sup>51</sup> Idem ao 24.

<sup>52</sup>Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/631>. Acessado em 10 de novembro de 2017.

<sup>53</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Magno\\_Malta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Magno_Malta). Acessado em 10 de novembro de 2017.

Rio de Janeiro, o qual seguiu no cargo até 2016, ano que deixou o mandato para concorrer à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

No Congresso Nacional, foi vice-líder do Governo Lula e líder da bancada do Partido Liberal – PL. Em setembro de 2005 fundou com o vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, o Partido Republicano Brasileiro – PRB, do qual foi seu Líder no Senado desde então. Crivella foi reeleito em 2010 para um mandato de 2011 a 2019. Atualmente é prefeito da cidade do Rio de Janeiro<sup>54</sup>.

Além de integrar a Frente Parlamentar Evangélica, Crivella é sobrinho de Edir Macedo e ocupa o cargo de bispo (atualmente licenciado) da Igreja Universal do Reino de Deus. Seus pais são católicos, porém frequentou a Igreja Metodista na juventude. Sua ligação com o tio, Edir Macedo, fez com que começasse a frequentar a IURD em 1977. Depois de sua conversão, começou a trabalhar na igreja recém-criada pelo tio. Após ter seu ministério aprovado, tornou-se pastor e depois foi consagrado a bispo. Foi missionário na África, onde morou por quase uma década. É autor de 10 livros e gravou vários CDs<sup>55</sup>.

### **Silas Malafaia**

Pastor Silas Lima Malafaia nasceu em 20 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro. É formado, pelo Instituto Bíblico Pentecostal, em teologia e em psicologia pela Universidade Gama Filho<sup>56</sup>. Atualmente é líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ainda é presidente do Conselho de Ministros do Estado do Rio de Janeiro (Comerj), vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (Cimeb), entidade que agrega mais de 8,5 mil pastores brasileiros, e presidente da Editora Central Gospel e da gravadora Central Gospel Music. Há 30 anos ininterruptos na televisão, seu programa “Vitória em Cristo” é exibido todos os sábados em três emissoras: Bandeirantes, Rede TV e CNT; e de segunda a sexta-feira, apenas na CNT. A versão dublada é exibida em mais de 200 países<sup>57</sup>.

Malafaia é bastante conhecido por sua atuação política, crítica a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Nas eleições de 2012, foi cabo

---

<sup>54</sup> Fonte: <https://marcelocrivella.com.br/biografia-2>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

<sup>55</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo\\_Crivella](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Crivella). Acessado em 13 de novembro de 2017.

<sup>56</sup> Fonte: <http://blog.presentesevangelicos.com.br/tudo-sobre-pastor-silas-malafaia-vida-e-bibliografia>. Acessado em 22 de novembro de 2017.

<sup>57</sup> <https://www.amigodecristo.com/2012/09/biografia-do-pastor-silas-malafaia.html>. Acessado em 22 de novembro de 2017.

eleitoral evangélico do candidato José Serra (PSDB) à Prefeitura de São Paulo e ajudou a eleger 24 prefeitos e 16 vereadores em sete Estados. Nas eleições de 2014, fez campanha para Aécio Neves (PSDB) à Presidência da República<sup>58</sup>.

Malafaia foi convidado a participar de diversas audiências públicas no Congresso Nacional, como por exemplo, acerca do Estatuto da Família em 2015, da anulação de artigos presentes na resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia em 2012 e da criminalização da homofobia em 2011.

### 1.3.2) Atores Favoráveis

#### **Marta Suplicy**

Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy nasceu em São Paulo em 18 de março de 1945. Atualmente filiada ao PMDB, exerce o cargo de senadora da República.

Marta graduou-se em psicologia pela PUC-SP, concluindo uma pós-graduação e um mestrado no exterior logo depois.

Trabalhou como psicóloga comportamental e sexóloga. Em 1980, passou a apresentar o quadro Comportamento Sexual, na TV Mulher, onde falava abertamente sobre temas sexuais.

Como apresentadora, causou polêmica ao defender abertamente assuntos controversos, como a emancipação e os direitos da mulher, o aborto, os movimentos feministas e LGBT. Sendo a primeira vez em que o sexo foi debatido na televisão brasileira, o programa recebeu quatro processos do Departamento Nacional de Telecomunicações, que era responsável pela censura na TV, por "divulgação de fatos impróprios para o horário." Marta também foi alvo de muitos protestos por falar, em pleno dia, sobre orgasmo feminino e por repetir as palavras pênis e vagina.

Ainda no campo da psicologia, Marta publicou nove livros relacionados a esse tema, incluindo: Conversando sobre Sexo (1983), Sexo para adolescente: orientação para educadores (1988), Papai, mamãe e eu: o desenvolvimento sexual da criança dos dois aos seis anos no lar e na escola (1990), Guia de orientação sexual (1994), Sexo se Aprende na Escola (1995) e Sexo para adolescente: amor, homossexualidade, masturbação, virgindade, anticoncepção, AIDS (1995).

---

<sup>58</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Silas\\_Malafaia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Silas_Malafaia). Acessado em 22 de novembro de 2017.

Entre 1989 e 1992 trabalhou com Paulo Freire na implementação de um programa de orientação sexual. Em 1994 foi eleita deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, partido que estava filiada desde 1981. Em 1998, Marta concorreu ao governo de São Paulo, mas foi derrotada ainda no primeiro turno.

Em 2000, elegeu-se prefeita de São Paulo, cargo que ocupou até 2005, após não conseguir se reeleger. Em 2007, tornou-se ministra do Turismo no governo Lula e, em 2008, foi derrotada no segundo turno da eleição paulistana. Marta foi eleita senadora em 2010 e foi empossada no cargo em fevereiro de 2011. Desde então, afastou-se da função durante o período em que foi ministra da Cultura (2012-2014), saiu do PT e concorreu, novamente sem sucesso, à prefeitura de São Paulo em 2016.

### **Jean Wyllys**

Jean Wyllys de Matos Santos nasceu em Alagoinhas em 10 de março de 1974. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal da Bahia onde também cursou mestrado em letras. É deputado federal pelo PSOL do Rio de Janeiro e está em exercício do seu segundo mandato. Ficou conhecido pela atuação na defesa dos direitos humanos e direitos LGBT, sendo atualmente o único parlamentar do Congresso Nacional a ter se assumido gay<sup>59</sup>.

No Congresso, Jean Wyllys assumiu causas relacionadas aos direitos das minorias. Participa da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Alguns de seus Projetos de Leis provocaram controvérsia, como a proposta de regulamentar a prostituição ou a tentativa de revogar as leis que definem o casamento para liberar a união de pessoas do mesmo sexo<sup>60</sup>.

O deputado também enfrentou e protagonizou polêmicas no Congresso. Uma delas foi na votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara. Wyllys cuspiu em Jair Bolsonaro, deputado que elogiou o torturador de Dilma.

### **Toni Reis**

---

<sup>59</sup> Fonte: <http://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/jean-wyllys-santos.html>. Acessado em 17 de dezembro de 2017.

<sup>60</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean\\_Wyllys](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Wyllys). Acessado em 17 de dezembro de 2017.

Toni Reis nasceu em Coronel Vivida em 1964. Fez Licenciatura em Letras na Universidade Federal do Paraná.

Em 1992 foi um dos fundadores do Grupo Dignidade, a primeira organização da sociedade civil paranaense e a segunda da região sul, voltada para a promoção e defesa dos direitos humanos da comunidade LGBT. A Dignidade é, ainda hoje, um dos grupos mais atuantes do Brasil.

Foi um dos idealizadores e principais impulsionadores da criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), fundada em Curitiba em 1995. Foi eleito o primeiro presidente da instituição e reassumiu o cargo entre 2007 e 2012<sup>61</sup>.

Atualmente é o Diretor Executivo da organização brasileira LGBTI. Também é o secretário de Educação da ABGLT. É membro do Conselho Internacional da Fundação Hirschfeld-Eddy. Atua como professor e especialista em sexualidade humana e em dinâmica de grupo. Possui mestrado em filosofia na área de ética e sexualidade. Além disso, Reis é também o coordenador latino-americano da Associação para a Saúde Integral e Cidadania na América Latina e no Caribe<sup>62</sup>.

Estes são os atores que se destacaram na controvérsia. Dessa maneira, nos próximos capítulos nos empenharemos em analisar suas falas e destaques nas mídias secular e evangélica. Nesse item, já demonstramos a apropriação de princípios gerais referentes a ideia de família, à gramática dos direitos civis e das ciências e aos valores democráticos, na composição das justificativas. Nosso próximo passo, portanto, será analisar como essas apropriações se deram a fim de produzir força e legitimidade aos argumentos.

#### **1.4) Religião e Espaço Público**

Durante um longo período a antropologia foi marcada pelo lugar da religião na modernidade. No Brasil, os estudos da religião foram marcados pelo paradigma weberiano. Segundo Montero (2003), na teoria de Max Weber, o processo de modernização levaria à secularização dos Estados. Esse processo ocorreria devido ao surgimento da racionalidade condicionada pelo pensamento científico. As sociedades

---

<sup>61</sup> Fonte: [http://www.tonireis.com.br/?page\\_id=5](http://www.tonireis.com.br/?page_id=5). Acessado em 17 de dezembro de 2017.

<sup>62</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Toni\\_Reis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Toni_Reis). Acessado em 17 de dezembro de 2017.

abandonariam suas formas tradicionais de organização, pautadas pelo pensamento mítico e mágico intrínseco à religião, aderindo a um modelo de organização fundamentado pela razão e pela ciência.

Diante desta perspectiva, as sociedades, na medida em que submetessem aos processos de modernização, deixariam de ser regidas e reguladas pela religião. Os diversos níveis da vida social, até então integrados por ela, ganhariam autonomia para se reeditarem de forma emancipatória, reorganizando-se em esferas independentes e distintas. Tais esferas comporiam a sociedade moderna (política, econômica, cultural e científica e etc.), e a religião perderia sua autonomia enquanto órgão regulador da sociedade, cabendo a ela o poder de gerir apenas a sua dimensão; a religiosa.

No entanto, Montero (2003) estabelece uma crítica a esse modelo weberiano usando como exemplo o caso brasileiro, em que o processo de secularização não aconteceu exatamente dessa maneira. Segundo a autora, o processo de laicização do Estado brasileiro foi acompanhado pelo processo de separação das esferas religiosa e política, entretanto, a secularização da sociedade não ocorreu da mesma forma, sendo que *“a subtração radical de amplos setores da sociedade civil à influência católica ou o refluxo do religioso em geral para a esfera doméstica”* não aconteceu (2006, p. 48). Dessa maneira, a Igreja Católica permaneceu influenciando a sociedade civil.

Este panorama é demonstrado por Emerson Giumbelli (2008) que explica que a princípio, a Igreja Católica foi contrária à sua separação do Estado. Seus líderes e representantes empenharam-se em desarticular o processo de laicização. Essa articulação não impediu a secularização do estado, declarada vigente no século XIX, porém garantiu à Igreja algumas concessões incluídas na constituição de 1934 como, por exemplo, a permissão do ensino religioso em escolas, a revalidação do casamento religioso com efeito civil e a possibilidade de colaboração ente Estado e Igreja desde que a aliança formada tivesse como intuito um “interesse coletivo”.

O código civil regulamentado em 1917 aprovou a autonomia jurídica das associações religiosas, possibilitando a todas as igrejas adquirir e administrar bens, desde que possuíssem o caráter de “propriedade de mão-morta<sup>63</sup>”. As igrejas passaram a ter liberdade de gestão econômica, cabendo a cada instituição regular a relação entre

---

<sup>63</sup> Bens fundiários da Igreja no Antigo Regime, provenientes de doações, nomeadamente, heranças de fieis. De mão-morta porque não transitavam por herança, por falecimento do titular. Ficavam "eternamente" na mão ou na posse da Igreja.



seus membros, os objetivos do coletivo e as normas vigentes em seus estatutos. Este ponto demonstra a autonomia concedida à Igreja para se autogerir na sociedade.

Além da autoridade colaborativa que usufruía, a Igreja Católica era a única instituição reconhecida como "religião" nas primeiras décadas da República Brasileira. Nesse sentido, a sua contribuição foi central inclusive para o reconhecimento de outras práticas como "religiosas", diferenciando-as de práticas mágicas, feitiço, etc. Apesar de se opor em relação à separação, a Igreja Católica não se posicionou contrária à liberdade religiosa, uma vez que, neste momento, as religiões evangélicas não possuíam força no Brasil e as religiões afro-brasileiras eram apontadas como práticas criminosas. Essa hegemonia proporcionou a sua participação direta no processo de legitimação de outras religiões (GIUMBELLI, 2008).

Estes exemplos demonstram as especificidades da relação entre Igreja Católica e o Estado no Brasil. Apesar da laicização do Estado, a Igreja permaneceu participando e influenciando as decisões no espaço público. Dessa maneira, a presença das religiões não é nova e nem recente na sociedade brasileira.

Já a intervenção das religiões evangélicas na esfera pública aconteceu bastante posteriormente. Com a sua crescente presença na sociedade brasileira, a partir do século XXI, observamos a atuação de líderes religiosos evangélicos na sociedade civil em diferentes ações (GIUMBELLI, 2008).

Mas essa presença pública das denominações evangélicas não aconteceu subitamente. Desde a década de setenta, estudos de sociologia da religião apontam a retração do número de pessoas que se denominam católicas, paralelamente ao aumento do número de adeptos ao protestantismo, especialmente em suas versões pentecostal e, mais recentemente, neopentecostal. Esta retração, que se iniciou lenta, ganhou força nas décadas de oitenta e noventa do século passado, assim como ganhou força a expansão daqueles que se declaram evangélicos.

André de Souza (2012) aponta estes dados em sua análise sobre o censo desde a década de quarenta do século passado. Segundo o autor:

Em 1940, os católicos compunham 96,2% no primeiro censo demográfico em que o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) considerou o quesito religião. Essa cifra chegou no ano 2000 a 73,9%, fazendo com que aproximadamente ainda  $\frac{3}{4}$  da população brasileira se declare seguidora da igreja romana. Em contrapartida, os protestantes, tanto de missão ou históricos quanto os pentecostais, abrangiam naquele primeiro censo 2,6%, vindo a compor seis décadas mais tarde 15,6% da população total (Souza, 2010).

De acordo com o último recenseamento com dados disponíveis, em 2010 foi contabilizado 64,6% de católicos na população brasileira, já os evangélicos saltaram para 22,2%, num total de 42.275.440 brasileiros.

De 2000 a 2010, os evangélicos cresceram cinco vezes a mais do que a população brasileira: 61,4% contra 12,3%. Com isso, ampliaram seu rebanho em 16 milhões de adeptos, saltando de 26,2 para 42,3 milhões, compostos por 7,7 milhões de evangélicos de missão (4% da população), 25,4 milhões de pentecostais (13,3%) e 9,2 milhões de evangélicos não determinados (4,8%) (MARIANO, 2013, p. 124).

Entretanto, esta mudança de sensibilidade não está apenas associada à saída dos fiéis do catolicismo, mas também às formas de ação e inserção na esfera pública realizadas pelas denominações evangélicas, processo que desencadeou, inclusive, uma crescente disputa por legitimidade na esfera pública entre as instituições católicas e instituições eclesiais classificadas como evangélicas, que já foi tema de uma extensa produção bibliográfica (Giumbelli, 2008; Oro 2003; dentre outros).

A literatura demonstra que estas igrejas aderiram uma postura participativa em diferentes áreas. Observamos suas ações na sociedade civil através de ações sociais e ocupação de espaços públicos, nos veículos de comunicação e na vida política.

Dessa forma, paralelamente ao seu aumento numérico, as religiões evangélicas foram desenvolvendo estratégias de ação na esfera pública e de ocupação no espaço público, ocorridas de variadas maneiras. No caso das ações sociais, destacamos como exemplo a prática da caridade através da prestação de serviços sociais. Além disso, observamos ações sociais promovidas por igrejas evangélicas em espaços onde a atuação do Estado é ineficiente ou até mesmo inexistente, como no caso do combate ao uso do crack através de campanhas promovidas pela Igreja Universal do Reino de Deus.

A presença religiosa transpõe os limites da igreja enquanto espaço físico, penetrando nos meios de comunicação de massa e potencializando assim a sua visibilidade. As concessões públicas para as veiculações televisivas e radiofônicas de programas religiosos, além de condicionar a imersão do discurso teológico na vida cotidiana de seus fiéis, proporcionou a problematização de aspectos da vida social sob uma perspectiva das religiões. A esfera midiática é ocupada atualmente através de programas de rádio e TV, blogs e sites, além de perfis em redes sociais. A política vem sendo ocupada a partir do sucesso em candidaturas a cargos Legislativos e Executivos.

A atuação evangélica também é observada no espaço público geográfico. Lideranças convocam os fiéis a tomar as ruas em marchas e manifestações lideradas pelas igrejas.

Um exemplo dado por Ari Pedro de Oro (2003) destaca a atuação de agentes religiosos em campanhas eleitorais, bem como a crescente participação de pastores evangélicos, principalmente pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em cargos políticos. Os estudos sobre a presença dos atores evangélicos na política institucional, especialmente no poder Legislativo, também já estão organizados em um item abaixo.

Segundo uma parcela desses estudos, através dessa participação política, atores religiosos evangélicos agem em cargos públicos a fim de defender os valores tradicionais prescritos pela moralidade cristã/evangélica. Investigaremos essa perspectiva no que diz respeito à controvérsia proposta a ser pesquisada. Observamos que estes agentes procuram interferir nos processos que tramitam no Congresso Nacional. Amparados em um discurso de cunho teológico, postulando que a homossexualidade ameaçaria a ordem social vigente, abalando a estrutura do casamento.

Todos esses elementos serão nuançados no capítulo posterior, entretanto, podemos apontar, desde já, que argumentos teológicos são um dos elementos que compuseram o discurso contrário ao Projeto de Lei em questão. A análise deverá elucidar quais outros valores, de diferentes ordens, foram acionados na composição de tais discursos.

Marcelo Natividade e Paulo Victor Leite Lopes (2009) já demonstraram que a Frente Parlamentar Evangélica vem recorrentemente buscando barrar aprovações de Projetos de Leis que visem garantir os direitos homossexuais.

Agentes vinculados a denominações religiosas inseridos no Congresso Nacional procuram reiteradamente vetar qualquer proposta que beneficie a comunidade homossexual. Um dos argumentos utilizados é de que a homossexualidade seria apenas mais um grupo de identidade construída socialmente como centenas de outros grupos existentes no país, tais como; os revolucionários, os hippies, os conservadores, os punks, etc. Sendo que cada um desses grupos já teria seus direitos garantidos pela lei dos direitos humanos.

Dessa maneira, alguns argumentos a respeito da FPE já estão sendo levantados. Esta pesquisa visa aprofundar este levantamento, buscando compreender como são formulados os argumentos em defesa da posição contrária à criminalização da

homofobia. Quais dispositivos e categorias foram utilizadas na formulação destes argumentos?

Segundo Montero (2003), a presença de atores religiosos circulando entre as agências religiosas e a esfera política aponta a necessidade de analisar as interconexões entre diferentes esferas e suas relações de permeabilidade e justaposição.

Esta concepção sugere que a esfera pública não deve ser entendida como um espaço vazio, mais sim como um espaço híbrido, onde agentes e discursos de diferentes esferas se organizam e interagem, reeditando categorias que permeiam o social. Dessa maneira, uma análise das categorias, elementos e dispositivos que compõem os discursos em interação na arena pública se mostra importante para a compreensão das formas de presença e atuação das religiões, no caso das evangélicas, na esfera pública.

É com base nessa perspectiva que analisaremos a controvérsia proposta. Deveremos observar as interações, as conexões e as categorias mobilizadas pelos atores evangélicos na produção de seus discursos, observando como e quais elementos que contribuíram (ou não) para a produção de argumentos com potencial de convencimento.

### **1.5) O início de tudo: o surgimento do protestantismo no Brasil**

A princípio excluído da colônia, o protestantismo passa a ganhar força a partir da abertura dos portos<sup>64</sup>. Em 1824 desembarca a primeira colônia protestante em Nova Friburgo, composta por um grupo de 324 alemães luteranos, acompanhados de seu pastor. Mediante esse contexto, o império passa a tolerar práticas protestantes por estrangeiros, mas deixa ambígua a participação de brasileiros nesses rituais. Até a proclamação da independência não há notícias de existir um protestante brasileiro. A constituição de 1824 permitiu a realização de cultos domésticos, não católicos, em casas destinadas para isso, sem forma exterior de templo. Em 1830 desembarcaram cerca de 4.800 alemães no Rio Grande do Sul que em pouco tempo fundaram suas igrejas e escolas. Em 1985 inicia-se em terras brasileiras o protestantismo de missão, com a chegada de missionários estadunidenses (OLIVEIRA, 2013). O reconhecimento legal do protestantismo ganhou força com os conversos a partir de 1858, concretizando-se em 1890 com a separação entre Estado e Igreja Católica (FREESTON, 1994).

---

<sup>64</sup> Em 1810 foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade, e de Comércio e Navegação, firmado com a Inglaterra. A partir desse momento, tem-se a celebração de cultos protestantes a bordo dos navios ingleses que ancoravam no Porto do Rio de Janeiro e em casas particulares de ingleses.

O fortalecimento de movimentos liberais, maçônicos e republicanos endossou a luta protestante contra o poder hegemônico da Católica. Esses grupos minoritários encontravam resistência por parte do alto clero para expandirem seus ideais, assim a luta protestante pela legitimação enquanto religião foi vista como um meio de atuar contra o poder soberano católico.

O protestantismo histórico se firmou no Brasil a partir de duas vertentes distintas: a primeira chamada protestantismo de imigração teve como intuito reavivar a religião entre os imigrantes que se estabeleceram no país e a segunda chamada protestantismo de missão buscou a conversão através da pregação.

O protestantismo histórico de imigração teve a princípio a característica de reacender a fé de imigrantes. Com uma característica distintiva à inserção de protestantes estrangeiros na sociedade brasileira, essa vertente não adotou o interesse em propagar a sua fé entre brasileiros. Isentos de um caráter missionário, em um primeiro momento satisfizeram-se com a permissão de realização de seus cultos em locais “sem a forma exterior de templos” assegurando desta forma a manutenção de suas tradições religiosas protestantes mesmo em terras católicas-portuguesas (SANTOS, 2017).

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) estabeleceu-se através da etnia. Luteranos imigrantes que chegaram a partir de 1823, viram em 1870 a identificação do germanismo ao luterismo, após a unificação alemã. Como consequência, as comunidades estruturaram-se a partir da Igreja Alemã, sem firmar vínculo direto. A primeira guerra mundial revelou a fragilidade dessa relação. Diante do nazismo, a Igreja insistiu na separação entre esfera religiosa e política, mas encontrou resistência na ação proselitista de grupos imbuídos pela fé germânica que se mostravam simpatizantes do nazismo. Diante disso, o Estado Novo proibiu a educação em alemão, fechando as escolas paroquiais. Com a guerra, o uso do alemão em pregações foi proibido. Essa perseguição do Estado contra a IECLB resultou no engajamento dessa igreja contra os abusos do período militar. O caráter apolítico, empregado pela instituição, foi transformado através do surgimento de uma identidade nacional. Se antes como estrangeiros pregavam a despolitização a fim de garantir a preservação da etnia, a partir da construção de uma identidade nacional reivindicaram um engajamento político. A IECLB foi a única igreja protestante a criticar oficialmente a repressão. Isso, de acordo com Freston (1994), teria ocorrido devido a seu caráter multiclassista, que possibilitou, ao mesmo tempo, uma percepção da realidade social e uma ação de

protesto. O engajamento político dessa linha protestante estava centrado na fiscalização e denúncia do abuso de poder, ampliado posteriormente a iniciativas na sociedade civil de caráter sócio-política, havendo assim pouca participação direta de seus representantes nas disputas eleitorais.

Já o protestantismo histórico de missão teve como característica principal a obra missionária. Ao contrário do protestantismo de imigração, essa vertente se empenhou em garantir adeptos brasileiros e em desconstruir a hegemonia da Igreja Católica.

A primeira tentativa de evangelização protestante, que ocorreu entre 1836 e 1840 por missionários metodistas norte-americanos, foi cautelosa. Não houve a construção de nenhuma igreja e seu caráter evangelizador se deu através de distribuições de bíblias. Esse movimento teve o apoio de políticos liberais e alguns setores do clero e embora não tenha provocado uma “reforma anglicana”, ajudou posteriormente na expansão protestante, pois através dessa difusão de bíblias se formaram inúmeras comunidades religiosas que, ao almejam o rompimento com Roma, propunham uma renovação de costumes e doutrinas através do conhecimento das escrituras.

A primeira igreja de missão fundada em solo brasileiro data de 1855, por iniciativa pessoal de um médico escocês chamado Robert Kalley que destinou grande parte de sua fortuna na difusão da fé protestante. Com um trabalho paciente de pregação e de contatos com a elite imperial, forçou o reconhecimento da legalidade do culto protestante em português e dos direitos civis dos não católicos. Posteriormente, essa igreja recebeu missionários norte-americanos enviados por estruturas denominacionais fortes que fundaram posteriormente as igrejas Presbiteriana (1859), Metodista (1867) e Batista (1882).

No final do século 20, no que diz respeito a uma inserção na esfera política, observamos que durante a década de 1960 a Igreja Presbiteriana do Brasil foi apontada como uma Igreja mais politizada em relação às demais missionárias, já que por estar presente nos estratos sociais mais altos, se sentiria mais à vontade na participação pública. No entanto, no mesmo período, o impulso educacional, dado pela Igreja Metodista, através da criação das universidades, Unimep (Piracicaba) e do Instituto Metodista superior, formou uma juventude universitária que ao lado de seminaristas reivindicaram que a Igreja participasse de ações sociais e política. O resultado foi a adesão da Igreja ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e uma série de pronunciamentos em uma linha progressista. Já a Igreja Batista, organizada a partir do

estilo congregacional, teve maiores dificuldades de assumir posições políticas em conjunto, já que seu modelo de organização enfraquece um poder central e fortalece assim lideranças locais. Contudo a história oficial da denominação aponta que órgãos centrais indicaram a participação nas eleições através do voto, sem indicações de nomes. Também propuseram uma postura de respeito à gestão do governo, desde que o mesmo respeitasse a liberdade religiosa (FRESTON, 1994).

Na década de noventa do século passado, a Metodista orientava seus fiéis a votarem em candidatos comprometidos com a justiça social, pouco se comprometendo com lançamento de candidaturas de seus membros. As outras duas denominações, Presbiteriana e Batista, têm uma trajetória que demonstra certa aproximação a partidos políticos, fato que culminou na indicação de líderes religiosos em campanhas eleitorais (FRESTON, 1994).

### **1.6) O fenômeno pentecostal**

O campo evangélico é marcado por uma grande diversidade e heterogeneidade. Os diversos tipos de denominações pentecostais diferem entre si pelas formas eclesiais e doutrinárias, pelas estratégias evangelísticas e formas de inserção social. As transformações e a expansão das denominações evangélicas ocorridas nas últimas décadas produziram uma vasta diversidade teológica, eclesiológica, institucional, social, estética e política, dificultando a compreensão e classificação desse movimento.

Assim, propomos realizar uma breve descrição histórico-institucional, a fim de compreender as mudanças religiosas ocorridas ao longo do século XX e início do XXI.

O pentecostalismo surge no início do século XX nos Estados Unidos. A inovação trazida em relação ao protestantismo histórico diz respeito à centralidade que a glossolalia ou o dom de falar em línguas assumiu na teologia e na liturgia desse grupo. Existe a crença em comum de que o homem será tomado pelo Espírito Santo, sendo a glossolalia resultado desse ato. Em 1901, fiéis do colégio bíblico Betel<sup>65</sup> em Topeka, Kansas, passaram a pregar que a glossolalia seria um sinal bíblico do batismo com o Espírito Santo e que poderia ser vivido pelos cristãos (OLIVEIRA, 2011).

---

<sup>65</sup> Em 1898 Charles F. Parham e sua esposa fundaram a Bethel Healing Home (A Casa de Cura de Betel) na cidade de Topeka, capital do Kansas, EUA. A princípio essa casa teve como intuito pregar a cura divina a enfermos que por ela passavam. Em 1900 surgiu dentro dessa instituição a Escola Bíblica de Betel, voltada para o ensino de passagens bíblicas que relaram o arrependimento, conversão, consagração, santificação, e cura divina. Fonte: <http://www.idpbnacional.org/historia>. Acessado em 27 de dezembro de 2016.

Entre os pregadores do colégio Betel, destacou-se Willian J. Seymor que dedicou sua trajetória cristã à pregação do batismo do Espírito Santo enquanto uma benção divina. Em 1906, em uma de suas pregações, em Los Angeles, um menino negro de 6 anos, seguido por outros fiéis falaram em línguas. Esse evento ganhou grande repercussão, fator que proporcionou o reconhecimento e a expansão do pentecostalismo (WULFHORST, 1995).

No Brasil, o movimento foi trazido por missionários norte-americanos, em 1910, com a fundação da primeira igreja pentecostal, a Assembleia de Deus, seguida pela fundação da Congregação Cristã em 1911.

Vários autores já se detiveram sobre a trajetória desse fenômeno no Brasil buscando compreender as suas características, a sua heterogeneidade e também seus desdobramentos. Segundo alguns autores, (Freston 1994, Mariano 2010) o pentecostalismo é dividido em três fases. Paul Freston foi pioneiro em ordenar essas três fases em ondas. Cada onda diz respeito às significativas mudanças ao longo de sua história, ou seja, o pentecostalismo, até então, passou por três grandes reconfigurações por toda a sua trajetória no Brasil. Segundo esse autor, essa forma de classificar tem a vantagem de ressaltar a versatilidade do pentecostalismo e sua evolução ao longo dos anos.

Há um consenso sobre a classificação das primeiras igrejas estabelecidas no país, a chamada primeira onda, referente ao pentecostalismo clássico, fazendo referência à tipologia norte-americana<sup>66</sup>. O termo é empregado sob uma perspectiva de antiguidade, pioneirismo histórico, sendo que não faz referência a distinções ou semelhanças entre as duas igrejas do período.

O pentecostalismo clássico, formado pelas igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã, desenvolveu-se soberano entre 1910 a 1950<sup>67</sup>. Apesar da autonomia dentro de seu campo, essas igrejas foram discriminadas por protestantes históricos e pela Igreja Católica. A princípio, os fiéis que aderiam a essas denominações eram majoritariamente pobres e de baixa escolaridade. Ambas as igrejas se caracterizavam pelo anticatolicismo, radical sectarismo e o ascetismo de rejeição do mundo exterior. No plano teológico enfatizavam o dom da glossolalia, a crença na volta de Cristo e a salvação paradisíaca (FRESTON, 1994).

---

<sup>66</sup> Pesquisadores norte-americanos, na década de 70, utilizaram o termo *classical* ao se referirem às igrejas que surgiram no início do século no intuito de distingui-las das protestantes renovadas ou carismáticas que apareceram na década de 60 (MARIANO, 2010. Pag. 24).

<sup>67</sup> Essa soberania ocorreu devido à ausência de outras igrejas pentecostais expressivas.



Ricardo Mariano (2010) destaca algumas mudanças que ocorrem nas duas igrejas ao longo dos anos. Há mais de 100 anos de existência, ambas permanecem com a postura sectária e o ideário ascético. A Congregação Cristã, apesar de resguardar o tradicionalismo, instituído em sua fundação, vem sofrendo pequenas alterações na área de costumes e em sua vestimenta. Já a Assembleia de Deus, criada em 1919 em duas denominações, mostra-se mais flexível em adaptar-se às mudanças que vêm ocorrendo no movimento pentecostal, além de incentivar campanhas partidárias de seus membros e pregações em rádio e TV. O incentivo em campanhas eleitorais vem em forma de lançamento de candidaturas. Voltaremos a esse tema mais adiante. Por hora é importante destacar que a Assembleia de Deus, classificada como pentecostal clássica e seguindo um ideal de vida sectário e ascético, amplamente descrito por vários autores, é uma das denominações mais presentes e atuantes na arena política atualmente no Brasil. Para nos determos em apenas um exemplo, a AD é a denominação com maior número de parlamentares classificados como “evangélicos” eleitos nas últimas legislaturas da Câmara Federal.

A segunda onda, segundo Freston (1994), teve início na década de 1950 com o revolucionário método evangelizador da igreja Internacional Church of de Four-Square Gospel. De origem norte-americana, essa igreja foi fundada pela canadense Aimee Semple McPherson de família metodista. Aos 17 anos, Aimee tornou-se pentecostal, casou com um pregador e em uma viagem para China desenvolveu uma habilidade missionária. Ao voltar para os Estados Unidos, viajou o país inteiro de carro com uma tenda de lona, lotando auditórios, pregando a cura divina.

Em 1951, um missionário da Four-Square, funda uma igreja em São João da Boa Vista (SP). Harold Willians, ex-ator de filme de faroeste, vê o seu trabalho alcançar grandes proporções em 1953, quando junta-se a outro ex-ator cowboy em uma turnê pelo estado de São Paulo com uma tenda pregando a cura divina. Sucesso de público, a pregação itinerante chamou a atenção da mídia. A crítica da imprensa que apontava tais práticas como charlatanismo e curandeirismo deu visibilidade a esse movimento religioso no país. Surgiu, assim, a Cruzada Nacional de Evangelização, que posteriormente associou-se à Igreja do Evangelho Quadrangular. O sucesso da pregação da bênção do Espírito Santo através da cura impulsionou o surgimento das igrejas Brasil para Cristo (1955), Deus é Amor (1962), Casa da Bênção (1964) e várias outras de menor porte.

A novidade desse período foi a disseminação da “cura divina” e a fragmentação denominacional do pentecostalismo brasileiro que até então era praticamente composto apenas pela Assembleia de Deus e pela Congregação Cristã do Brasil. A ênfase teológica no dom de cura divina foi o fator condicionante para o crescimento e diversificação desse movimento religioso<sup>68</sup> (MARIANO, 2001).

A classificação desses dois momentos do pentecostalismo brasileiro segue um caráter histórico-institucional. De acordo com Mariano (2010), o fator que distingue a primeira onda da segunda não é uma diversificação do campo doutrinário, mas sim o espaço no tempo de 40 anos.

Os quarentas anos que separam o início dessas duas ondas- primeira e segunda- justificam o corte histórico-institucional proposto para distingui-las. Quanto à teologia, entretanto, as duas primeiras ondas pentecostais apresentam diferenças apenas nas ênfases que cada qual confere a um ou outro dom do Espírito Santo. A primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda os de cura. Beatriz Muniz de Souza (1969: 103), ao pesquisar igrejas da primeira e da segunda onda nos anos 60, assegurou que o núcleo doutrinário permanece inalterado em qualquer das ramificações pentecostais. Na realidade já existiam e continuam a existir diferenças teológicas entre elas. Mas dizem respeito (excetuando-se a crença predestinacionista, de origem calvinista, da Congregação Cristã, distinta da teologia arminiana das demais igrejas pentecostais) a ênfase em diferentes dons do Espírito Santo (MARIANO, 2010. Pág. 31).

A segunda onda pode ser, portanto, apontada como uma continuação tardia da expansão do pentecostalismo norte-americano clássico em terras brasileiras. Com a evangelização fora dos templos o movimento pentecostal chega às massas, aumentando assim substancialmente o número de seus adeptos (Mariano, 2001).

As inovações evangelísticas e o início da inserção dos pentecostais nas arenas política e midiática têm início nesse momento de expansão, ainda como uma entre as formas de proselitismo desenvolvidas nesse período. A pregação em lugares seculares, através da locomoção de tendas pelo território nacional é uma delas. A igreja O Brasil para Cristo foi ainda mais ousada, passando a alugar cinemas, estádios, ginásio para a

---

<sup>68</sup> Importa destacar que a centralidade da cura divina não ocorreu apenas no Brasil, segundo Mariano (2010), pesquisadores norte-americanos apontaram que o evangelismo baseado na cura foi o grande responsável pela explosão pentecostal em diversas partes do mundo, a partir da década de 40.

sua pregação e aderiu expressivamente à evangelização através do rádio e TV. Apesar do curto tempo em que esteve no ar com um programa próprio, sua presença na televisão foi marcada pela ida de seus líderes a outros programas, até mesmo aqueles que chocavam o público pentecostal, como o da jovem Hebe Camargo (FRESTON, 1994).

Outra inovação do movimento pentecostal impulsionada pela Brasil Para Cristo foi o lançamento de candidaturas políticas de seus membros, práticas até então refutadas pelas igrejas anteriores. O líder da igreja Manuel de Mello passou a apoiar candidatos eleitorais pertencentes a sua igreja, elegendo em 1962 um candidato a Deputado Federal e em 1966 um Deputado Estadual. Freston (1994) aponta que a liderança centralizada em um só homem foi o fator principal para a investida política dessa denominação, haja vista que Mello, líder central, teve uma trajetória pessoal que abarcou vivências políticas. Ainda segundo esse autor, outras denominações pentecostais não seguiram os passos políticos da OBPC, possivelmente pelos desdobramentos do regime militar, uma vez que outras igrejas pentecostais já estariam próximas da vida política, apoiando a participação de fiéis nas eleições através do voto e não proibindo candidatura de seus membros. Depois do pioneirismo da OBPC, os pentecostais se lançaram novamente na política a partir de 1982, com o processo de democratização, e, mais intensamente durante o processo da Constituinte de 1988.

Contudo, destacamos que a atuação evangélica no espaço público iniciou-se no período denominado como segunda onda pentecostal. As igrejas fundadas nesse momento preocuparam-se em inovar as suas formas de evangelização, sob o intuito de alcançar um número maior de fiéis. Porém, é a partir da chamada terceira onda que o pentecostalismo vai cada vez mais adentrando a arena política, bem como aos meios de comunicação de massa. De movimento sectário, passa a cada vez mais atuante e participativo em outras arenas para além da religiosa.

A terceira onda tem início na segunda metade da década de 70, com seu crescente desenvolvimento nas décadas posteriores. Denominado como neopentecostalismo<sup>69</sup>, esse movimento pentecostal conta com uma complexidade na sua forma de atuação e um distanciamento das formas evangelistas e doutrinárias utilizadas

---

<sup>69</sup> De acordo com Mariano, o termo neopentecostalismo foi adotado pelos principais pesquisadores do fenômeno pentecostal para distinguir esse movimento recente evangélico. Entre eles: Mendonça (1992, 1994), Oro (1992, 1996), Azevedo Júnior (1994), Jardimino (1993, 1994), Ruuth (1994), Mariano (1995), Mariz (1995), Domingues (1995), Barros (1995), Pierucci & Prandi (1996), Machado (1996), Campos (1996), Lehmann (1996), Birman (1997). Além disso, o autor esclarece que o termo também foi incorporado por órgão da grande imprensa e pela própria Igreja Universal (MARIANO, 2010. Pág. 33).

pelas vertentes precedentes. A igreja de destaque é a Universal do Reino de Deus (1977) e é sobre ela que diversos pesquisadores dedicaram seus estudos, com o propósito de compreender o chamado “neopentecostalismo”. No entanto, outras denominações foram fundadas nesse período sob forte influência das novas formas de doutrinação e de práticas de evangelização e alcançaram grande número de adeptos, entre elas destacamos as igrejas: Internacional da Graça de Deus (1980), Cristo Vive (1986), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1986) e Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo.

De maneira geral, as igrejas denominadas neopentecostais preservam certas características do período clássico do movimento, como o antiecumenismo, líderes fortes, estímulo à expressividade emocional, pregação da cura divina. No entanto, trazem importantes inovações entre as quais destacam-se três aspectos fundamentais: intensa luta espiritual travada contra o Diabo e seus anjos decaídos, a pregação enfática da Teologia da Prosperidade e a liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade (MARIANO, 2010).

É importante destacar que uma parcela das mudanças que ocorreram no movimento pentecostal a partir da década de 70 tem relação com o contexto social do período. O processo de urbanização, associado ao crescimento industrial, impactou a vida da população. Esse processo condicionou a oferta de conforto, praticidade e requinte através de inúmeros produtos e prestações de serviços. Essa realidade atingiu o estilo de vida comedido dos evangélicos baseado nos valores ascéticos, que assim como todos os indivíduos inseridos nessa nova realidade social, passaram a desejar as facilidades, comodidades e os prazeres que a vida material oferece.

Nesse novo contexto, ao invés do ascetismo que marcava as primeiras vertentes do pentecostalismo, a busca pelos bens materiais é o que passa a caracterizar o neopentecostalismo. A Teologia da Prosperidade<sup>70</sup> possibilita ao fiel desejar e tentar obter todos os benefícios que o dinheiro pode proporcionar, sem a culpa de almejar uma vida mundana abastada. Conforme apontado por Mariano (2010):

---

<sup>70</sup> A Teologia da Prosperidade surgiu nos Estados Unidos da década de 40. Constituída através de uma combinação sincrética de distintas tradições religiosas ocidentais e orientais associadas a práticas esotéricas e paramédicas, a TP prega a capacidade do fiel de alterar a realidade através da palavra proferida com fé. Os adeptos dessa teologia acreditam que Deus já perdoou o pecado original através do sacrifício vicário imposto ao seu filho, e concedeu assim a eles, nessa vida, graças de saúde, vitória, prosperidade. Portanto, seria papel do cristão determinar, exigir, impor, decretar, reivindicar, em nome de Jesus a posse de suas bênçãos que teriam direito (Mariano, 1996).

Diferentemente de outrora, agora, muitos crentes, além de desejosos, reuniam condições econômicas de desfrutar das boas coisas que o mundo podia oferecer. Para isto, entretanto, primeiro era preciso substituir suas concepções teológicas que diziam que os verdadeiros cristãos seriam, se não materialmente pobres, radicalmente desinteressados de coisas e valores terrenos. Com sua diversidade interna, o pentecostalismo poderia dar conta dessa nova demanda e de outras. E deu, entre outras formas, com o surgimento da Teologia da Prosperidade. Esta doutrina encaixou-se como uma luva tanto para a demanda imediatista de resolução ritual de problemas financeiros dos fiéis mais pobres, como para a demanda dos que desejavam legitimar seu modo de vida, sua fortuna e felicidade. Estes, agora, podiam se escudar nas novas concepções bíblicas da TP em vez de ter de recorrer, para seu tormento, à teologia (cf. Mateus 19: 24; Marcos 10: 25 e Lucas 18: 25) que falava a respeito da impossibilidade de o rico entrar no reino dos céus tal como a de o camelo atravessar o buraco de uma agulha (MARIANO, 2010).

Ao tomar o mundo enquanto lugar de prosperidade, abundância e felicidade para os cristãos detentores das graças divina, a Teoria da Prosperidade legitima a busca de seus adeptos pela felicidade mundana e o prazer material.

De acordo com Tegethoff (1997), o sucesso dessa vida próspera depende exclusivamente do próprio crente, que ao professar a sua fé cumpre com o seu papel de filho e assim obriga Deus a cumprir com seu papel de pai generoso em conceder todas as graças que o filho almeja.

Essa perspectiva exalta o poder do homem. A prosperidade de certa forma depende dele. Na Igreja Universal do Reino de Deus, homem e Deus são ambivalentes na bondade. Todo o mal é ocasionado pelo Diabo. Uma boa relação com Deus, no sentido de cumprir com todos os deveres para com ele, dá ao fiel certeza absoluta de receber a ajuda divina. Não existe a insegurança de não alcançar o desejo professado a Deus. A realização de suas vontades só depende dele, do homem. Se por um lado Deus está condicionado a garantir uma vida próspera aos fiéis que rejeitam a interferência do Diabo, cabe ao homem, para alcançar a graça professada, elevar a sua fé através do exercício da oferta.

Essa dinâmica cria perspectiva e dá força para o fiel brigar por uma vida abastada. A vida simples, sofrida, tolerada pela crença em uma recompensa de vida plena, paradisíaca após a morte é rejeitada. Esse é um marco de ruptura com o ascetismo pregado na doutrina histórica e pentecostal. Se antes o evangélico vivia isolado e privado dos prazeres mundanos, agora, frequentador das denominações neopentecostais, almeja enriquecer financeiramente, possuir bens materiais que condicionem os prazeres mundanos e expandir sua rede de atuação para fora de seu

grupo. O rompimento com o ascetismo, através da Teoria da Prosperidade além de incentivar os evangélicos ao consumo, ampliou a possibilidade de participação dos mesmos nos espaços seculares, entre eles o espaço da política. A participação nas campanhas eleitorais, tanto através do voto quanto através de candidaturas, ganha força a partir desse contexto. O apolitismo pregado anteriormente perde centralidade, já que o fiel é incentivado a ocupar o mundo, de modo que cultive a prosperidade material e alcance a felicidade.

Outro aspecto fundamental do neopentecostalismo no Brasil, utilizado como justificativa interna, entre seus adeptos, para a presença e atuação de lideranças evangélicas na arena política é a centralidade da luta contra o Diabo. Na visão da Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, o Diabo é responsável por todo o mal que existe na Terra. O homem é uma criatura dotada da bondade divina. Se ele comete algum mal é porque está sob o comando do Diabo. O Diabo não é apenas responsável por destruir a vida das pessoas, ele também é responsabilizado por toda destruição que ocorre no mundo, uma vez que tanto o ser humano quanto o mundo em que ele vive são constituídos por uma natureza boa. Sob esse ponto de vista, o Diabo é responsabilizado pela difícil situação do país. Essa é uma das afirmativas encontradas no discurso de lideranças religiosas pentecostais para justificar a presença de pastores ocupando cargos na esfera política e incentivar a comunidade a participar das disputas eleitorais votando nos candidatos lançados pela igreja. Sua presença nas Câmaras Legislativas e Executivas, instaurada através da corrupção deve ser combatida pelos líderes que possuem a missão de combater e exorcizar todo o mal, sendo assim dever do crente votar em tais lideranças para endossar a luta contra a corrupção (TEGETHOFF, 1997).

Uma vez que todas as mazelas são provocadas pela atuação de Satanás, a deturpação das relações políticas é compreendida como um fator gerado por essa atuação. Se antes a presença de lideranças pentecostais na esfera política era tímida e centrada na garantia da representação dos interesses evangélicos na sociedade civil, agora no contexto neopentecostal ela se torna cada vez mais extensa e justificada pela exorcização do Diabo, manifestado através da corrupção. Notamos, portanto, que a participação dos evangélicos na esfera pública tem justificativas internas compatíveis com o sistema de crenças dos neopentecostais. Teologia da Prosperidade e a batalha contra Satanás são dispositivos acionados para legitimar internamente, entre os participantes das diferentes igrejas neopentecostais, a importância da inserção política

de “irmãos”, sendo, inclusive, um dos elementos acionados para a busca de votos entre os fiéis<sup>71</sup>. Esse tema será desenvolvido no próximo item.

Por fim, destacamos que a presença de lideranças evangélicas na política também tem relação com a mudança de perfil dos pentecostais. A austeridade e o isolamento do mundo deixam de ser as características marcantes desses grupos – pentecostais e neopentecostais, haja vista que a Assembleia de Deus, representante do pentecostalismo clássico, é uma das denominações evangélicas com maior número de representantes no Legislativo Federal.

## **1.7) Os Evangélicos e a Política**

### **1.7.1) Crescimento numérico e inserção na arena política**

Como já descrevemos anteriormente, a princípio, a vida política foi rejeitada por lideranças pentecostais uma vez que o pentecostalismo criado a partir de forte influência pietista colocava o “mundo” como o lugar do profano. A partir dessa ideia a política foi tomada como um espaço profano, dominado por forças malignas, sendo recomendável manter-se afastado dela.

Freston (1994) demonstrou que as primeiras igrejas fundadas por uma teologia ascética e apolítica rejeitaram, ao menos em um primeiro momento, a participação direta de seus líderes na disputa eleitoral, sem incentivar a participação de seus fiéis em eleições. Porém, como vimos no item anterior, o movimento pentecostal no Brasil ao longo da sua trajetória passou por reformulações teológicas e doutrinárias. Variadas denominações ao longo do século XX se aproximaram da arena política, rompendo com o apolitismo pregado no início do movimento. Algumas igrejas pentecostais passaram a pregar a favor da participação de seus fiéis nas eleições, destacando que o voto é um dever dos servos de Deus. Outras Igrejas passaram ainda a apoiar a participação de lideranças nas disputas eleitorais.

A Assembleia de Deus, apesar de inicialmente rejeitar a vida mundana e os desdobramentos dela, ao longo da sua história se aproximou da vida política, não

---

<sup>71</sup> Irmão é a forma como os fiéis participantes de uma mesma igreja, pentecostal ou neopentecostal, identificam-se entre si, internamente. E um dos emblemas das campanhas políticas dos evangélicos tem sido, justamente, “irmão vota em irmão”, ressaltando a importância de se votar em pessoas que compartilhem da mesma fé.

proibindo diretamente a candidatura de suas lideranças nas primeiras décadas de existência. Posteriormente, a partir da década de 80, passou a apoiar candidatos e lançar candidaturas, destacando-se como a igreja evangélica com maior número de parlamentares eleitos. Em exemplo similar, a igreja do Evangelho Quadrangular, que primeiramente também rejeitou a relação entre esfera religiosa e política chegando a expulsar um pastor que teria lançado uma candidatura na década de 60, atualmente incentiva a participação das suas lideranças, lançando candidaturas oficiais. Já a igreja evangélica pentecostal O Brasil para Cristo foi a primeira igreja pentecostal a eleger, através de seu apoio direto, políticos. Fundada e dirigida pelo nordestino Manuel de Mello, não incentivou a negação da vida política aos seus fiéis (FRESTON, 1994).

A flexibilização em relação à participação política<sup>72</sup> aconteceu principalmente a partir da década de 60 com a eleição de dois candidatos da O Brasil Para Cristo, intensificando-se fortemente a partir da década de 80 com a notável participação direta de líderes evangélicos nas disputas eleitorais, obtendo sucesso em suas candidaturas em grande parcela dos casos.

De acordo com Freston (1994), o prenúncio da irrupção pentecostal aconteceu no pleito de 1982, sob dois fatores fundamentais: o processo de redemocratização iniciado nesse mesmo ano que permitiu eleições diretas para governador (o que não ocorria desde 1967), para deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores, aumentando assim consideravelmente o número de candidaturas e o pluripartidarismo proibido até então, colocando na disputa partidos menores e com pouca tradição política. Esse quadro, segundo o autor, impulsionou lideranças evangélicas a se lançarem como cabos eleitorais e também como candidatos. Os partidos PDT, PT e PDS lançaram candidatos pentecostais e o resultado foi a eleição na Câmara dos Deputados de um membro da Igreja do Evangelho Quadrangular e outro da Assembleia de Deus, sendo que no total foram eleitos 12 parlamentares evangélicos.

Apesar da significativa participação de líderes pentecostais na corrida eleitoral de 1982, diversos autores (Freston 1994, Machado 2015, Souza 2009) já apontaram ser a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1986, o estopim para a entrada dos evangélicos na política institucional brasileira. A primeira ação de destaque nesse

---

<sup>72</sup> No entanto, nem todas as igrejas pentecostais se aproximaram da vida política. A Congregação Cristã do Brasil, por exemplo, desde a sua criação mantém-se distante desta arena. Sua doutrina incentiva a participação de seus fiéis nas eleições através do voto, mas rejeita que seus líderes ocupem cargos políticos.



período foi a nomeação de uma liderança evangélica para compor a Comissão de Estudos Constitucionais. Guilhermino Cunha, indicado pela Ordem de Ministros Evangélicos do Brasil (OMEB) defendeu na Comissão os direitos religiosos evangélicos e promoveu a formação de Comitês Evangélicos Pró-Constituinte, estimulando a apresentação de candidatos à ANC. No pleito de 1986 foram eleitos 32 parlamentares evangélicos sendo 18 deles pentecostais. Podemos observar que houve um crescimento de 900% de parlamentares pentecostais eleitos entre as eleições de 1982 e 1986, sendo a igreja com o maior índice de sucesso nas candidaturas de lideranças a Assembleia de Deus com 13 Deputados eleitos. Já em 1991 foram eleitos 18 parlamentares pertencentes a instituições pentecostais, demonstrando assim que a participação política não se limitou a ANC (FRESTON, 1994).

Desde então, houve um crescimento progressivo na eleição de líderes evangélicos nas demais legislaturas, sendo que a partir dos anos 2000 a Igreja Universal do Reino de Deus se destaca devido o sucesso das suas candidaturas<sup>73</sup>.

Na última legislatura, em 2014, foram eleitos 73 candidatos evangélicos. Número que pode oscilar até o final do mandato. De certo modo, esse panorama evidencia que lideranças evangélicas vêm se organizado para alcançar sucesso de candidaturas eleitorais.

A entrada dos evangélicos na política é concomitante ao seu crescimento populacional. Embora haja limitações estatísticas que especifiquem o crescimento do neopentecostalismo, é possível notar sua presença mesmo nas tipologias mais genéricas. O primeiro censo contabilizou entre protestantes, tanto de missão ou históricos quanto os pentecostais, 2,6 %, da população total vindo a compor seis décadas mais tarde a porcentagem de 15,6% (Souza, 2010). De acordo com o último recenseamento com dados disponíveis, em 2010 os evangélicos saltaram para 22,2%, num total de 42.275.440 brasileiros.

---

<sup>73</sup> É importante citar que durante a 52ª legislatura do Congresso Nacional (2003 a 2007), 29 parlamentares filiados a Igrejas Evangélicas foram citados na “CPMI das Sanguessugas” com recomendação à cassação de seus mandatos. Essa CPMI investigou o escândalo acerca da máfia das ambulâncias, indiciando suspeitos de integrarem a quadrilha que atuava fraudando licitações para a compra de ambulâncias pelo Ministério da Saúde, fato que ocorreu ainda na gestão de José Serra nesse Ministério, com Fernando Henrique Cardoso como presidente. Na legislatura posterior, dos 90 investigados nesse escândalo, apenas 9 foram eleitos. Esse cenário reduziu significativamente a reeleição de parlamentares evangélicos na legislatura em questão. No entanto, apesar da baixa popularidade após essa investigação, a Frente Parlamentar Evangélica voltou a crescer nas demais eleições posteriores a esse quadro (Vital da Cunha e Lopes, 2013).

### 1.7.2) A ameaça a família e a vida

Alguns autores explicam a participação política dos evangélicos pela perspectiva da ocupação de um lugar de poder relacionado à ameaça da família e dos valores cristãos.

O processo acerca da Assembleia Constituinte foi visto por lideranças evangélicas como um período no qual a realidade social seria decidida. Em um tempo normal caberia a cada cidadão seguir as regras e obedecer, mas em um período onde o futuro da nação estaria sendo reconstruído, caberia ao povo evangélico participar das decisões ou então teriam que aceitar que outros grupos decidissem por eles. Assim, a participação na vida política, a princípio nas deliberações da ANC e posteriormente nos pleitos eleitorais, foi tomada como uma oportunidade de disputar espaço junto com a Igreja Católica na religião civil (FRESTON, 1994). A Igreja Católica que mesmo excluída das tomadas de decisões do Estado pela Constituição de 1891 sempre atuou de forma colaborativa nas decisões do Estado, participando ativamente através de membros da CNBB na Assembleia Constituinte. Essa atuação foi vista como uma ameaça para as denominações evangélicas, haja vista os maus olhos que lideranças católicas lançavam para o crescimento pentecostal. O significativo crescimento de adeptos evangélicos nas últimas décadas aumentou a busca por representatividade desse grupo. Lideranças pentecostais passaram a brigar por igualdade de status na vida pública.

Outro fator diz respeito à busca por um controle do ambiente social sob o intuito de combater as ameaças que a conjuntura do período trouxe à família. Se o processo constitucional foi, por um lado, um marco na participação de minorias religiosas na esfera política, também foi, por outro lado, fundamental para incentivar grupos a favor dos direitos de minorias sociais (crianças, mulheres, homossexuais e etc.) a participarem ativamente na ANC. A eleição de candidatos membros de igrejas históricas/protestantes tornar-se-ia fundamental para coibir Projetos de Leis que ameaçassem a moral cristã evangélica, como no caso a criminalização da homofobia.

Corroborando com esses apontamentos, Maria das Dores Campos Machado (2015) identifica no discurso de algumas lideranças pentecostais que a participação política tem ocorrido devido à necessidade de representatividade desse grupo que por décadas teria sido preterido pelo Estado, ausente dos espaços de poder e

consequentemente sem os seus interesses atendidos no Congresso Nacional e Câmaras Legislativas Municipais.

Essa busca por representatividade evangélica no Congresso Nacional diz respeito não somente à ampliação de políticas públicas que contemplem as necessidades dos evangélicos, mas também inclui o interesse de preservar a moral cristã evangélica na sociedade brasileira. Segundo Machado (2015), o avanço dos movimentos sociais a favor das minorias é apontado no discurso de pastores parlamentares como um sinal de ameaça a família e a vida, sendo assim dever dos evangélicos atuar no congresso a fim de evitar que sejam aprovadas leis que abalem os valores religiosos.

A despeito das diferenças no meio pentecostal, predomina a visão de que as demandas dos movimentos das minorias sexuais expressam essa ameaça para a “formação da família cristã”, e as propostas de lei no Congresso Nacional com intuito de regularizar o trabalho das profissionais do sexo, descriminalizar o aborto ou ampliar o permissivo legal, promover a equiparação jurídica das uniões entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais, etc. são interpretadas como sinais de que a batalha a ser travada pelos cristãos requer a presença deles nas casas legislativas (MACHADO, 2015, pág. 53).

Se por um lado, a partir desse quadro, representantes pentecostais ganharam força, a julgar por suas significantes participações nos fóruns da Constituinte em 1987<sup>74</sup>, para romperem com a hegemonia da Igreja Católica que até então, através de associações e entidades ligadas a ela, comandava soberana o segmento dos direitos religiosos. Por outro lado, movimentos a favor das diferenças sexuais, direitos das mulheres e direitos raciais também adquiriram força e voz para recorrerem a favor de seus direitos. Assim a presença de lideranças pentecostais ocupando cargos no Legislativo e Executivo assume duas principais funções: buscar representatividade do grupo, procurando atender suas demandas e combater a supremacia Católica nas tomadas de decisões, referente ao segmento religioso no espaço público e combater o

---

<sup>74</sup> Nesse ponto, vale a pena ressaltar que ANC foi fundamental para essa imersão pentecostal na política, justamente por se tratar de um momento de configuração da democracia brasileira, onde diversos grupos que compõem o social, inclusive evangélicos, puderam colaborar diretamente nesse processo. Observamos que após essa presença no processo da constituinte, variadas denominações passaram a lançar candidaturas e a trabalhar para eleger seus candidatos.

avanço das pautas que rompem com a moralidade cristã, sobretudo as que defendem a diversidade sexual.

Esses apontamentos demonstram que a investida de lideranças evangélicas na esfera política reivindicou uma participação nos espaços de poder a fim de ampliar sua representatividade nas tomadas de decisões do Estado e garantir seus interesses no espaço público. Como apontamos no item anterior, dados estáticos indicam o sucesso das candidaturas evangélicas. O número progressivo de lideranças eleitas, há décadas vem chamando atenção, justamente por se tratar de um grupo até então com pouca expressão política, desse modo percebemos que evangélicos se articularam de modo a alcançar um público eleitoral cativo.

### 1.7.3) A inserção na arena midiática

Considerando o exposto acima, importa destacar que a atuação de evangélicos no espaço público não se limita apenas a política. Com o surgimento do neopentecostalismo, os meios de comunicações de massa, em especial a televisão, são ocupados de forma substancial. De fato, a prática de evangelização através da mídia não era novidade, haja vista que pastores a frente das igrejas pertencentes à segunda onda pentecostal já faziam uso desses veículos desde a década de 50 para a pregação. No entanto, como o acesso ao rádio e TV ainda era limitado, alcançavam uma parcela baixa de fiéis. Com a expansão desses veículos na década de 80, as novas igrejas, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, investiram em programas evangelistas radiofônicos e televisionados, marcando presença em várias emissoras, atuando de forma expressiva nas grades de programação.

Segundo dados disponibilizados em 2009<sup>75</sup>, as redes religiosas no Brasil somavam 20 – sendo 11 delas evangélicas e 09 católicas. Além das chamadas “cabeças de rede” e das retransmissoras evangélicas, a presença religiosa, sobretudo pentecostal, na televisão aberta teve um impacto crescente no momento em que as concessionárias de mídia sublocavam boa parte da sua programação, sendo as igrejas evangélicas os grandes compradores dos horários disponíveis. Somente na grade horária das emissoras abertas do Rio

---

<sup>75</sup> Dados coletados na pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, executada entre os anos de 2007 e 2009 pelo ISER em parceria com a Fundação Ford. Coordenação de Christina Vital da Cunha e Flávio Wiik. Disponível em [www.iser.org.br](http://www.iser.org.br).

de Janeiro, são 189 horas semanais de programas religiosos (3 horas de programa católico, 1 hora de programa da umbanda e 185 horas de programas evangélicos) (VITAL DA CUNHA e LOPES, 2013, pág 35).

Em um contexto de predominância católica, o televangelismo aumentou a popularidade dessas denominações. Além da pregação, os programas evangélicos de televisão divulgaram as práticas de expurgação do mal<sup>76</sup>. Um mal corporificado através da imagem do diabo, responsável por todas as doenças, desafetos, pobreza, desemprego e fracassos.

Esses programas deram visibilidade às suas respectivas igrejas, levando milhares de pessoas aos templos de oração, fator que pode ter sido preponderante para o aumento no número de adeptos ao neopentecostalismo. As concessões públicas para as veiculações televisivas e radiofônicas de programas religiosos ampliaram o acesso ao discurso evangélico, que agora poderia ser ouvido em vários momentos do dia na própria casa do fiel. Além disso, a presença evangélica nos meios de comunicações ademais de transcender os muros da igreja não se limitou aos ensinamentos teológicos, uma vez que as pregações também problematizam o comportamento social. Um exemplo de um comportamento social discutido pela perspectiva evangélica é a diversidade sexual.

As formas de sexualidades que fogem do padrão heterossexual são classificadas por essa perspectiva como anormais, decorrentes por traumas ou possessão, sendo imprescindível um processo de reversão sexual. Assim, muitas igrejas utilizam os veículos de comunicação para defender a heterossexualidade. Apresentadores recorrem a elementos de outras ordens para fortalecer suas justificativas e assim repreender as relações homossexuais. Dessa maneira, a perspectiva de grupos evangélicos contrários à homossexualidade está presente tanto na política, através do questionamento de Projetos de Leis que ampliem os direitos dos homossexuais, quanto na mídia a partir de programas/publicações que reforçam a naturalização do padrão heterossexual.

Esse breve histórico demonstra o processo de transformação dentro do movimento pentecostal que culminou na superação da doutrina ascética e apolítica. Em

---

<sup>76</sup> Evangélicos afirmam que a mídia atualmente é um recurso fundamental para conter os males que assombram a sociedade brasileira. Tais males fazem referência principalmente à violência e ao uso de drogas entre a juventude. Portanto, o uso dos veículos de comunicação é justificado como uma arma de grande alcance para transformar essa realidade e assim promover mudanças de comportamentos e a cura espiritual (Vital da Cunha e Lopes, 2013).

um contexto urbano e de largo alcances industriais surgiram igrejas dispostas a incluir os desdobramentos da vida moderna como instâncias organizadas pela divindade, distanciando-se assim do sectarismo pregado pelas primeiras igrejas. O caráter pejorativo atribuído ao mundo e às coisas mundanas é parcialmente abandonado. O lazer, o entretenimento, as comodidades materiais e a estabilidade financeira são classificadas como um conjunto de graças a ser alcançado pelo fiel. Aqui observamos um deslocamento da ação maligna. Se antes o Diabo era representado pelos interesses, prazeres e paixões do mundo, agora nessa nova versão pentecostal ele é responsabilizado por todos os empecilhos encontrados na busca de uma vida material abastada e próspera. Segundo alguns autores, essa visão encontrou aderência em uma sociedade de consumo.

Portanto, a valorização daquilo que antes era considerado “mundano” pode ser apontado como um fator importante para o deslocamento da atuação religiosa dos grupos evangélicos para o espaço público. A ocupação das arenas política e midiática por líderes evangélicos vem sendo cada vez mais observada nas igrejas pentecostais.

#### 1.7.4) De pentecostais a evangélicos

Vários autores já se debruçaram sobre as estratégias e campanhas realizadas pelas Igrejas Evangélicas para conquistarem o voto de fiéis (Machado 2015, Oro 2003 e Bohn 2004). Segundo esses autores, um dos fatores fundamentais para o sucesso das candidaturas evangélicas diz respeito ao empenho de determinadas denominações (Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular) em transformar seus fiéis em cidadãos que exerçam sua cidadania através do voto. As campanhas eleitorais são voltadas principalmente para esse público de modo a produzir uma associação entre filiação religiosa e comportamento eleitoral. Ação ocorre sob o intuito de transformar fiéis em potenciais eleitores dos candidatos lançados por essas igrejas.

Se por um lado o crescimento do público evangélico aumentou a perspectiva do crescimento de eleitores comprometidos com as candidaturas evangélicas, por outro lado a heterogeneidade entre essas denominações dificultou uma singularidade no voto desse grupo. Por se tratar de uma vertente religiosa composta por um universo múltiplo e segmentário, com igrejas autônomas, não subordinadas a nenhum poder central, a eleição de determinado candidato dependeria do apoio único dos fiéis pertencentes à

instituição em que este ator está vinculado. Além disso, nesse universo religioso, muitas igrejas se organizam de forma congregacional, ou seja, com autonomia administrativa (e muitas vezes até litúrgica e política) em relação à sua matriz. Esse fator dificultaria a coesão do voto eleitoral até mesmo entre os membros de uma única denominação.

Destacamos assim, a articulação de lideranças religiosas para criar um imaginário de coesão desse grupo, capaz de formar, idealmente, uma unidade entre as variadas denominações protestantes e pentecostais a fim de compor um grupo de eleitores homogêneos, que votem exclusivamente em candidatos pertencentes a essa religião. A criação da categoria “evangélico” se deu sob o intuito de alcançar certa unidade denominacional, capaz de criar uma identidade entre os fiéis de diversas igrejas. Essa identidade buscou eliminar possíveis atritos denominacionais e instaurar uma unidade capaz de incentivar seus membros a votarem apenas em candidatos pertencentes às igrejas protestantes/pentecostais, ampliando assim as perspectivas de votos e respectivamente o sucesso nas eleições.

Segundo as autoras do artigo “*As relações entre Estado e Religião no Brasil*”, as estratégias de destaque para a criação dessa categoria tentaram introduzir uma unidade tanto entre os fiéis das diversas igrejas quanto entre os líderes que disputavam acesso à esfera política. O uso dessa categoria abrangendo todas as vertentes do protestantismo foi notada pela primeira vez no Memorial de 1986, apresentado como o resultado de um encontro ecumênico entre igrejas, realizado na cidade do Rio de Janeiro, que citava o termo evangélico para denominar os fiéis das variadas denominações protestantes/pentecostais e reforçava a importância desse grupo se unir para combater a presença dominante da Igreja Católica nas atividades políticas preparatórias para a Constituinte. Esse documento foi assinado por 24 pastores, todos eles pertencentes a igrejas consideradas de tradição protestante histórica, tais como Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Batista, Congregacional e Metodista, entretanto, apesar de possuir iniciativa protestante, o documento almejava reforçar essa categoria como um agregador denominacional. Essa categoria, desde seu nascimento, já surge associada à importância da participação política de protestantes e pentecostais, passados cada vez mais a serem chamados, desde então, de “evangélicos”, especialmente no universo da política.

O lançamento do livro *Irmão vota em irmão*, escrito pelo jornalista e assessor parlamentar Josué Sylvestre, membro de uma AD (Ministério Madureira) na cidade de

Brasília também pode ser apontado como um fator importante na construção da categoria evangélico.

O livro *Irmão vota em irmão* discorre sobre a importância do debate e da participação na Assembleia Constituinte e, trazendo um panorama da distribuição populacional das religiões, procurava garantir por meio de cotas uma porcentagem expressiva de delegados evangélicos nas comissões. [...], "se há 50% de católicos no país", argumenta o autor, "eles deveriam eleger 50% de delegados na Constituinte; se há 10% de espíritas, eles deveriam ter 10% dos parlamentares" (Sylvestre, 1986:34). Segundo os dados apresentados no livro, o número de evangélicos na época somava 22 milhões de pessoas, o que correspondia a 18% da população nacional. Levando em conta essa proporção, os evangélicos pretendiam garantir esta mesma porcentagem representativa na Constituinte e na Assembleia Legislativa (MONTERO, SALES, TEXEIRA).

Nesse contexto, observa-se que a categoria "evangélico" também foi utilizada como estratégia para aumentar a representatividade desse grupo nas comissões do processo constitucional e na Assembleia. O montante de 22 milhões de fiéis pertencentes a variadas denominações históricas/pentecostais poderia ser revertido em 18% de representatividade na ANC. Essa questão já demonstra a força que todas as igrejas juntas poderiam alcançar na esfera política desde que estivessem unidas. Esse livro também propôs criar uma educação eleitoral aos fiéis pentecostais, demonstrando a necessidade do exercício religioso estar atrelado aos deveres civis, em especial o voto que deveria ser destinado a candidatos comprometidos pelas demandas das igrejas denominadas "evangélicas".

Outro exemplo de estratégia para a criação de uma unidade política demonstrado no artigo citado acima foi a criação de ordens interdenominacionais de pastores como, por exemplo, a Ordem de Pastores Evangélicos Mundial, sediada na cidade do Rio de Janeiro e criada por líderes das principais denominações da Igreja Assembleia de Deus, que além de reunir pastores pertencentes à sua própria igreja contava com pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular e com o apoio de lideranças importantes do protestantismo histórico. Os congressos realizados nessas ordens interdenominacionais tinham o objetivo de criar estratégias pedagógicas para demonstrar aos seus membros a importância do voto.

As estratégias citadas acima "*ampliaram substancialmente o número de parlamentares que se autodeclaravam evangélicos pentecostais*" (Monteiro, Sales, Texeira, 2016). A Assembleia de Deus que contava com apenas dois parlamentares,



conseguiu através dessa unidade política eleger outros 13 parlamentares já na primeira eleição após a redemocratização. Esse número vem crescendo até os dias de hoje.

A criação da categoria “evangélico” junto com a ação pedagógica sobre a importância da participação nas eleições, sobretudo através do voto em candidatos lançados pelas igrejas evangélicas, pode ser apontada como uma importante estratégia criada a partir da ANC para garantir notoriedade às candidaturas desses atores. Porém, Guilherme Rodrigues (2009) afirma que apesar dessa ação criar, grosso modo, aos fiéis evangélicos uma consciência da importância do voto eleitoral, seguida por alguma unidade em relação ao movimento histórico/pentecostal, o sucesso que há décadas evangélicos alcançam em eleições também está relacionado a outros fatores, haja vista que uma elevada presença de cidadãos declarados evangélicos aos pleitos não garante que os mesmos irão votar exclusivamente em candidatos evangélicos, pois outros aspectos contribuiriam na escolha final da decisão eleitoral.

Autores como Oro 2003, Machado 2015, Souza 2010, Bohn 2004 apontaram outros elementos que contribuem para o sucesso das candidaturas evangélicas. Discorremos abaixo sobre as estratégias utilizadas pelas três igrejas evangélicas que nas últimas décadas investiram em candidaturas de suas lideranças e obtiveram sucesso. São elas: Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Universal do Reino de Deus.

#### 1.7.5) Estratégias e Campanhas Eleitorais Evangélicas

Parte do sucesso das candidaturas evangélicas é atribuído à escolha dos candidatos aptos a participar do jogo político. As candidaturas são lançadas mediante algumas regras. De modo geral, os candidatos devem ter destaque na instituição, boa conduta social e religiosa além de conhecimento prévio sobre as atividades políticas. Machado (2015) aponta que na Igreja do Evangelho Quadrangular essa nomeação é estimulada impreterivelmente entre os pastores, que não necessariamente precisam abrir mão de suas funções religiosas. Nos anos 2000, a igreja criou uma Secretaria Geral de Cidadania responsável por coordenar cursos de capacitação dos candidatos da igreja. Nesses cursos eles aprendem técnicas de atuação parlamentar, de combate à corrupção e a seguir a linha política estabelecida pela igreja. Essa Secretaria também estabeleceu regras para a escolha dos nomes que recebem o suporte financeiro, assessoria e indicação do grupo, essas regras determinam a apresentação de certidões negativas de

débito com a Igreja, com o Serasa e o Serviço de Proteção ao Consumidor, além dos comprovantes de quitação com os serviços eleitorais. Após passar por esse processo, cabe às comissões eleitorais e ao conselho estadual e municipal a definição dos nomes a serem indicados e preparados para a disputa eleitoral.

Na AD foi criado, em 2001, um projeto para “despertar a cidadania da membresia” e estimular a participação nas disputas eleitorais pelas cadeiras das casas legislativas. O sucesso de candidaturas de assembleianos nas décadas de 80 e 90 fez com que a igreja se mobilizasse para criar mecanismos de controle sobre as candidaturas e a atuação parlamentar daqueles que se elegem com o amparo logístico da denominação. Foi criado assim o projeto para disciplinar o lançamento de candidatura e o Conselho Político Federal, junto com Comissões Políticas Federais e Estaduais. O Conselho Político cuida dessas Comissões, as Comissões Estaduais cuidam das indicações do Deputado Estadual e de Vereador, e a Comissão Federal cuida de Deputado Federal e Senador (MACHADO, 2015).

Já a Igreja Universal do Reino de Deus, segundo Oro (2003), dotou a partir de 1997 um modelo corporativo da candidatura oficial, sendo que o número de candidatos a serem lançados depende do capital eleitoral que ela dispõe. Assim, antes de cada eleição realiza uma campanha incentivando os jovens que completaram 16 anos a tirarem o título de eleitor e realiza uma pesquisa entre seus membros para estimar a quantidade de eleitores que cada igreja possui. Os dados alcançados nesse processo são apresentados aos bispos regionais que, por sua vez, os transmitem ao Bispo central. Juntos deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores contabilizados pelas igrejas locais. Os candidatos, na maioria das vezes, atuam como pastores ou membros de destaque hierárquico e a participação na mídia torna-se um fator diferencial para essa escolha.

Essas informações demonstram a organização dessas igrejas em apresentar candidatos preparados para as atividades da vida política, além do que a popularidade de lideranças é também um fator importante para as escolhas dos candidatos.

Com os candidatos criteriosamente escolhidos, as denominações se empenham para garantir os votos de seus fiéis.

Oro (2003) afirma que a Igreja Universal do Reino de Deus é uma denominação bastante atuante na preparação de seus membros para o pleito. O autor aponta que desde a sua presença em candidaturas, nas décadas de 80 e 90, pastores instruem seus fiéis a

votarem nos candidatos apoiados pela igreja. Porém, nos anos 2000 essa ação passou a ser intensificada. No final dos cultos, sobretudo os dominicais, líderes didaticamente posicionam cartazes e banners no altar, com o nome e número do candidato, informando a necessidade de todos os fiéis realizarem seus papéis de cidadãos votando nos candidatos apoiados pela igreja.

Nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da Igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns *banners* com fotos dos candidatos (...) em alguns domingos um *banner* de uma urna eletrônica foi levado ao altar. Com ele o bispo ou o pastor que presidia a reunião ensinava, de forma bastante didática, seus fiéis a votarem em seus candidatos. Ainda, em Porto Alegre, no domingo dia 15 de setembro de 2002, uma urna eletrônica da Justiça Eleitoral foi posta à disposição dos fiéis no *hall* de entrada da catedral para os que quisessem treinar a votar. Toda essa dedicação pedagógica, que teve reincidências e diversas expressões em outras capitais e cidades do país, talvez eleve a Universal à condição ímpar da principal instituição brasileira da atualidade a se ocupar com tamanha aplicação à conscientização e ao direcionamento do voto de seus membros (ORO, 2003. Pág. 56).

Porém, Oro (2003) adverte que esse processo não ocorre de forma opressiva em relação aos seus fiéis. A politização de público é mobilizada a partir de elementos práticos e simbólicos. Ela é constantemente trabalhada nas mídias expressas e virtuais da igreja. A justificativa para a atuação política aciona *elementos doutrinários e discursivos próprios do campo religioso, reproduzindo um procedimento comum aos evangélicos, qual seja, “religiogizar o político”* (ORO, 2003. Pág. 57).

Guilherme Rodrigues (2009) também aponta a importância do discurso simbólico religioso para convencer o fiel que seu papel enquanto cristão evangélico é participar das eleições a fim de combater o Diabo materializado na política através da corrupção.

A Assembleia de Deus, apesar de ser a igreja evangélica com o maior número de parlamentares no Congresso Nacional, possui uma postura mais tímida nas campanhas eleitorais. De acordo com Christina Vital da Cunha e Lopes (2013,) apesar dessa

presença significativa, sua atuação é considerada numericamente menor do que a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus, ao se pensar em termos proporcionais. Segundo dados do Censo IBGE 2010, 12 milhões de brasileiros declaram-se pertencer a Assembleia de Deus, enquanto apenas 2 milhões declararam ser membros da IURD.

Christina Vital da Cunha e Lopes (2013) apontam a descentralização, em relação a um poder único, como um fator importante para se pensar a dificuldade dessa denominação em atuar incisivamente em candidaturas. Observa-se independência administrativa e em muitos casos até litúrgica e política em relação à matriz, fator que dificultaria a unificação da denominação em torno de posições políticas.

Já Oro (2003) aponta que a dificuldade da Assembleia de Deus em eleger candidatos oficiais ocorre devido à permissão dada para outros membros também se lançarem candidatos, ou seja, essa igreja lança candidaturas por parte da cúpula dirigente local, mas da liberdade a outros fiéis de concorrer a cargos eletivos. Esse fator dividiria os votos dos irmãos.

Importa ressaltar ainda que a partir da Convenção Geral de 2002 da Assembleia de Deus, ficou firmada a orientação de não exercer nenhuma pressão direta aos fiéis. As lideranças foram aconselhadas a apresentar aos seus membros candidatos a deputados, senadores, governador e presidente desde que respeitassem a liberdade do grupo em optar por um candidato (ORO, 2003). Contudo, Oro (2003) aponta vozes desinentes em relação a essa postura. Os Pastores Silas Malafaia e João Ferreira Filho, por exemplo, defendem que a igreja siga os passos da IURD, aumentando a ênfase na orientação do voto em lideranças assembleianas nos discursos durante o culto e na mídia da própria igreja.

Já Igreja Quadrangular, apresenta uma postura diferente em relação às duas citadas acima. Oro (2003) explica que essa denominação realiza prévias entre a comunidade para decidir os candidatos que lançará. Portanto, o apoio a candidaturas ocorre após um procedimento democrático, similar ao que acontece nos partidos políticos. No entanto, a partir de 2002, ao observar o sucesso da IURD nas urnas, vem exercendo certa pressão na hora de indicar seus candidatos ao seu público.

Apesar das instituições evangélicas utilizarem estratégias para angariar os votos do seu público, pesquisadores destacam outras variáveis importantes na associação da filiação religiosa ao comportamento eleitoral. Simone Bohn, por exemplo, demonstrou em artigo publicado em 2004 (utilizando dados do *Estudo Eleitoral Brasileiro-ESEB* 2002) que fiéis evangélicos possuem um grau bastante elevado de exposição às

autoridades religiosas de seus respectivos cultos, ou seja, esse público frequenta suas igrejas várias vezes por semana. Essa exposição estaria acima do dobro da exposição de fiéis pertencentes à Igreja Católica e religiões afro-brasileiras. Essa conjuntura, associada com a baixa aderência do público evangélico aos meios de comunicação de massa, seriam fatores importantes, segundo a autora, para se pensar a aderência desse público às diretrizes políticas lançadas pelos seus líderes religiosos.

Eduardo Cabral Maia (2006) e Regina Reyes Novaes (2001), por outro lado, enfatizaram o papel das igrejas evangélicas, sobretudo pentecostais, como mediadoras da relação entre sociedade e Estado, tendo em vista que tais igrejas nas últimas décadas têm se estabelecido nas margens da sociedade, em lugares onde nenhuma outra instituição religiosa ou civil ousa chegar, realizando trabalhos comunitários em benefício da população local. Essa atuação em um espaço onde o Estado pouco se faz presente é apontada por esses autores como um fator importante para explicar a aderência dessa população aos candidatos evangélicos.

A Igreja Universal do Reino de Deus pode ser apontada como a denominação com maior dedicação pedagógica. Lideranças trabalham empenhadamente para a conscientização e direcionamento do voto de seus membros. A Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular, de modo geral, a partir dos anos 2000 passaram a adotar estratégias já usadas anteriormente pela IURD, porém essa reapropriação da organização política não se deu de forma idêntica, sendo indicado pela cúpula dessas duas denominações respeitar a autonomia do fiel em decidir o seu voto.

Ainda citando a Igreja Universal do Reino de Deus, vimos que nas últimas décadas essa denominação vem severamente se organizando, trabalhando desde a escolha de quantas e quais candidaturas lançar até o marketing e indicação, através de cultos e mídia própria dos candidatos. O resultado dessa investida pode ser observado nas urnas. Nas últimas eleições, a IURD foi a igreja evangélica que mais obteve sucesso em suas candidaturas. Todo esse esforço demonstra a busca dessa denominação por representação na arena política. Um candidato eleito a partir do apoio dela, portanto, terá menos autonomia, atuando de acordo com os interesses da igreja.

### 1.7.6) Frente Parlamentar Evangélica

Uma das principais estratégias políticas dos evangélicos no Poder Legislativo foi a criação de uma frente, no Congresso Nacional, capaz de agregar todos os parlamentares evangélicos para votarem contra Projetos de Leis.

A formalização e regulamentação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) ocorreu na 52ª legislatura no dia 18 de setembro de 2003 em uma sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões. Nos últimos instantes da cerimônia, o Deputado pastor Pedro Ribeiro (PR/CE) realizou formalmente a instauração da FPE no Congresso Nacional e nomeou o Deputado Adelor Vieira (PMDB/SC) como o presidente da Frente.

Segundo Tatiane Santos Duarte (2011), a estratégia adotada por esse grupo foi determinar o pluripartidarismo na composição da frente no sentido de aumentar a capilaridade de evangélicos no Congresso. Um dos seus objetivos foi a instauração de cultos semanais que possibilitasse, além da elaboração de estratégias que defendessem as bandeiras da frente, evangelização e conversão evangélica no âmbito do Legislativo. No entanto, apesar de a Frente possuir atualmente uma sala, no anexo IV da Câmara, o grupo não é caracterizado como uma unidade jurídica do Congresso Nacional, uma vez que de acordo com Tatiana Duarte (2011), para uma frente ser legalizada na casa necessita alcançar a adesão de 100 membros, deputados e/ou senadores.

Portanto, a frente existe informalmente, sem legalização até alcançar o número de participantes exigido. Unidos sob o intuito de alcançar representatividade para garantir as demandas evangélicas, esse grupo, que apesar do não reconhecimento jurídico, possui grande potencial de interferir nas decisões do Congresso.

O primeiro indicativo que temos é de que essa Frente atuou no arquivamento do PL 122/2006 traçando estratégias discursivas para potencializar seus argumentos e mobilizar maior adesão popular ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia.

As justificativas dessa atuação se fizeram com base na preservação dos valores evangélicos, uma vez que a criminalização da homofobia ameaçaria o direito de pastores pregarem contra a diversidade sexual, além de condicionar um ambiente favorável para a valorização da homossexualidade.

Nossa tarefa nos próximos capítulos será investigar quais foram as gramáticas e categorias adensadas às justificativas para arregimentar legitimidade e confiabilidade ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia.

## **CAPÍTULO II**

### **A HOMOSSEXUALIDADE: NATURAL OU ANTINATURAL? PECADO X DIVERSIDADE SEXUAL**

Há algumas décadas, parlamentares pertencentes a instituições evangélicas atuam no Congresso Nacional para barrar Projetos de Leis que visem ampliar os direitos dos indivíduos LGBTs. Em resposta à visibilidade e às recentes conquistas alcançadas pelas minorias sexuais, lideranças evangélicas estão se articulando na política e produzindo uma série de justificativas que defendem as relações heterossexuais e a estrutura familiar tradicional.

Nesse capítulo temos como objetivo analisar os elementos que fundamentam o posicionamento contrário à homossexualidade no discurso de grupos evangélicos. Com isto, identificaremos quais categorias foram acionadas na construção dos argumentos que reprovaram as relações homoafetivas, apontando semelhanças e diferenças nas construções das falas para a mídia religiosa e secular.

#### **2.1) Naturalizando a sexualidade: uma análise dos argumentos que atribuem o caráter intrínseco da heterossexualidade**

A crescente articulação de movimentos sociais a favor dos direitos dos homossexuais tem provocado um intenso debate público acerca das configurações de família e sexualidade. Ao mesmo tempo, observamos uma resistência de atores religiosos aos processos de mudanças que ameaçam a norma de organização familiar subordinada à heterossexualidade. A ampliação dos direitos civis das minorias sexuais tem colocado em cheque tais valores. As mudanças socioculturais, legais e políticas que convergem para o reconhecimento de minorias sexuais são encaradas como ameaçadoras para a moralidade cristã (católica/evangélica). Dessa forma, Deputados Federais e Senadores Evangélicos atuam no Congresso Nacional sob o intuito de restaurar uma certa ordem moral e social, que julgam estar sendo corrompida por seus adversários defensores de pautas relacionadas à expansão dos direitos dos homossexuais, como o casamento gay e a criminalização da homofobia.

Observamos, a partir do mapeamento das falas dos atores evangélicos referente à controvérsia aqui analisada, que essa oposição muitas vezes é acompanhada por



justificativas que afirmam a existência de valores universais sexuais, que subordinam a sexualidade à procriação. A heterossexualidade é defendida como uma manifestação natural, e por isso normal do ser humano, sendo qualquer outra forma de sexualidade que não corresponda à relação entre homens e mulheres classificada como anômala e desviante. Esse posicionamento foi identificado tanto no mapeamento dos jornais de circulação nacional quanto nos veículos de comunicações pertencentes às mídias evangélicas. As falas abaixo são exemplos de afirmações que demonstram a anormalidade das relações homoafetivas publicadas pelos jornais pesquisados.

O Senador Marcelo Crivella<sup>77</sup> afirmou em entrevistas que o Projeto de Lei 122/2006 criminaliza a Bíblia, uma vez que, segundo o livro sagrado, a homossexualidade seria um pecado. Em uma entrevista afirmou que:<sup>78</sup>

(...) o homossexualismo é pecado. Não é crime, não é doença, mas é pecado porque é isso que a bíblia diz.

Em outro depoimento, Crivella ao ser questionado sobre o tema homofobia, explicou que o fato de defender que o homossexualismo é um pecado não faz dele um homofóbico, pois reconhece todo o respeito que esse grupo merece<sup>79</sup>.

Não tem povo menos homofóbico que os evangélicos. Mas os evangélicos querem também o direito de expressar seus pensamentos, de que o homossexualismo é pecado. Não é crime, não é doença, mas é pecado porque é isso que a bíblia diz.

O deputado Takayama (PSC-PR) enfatizou que os evangélicos não são homofóbicos, pois amam o homossexual, assim como amam todos os seres humanos. A condenação estaria na sua prática. Assim, destacou que o grupo religioso ama o pecador, mas recrimina a prática das coisas erradas<sup>80</sup>.

Nós amamos o homossexual, amamos o ser humano, não amamos a prática. Se o indivíduo quer amar a vaca... Cristo não é homofóbico, ser contra o homossexualismo não nos torna homofóbicos. Amamos o pecador, não amamos a prática das coisas erradas.

---

<sup>77</sup> JUNQUEIRA, Alfredo. *Petista pretende ficar fora de Debate sobre homofobia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 09 de outubro de 2010. Nacional, A10.

<sup>78</sup> Autor desconhecido. *Garotinho dá ânimo ao crime, diz Crivella*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 2014. Poder, A11.

<sup>79</sup> Autor desconhecido. *Garotinho dá ânimo ao crime, diz Crivella*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 2014. Poder, A11.

<sup>80</sup> LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

Corroborando com esse argumento, o deputado Marco Feliciano deu a seguinte declaração quando questionado sobre seu posicionamento em relação aos projetos que defendem a extensão de direitos às minorias sexuais<sup>81</sup>:

Como pastor evangélico, encaro o mandato político como extensão do meu ministério, cuja responsabilidade maior é dignificar o nome de Jesus Cristo. A lei de Deus é só uma e vale para todos. Deus ama a todos, mas abomina o pecado.

Feliciano, em uma coluna assinada por ele próprio, afirmou o seguinte a respeito da homossexualidade<sup>82</sup>:

Apenas ensino o que aprendi na bíblia, que não aprova a relação sexual nem o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Fora isso a salvação está para ao alcance de todos.

João Campos, afirmou que “*o homossexualismo é pecado e esse é um dos princípios que os evangélicos defendem e está na bíblia*”<sup>83</sup>.

Na mídia evangélica destacamos a fala do Deputado João Campos que disse que “ser gay não é normal”, em uma entrevista<sup>84</sup> o deputado afirmou:

A sociedade não absorveu esse comportamento como um comportamento normal. Em nenhum lugar do Mundo o homossexualismo é um comportamento normal. Do ponto de vista bíblico a prática da homossexualidade é um pecado. Convencidos disso, somos todos contra a prática do homossexualismo.

O pastor Silas Malafaia, em um artigo publicado no jornal *Gospel Mais*, apropriou-se de passagens bíblicas para justificar a homossexualidade como um ato pecaminoso, antinatural à ordem divina<sup>85</sup>:

---

<sup>81</sup> LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

<sup>82</sup> FELICIANO, Marcos. *Ditadura gay e direitos humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 de março de 2013. Opinião.

<sup>83</sup> BRAGA, Isabel. *Esquenta a briga no congresso a favor dos gays*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de março de 2011. O país, pág. 4.

<sup>84</sup> CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico*. Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 maio De 2017.

<sup>85</sup> CHAGAS, Tiago. “*Homossexual pode tornar-se heterossexual*”, diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental”; Leia na íntegra. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html>. Acessado em 07 de maio de 2016.

A despeito de ser um comportamento aprovado em muitas sociedades antigas e modernas, o homossexualismo é pecado. A rejeição à prática do homossexualismo é clara na palavra de Deus. Em Levítico 18.22 (ara), constatamos uma exortação direta a não dar lugar a essa prática. Em levítico 20.13, vemos que a pena na lei mosaica para quem praticasse o homossexualismo era a morte. No novo testamento, apesar de não haver mais a pena de morte, observamos que a morte espiritual persiste para o homossexual, entregue por deus ao que Paulo chamou, em Romanos 1.28, de sentimento perverso (arc) ou disposição mental reprovável (ara). Neste mesmo texto, o homossexualismo é denominado paixão infame; torpeza; erro. Em 1 coríntios 6.10,11, está claro que nem os efeminados nem os sodomitas (ou seja, os homossexuais passivos e os ativos) herdarão o reino dos céus. A menos que eles se arrependam dessa prática abominável aos olhos de Deus e convertam-se a Cristo, serão condenados a passar a eternidade no inferno, um lugar de pranto, dor e ranger de dentes (Mateus 13.40-42; 24.51).

Expressões como “a prática do homossexualismo é pecado” e “ser gay não é normal” condenam as relações homoafetivas, desqualificando a sua legitimidade, evidenciando uma suposta normatização das práticas sexuais considerando como normal e, logo assim, natural o seu contrário: a heterossexualidade. Qualquer outra manifestação sexual que não corresponda à interação entre homens e mulheres é deslegitimada justamente por não corresponder à normalidade da sexualidade humana, sendo, portanto, tomada como uma manifestação desviante.

Além disso, esses termos punem a diversidade sexual e reforçam o estigma negativo atribuído às minorias sexuais. Essas afirmações contribuem para a não aceitação da homossexualidade, incentivando a vigilância das práticas sexuais de modo que aja um controle face aos fenômenos ameaçadores das normas morais.

Nos jornais pesquisados da grande mídia, os parlamentares evangélicos evitaram expor os fatores que os levam a classificar as relações homoafetivas como anormais. As justificativas não detalharam os indícios que condicionariam a prática homossexual. Os relatos não abordaram o caráter antinatural da homossexualidade. As falas se limitaram a explicar que tal ato é condenado pela bíblia e assim consequentemente por Deus, sendo considerado, portanto, um pecado<sup>86</sup>. Além disso, o amor e respeito aos homossexuais foram enfatizados. Dessa maneira, constatamos que parlamentares evangélicos não atacaram os homossexuais. A crítica se concentrou na prática homossexual.

Já na mídia evangélica, os atores avançam em suas críticas contra as relações homoafetivas, enfatizando seu caráter antinatural. Nesses relatos, as falas retomam a

---

<sup>86</sup> As falas, nessas mídias, concentraram-se nos argumentos a favor da liberdade de expressão e de crença. Analisaremos essas justificativas no próximo capítulo.

ideia de natureza heterossexual, a partir da justificativa de que a sexualidade resultaria de um instinto extravasador a serviço da reprodução da espécie. O pensamento naturalista identificado nas falas, cuja principal ideia se refere à crença de que Deus criou a natureza humana a partir de um princípio complementar entre homens e mulheres, ganhou força com a incorporação de justificativas produzidas por teorias essencialistas, como por exemplo, a concepção de que a heterossexualidade seria a condição natural de todos os seres humanos, dado que a fecundação é uma importante função de todas as espécies. Por isso, o relacionamento sexual entre sexos opostos seria a “tendência natural” de todas as pessoas. Podemos observar esse panorama nas falas abaixo.

O Deputado João Campos (PSDB-GO) apontou que o sexo foi criado por Deus para ser uma benção tanto para o prazer do homem e da mulher quanto para a procriação<sup>87</sup>.

Em uma entrevista a um site evangélico, o Pastor Silas Malafaia afirmou:

Deus criou o ser humano como macho ou como fêmea” e já na criação “estabeleceu que eles teriam atração sexual um pelo outro e que, da relação sexual entre eles, nasceriam filhos.

Em outra entrevista, Malafaia questionou o que as relações sexuais entre dois homens ou entre duas mulheres reproduzem. O pastor afirmou que se fosse possível mandar todos os homossexuais para uma ilha, após 50 anos observaríamos que não haveria mais a reprodução da espécie humana.

Eu quero saber o que dois homens e duas mulheres reproduzem? Eles querem casamento? Vamos arrumar duas ilhas e mandar eles para lá. Daqui a 50 anos você volta lá pra ver se tem raça humana.

À vista disso, percebemos que a procriação, nessas falas, é um elemento que reforça a defesa da “normalidade” da heterossexualidade. Vale a pena ressaltar que as relações de reprodução, aqui acionadas, estão subordinadas aos laços familiares tradicionais. Adiante trabalharemos essa questão. A sexualidade, a partir desse ponto de

---

<sup>87</sup> CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico*. Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 de maio de 2017.

vista, está estritamente subordinada a uma necessidade biológica de reprodução, fator que ignora todas as relações de desejo que um sujeito desenvolve ao longo de sua vida, além de desprezar as imposições sociais na construção singular da sexualidade, que ocorre como consequência das diversas interações que os corpos estabelecem com o meio social em que estão inseridos (LOURO,1999).

Além disso, os argumentos em defesa da natureza heterossexual ganharam força a partir de falas que se utilizam de um vocabulário e termos produzidos por teorias científicas.

Essa dinâmica pôde ser observada em falas do Deputado Marco Feliciano, do Pastor Silas Malafaia e do Senador Magno Malta, onde verificamos a recorrência de elementos pertencentes a um repertório biológico.

Marco Feliciano afirmou em entrevista que ninguém nasce homossexual, pois não há gene gay, assim reforçou que *“o cristianismo abre os braços para amá-los, aceitá-los (homossexuais) como seres que precisam de ajuda. O cristianismo ama o homossexual, mais não a pratica homo.”*<sup>88</sup>

Em sua coluna “Pr. Silas Responde”, Malafaia foi enfático ao afirmar que os evangélicos amam os homossexuais, mas não concordam e não aceitam o homossexualismo porque alimentam o compromisso com os princípios éticos, morais e espirituais baseados no conhecimento que o grupo possui na lei e na vontade de Deus.

Nessa mesma coluna, quanto em outras entrevistas concedidas a veículos de comunicação evangélicos, o pastor utiliza um repertório produzido pelas ciências biológicas para reforçar seu posicionamento contrário à homossexualidade<sup>89</sup>.

Alguns dizem que a homossexualidade é uma questão biológica, genética; o indivíduo já nasce homossexual. Entretanto, nenhum cientista jamais provou essa tese. Não existe um gene que determine que uma pessoa será homossexual. Os cromossomos XX determinam que ela será do sexo feminino, e os cromossomos XY, que será do sexo masculino. Portanto, essa tese de que o homossexualismo é genético é uma falácia; uma mentira. (...). Aliás, é por causa desse princípio que a espécie humana tem subsistido. Se não houvesse casamento entre homem e mulher, não seria possível a perpetuação da espécie. Se o homossexualismo não é genético, é

---

<sup>88</sup> MAGALHÃES, Luis Eduardo. *Me viram como uma maneira de promover ativismo gay, diz Feliciano no Superpop*. Lem Gospel. Disponível em: <<http://lemgospel.com.br/index.php?pag=noticia&id=4608>>. Acessado em 01 de maio de 2017.

<sup>89</sup> CHAGAS, Tiago. *“Homossexual pode tornar-se heterossexual”, diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental*”; Leia na íntegra. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html>. Acessado em 07 de maio de 2016.

comportamental. Ele é praticado por uma pessoa que, por determinação genética, nasceu homem ou mulher, mas tornou-se homossexual por preferência aprendida ou imposta.

Essas duas falas evidenciam um duplo movimento. Além de articularem argumentos que circulam dentro da esfera religiosa, como a condenação à homossexualidade mediante o amor e respeito ao homossexual, demonstram a apropriação de elementos pertencentes a outra gramática que não a religiosa. Feliciano e Malafaia citam referências genéticas como a constituição cromossômica do ser humano para defender a condição natural da heterossexualidade. Malafaia, em seu discurso, explicou que um indivíduo se torna homem ou mulher de acordo com o seu sexo biológico, que influenciados pelo instinto de procriar, nascem com a existência inata da heterossexualidade, sendo, portanto, a homossexualidade uma característica antinatural, imposta e/ou aprendida no convívio social.

Dessa forma, a sexualidade foi tomada exclusivamente como um fator intrínseco à biologia, sob a finalidade de procriação e de constituição familiar aos moldes tradicionais cristãos, reforçando, assim, a moral cristã acerca da conjugalidade e da estrutura familiar tradicional.

Em outro comentário, observamos novamente essa associação direta entre sexo biológico e sexualidade. O Senador Magno Malta fala sobre a inexistência da classificação da homossexualidade enquanto sexo biológico, citando as leis divinas. No entanto, apesar de não citar referências, é sabido que essa classificação é sustentada por teorias genéticas. Em uma entrevista acerca do PL122/2006, quando questionado se a homossexualidade é questão de doença, Malta respondeu:<sup>90</sup>

Eu não entraria nesse mérito. Eu sei que Deus criou macho e fêmea. Fulana está grávida de um menino ou de uma menina. Você não diz que fulana está grávida de um homossexual, não existe isso (...) Eu sou um homem cristão, e acredito nos moldes de Deus, macho e fêmea. Eu não acredito em desvios sexuais, vou lutar até o final. Esse Senador da República não vai criar um terceiro sexo.

---

<sup>90</sup> Autor desconhecido. *Magno Malta: “Você não diz que fulana está grávida de um homossexual”*. Guia-me. 04 jul. de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>>. Acessado em 01 de maio de 2017.

Esse tipo de afirmativa condiciona o sexo biológico à heterossexualidade. Assim, a prática homoafetiva é tida como uma condição aprendida no meio social que desviaria o indivíduo da sua natureza heterossexual.

A condenação à homossexualidade é justificada pela materialização dos sexos. Ao nascer, o sujeito só pode ser classificado como pertencente ao sexo masculino ou feminino que são naturalmente heterossexuais. Dessa forma, o homossexual é subjugado como uma anomalia, ou seja, como um distúrbio da natureza, desviante da norma, que deve, portanto, ser uma condição rejeitada e repreendida. Portanto, o Senador, nessa fala, parte do princípio de que orientação sexual é definida pelo sexo biológico, que é tomado como naturalmente heterossexual. Fica subtendida, nesse argumento, a classificação genética em relação à determinação cromossômica, pois Malta cita que apenas podemos classificar um sujeito como macho ou fêmea.

A partir dessas falas, observamos que para esses atores a homossexualidade não é tomada como uma manifestação da sexualidade, pois a sexualidade, dentro dessa chave de compreensão, é julgada como ato que, a partir das relações entre homens e mulheres, promove a procriação. A necessidade de procriar e reproduzir a espécie seriam uma evidência da tendência natural heterossexual.

Dessa forma, a heterossexualidade corresponderia a uma característica universal do ser humano, ou seja, todo indivíduo nasceria com a sua sexualidade já definida, uma vez que a sexualidade heterossexual seria a forma de expressão legítima da sexualidade humana.

Observamos a confusão na diferenciação entre as categorias sexo, identidade de gênero e orientação sexual nesses relatos, uma vez que a combinação de cromossomos com a genitália de um determinado indivíduo infere exclusivamente se o mesmo nasceu macho, fêmea ou intersexual.

Assim, há nesses discursos uma sobreposição entre as categorias sexo, gênero e sexualidade. A sexualidade é tomada como um valor universal de caráter heterossexual. O gênero por sua vez é negligenciado, já que caberia ao sexo biológico determinar se indivíduos serão homens ou mulheres<sup>91</sup>. Esse panorama é condicionante para a recriminação da homossexualidade enquanto um fator antinatural e, portanto, condenável.

---

<sup>91</sup> Como vêm sendo demonstrado por pesquisas científicas na área humanista desde início do século XX com o movimento de libertação sexual, a identidade de gênero e a orientação sexual, ao contrário do sexo, não são resultantes de combinações biológicas, mas sim decorrentes das relações, sociais, culturais e de poder que um indivíduo é submetido ao longo de sua vida.

Avançando em nossa análise, verificamos que os argumentos produzidos para os jornais de grande circulação foram, em partes, diferentes daqueles cedidos às mídias evangélicas. Nos jornais mapeados, os agentes não debateram os fatores que acusam a anormalidade das relações homoafetivas, que em geral estão presentes nos sistemas de crenças dessas religiões. Limitaram-se a afirmar que, segundo a sua crença, trata-se de um pecado, mas sem entrar em detalhes teológicos. Além do mais, esses discursos não atacaram os indivíduos homossexuais, ao contrário disso, ressaltaram o respeito que evangélicos possuem pelo grupo LGBT, e mesmo a liberdade do indivíduo e de suas práticas. Portanto, parlamentares evangélicos, evitaram debater nesses veículos de comunicações sobre suas concepções acerca das circunstâncias que levariam o indivíduo a romper com sua “natureza sexual”.

Já nas mídias evangélicas, os relatos trouxeram ao debate, esclarecimentos sobre a antinatureza homossexual. Essa dinâmica demonstra a articulação discursiva desses atores em elaborar justificativas de acordo com o público que irá acessá-las. Para o público que consome a informação na mídia não religiosa, parlamentares evangélicos não colocaram em evidência seus posicionamentos contrários à homossexualidade. Assim, em uma arena secular, os atores evitaram destrinchar suas crenças teológicas. Em contrapartida, relataram em detalhes para sites evangélicos os indícios que qualificam a sua anormalidade.

No que diz respeito às justificativas produzidas para a mídia evangélica, observamos a apropriação de elementos pertencentes a um repertório das ciências biológicas. De acordo com a perspectiva teórica que inspira essa pesquisa, argumentos e posicionamentos alcançam legitimidade por meio de seu potencial de generalidade. Dessa forma, apontamos que nos relatos demonstrados, atores buscaram produzir generalidade e confiabilidade às suas justificativas a partir da apropriação de elementos pertencentes ao repertório das ciências biológicas. Os atores, nas falas, distanciaram-se dos motivos singulares que levam o grupo a classificar as relações homoafetivas como anormais e antinaturais, acionando princípios gerais das ciências para justificarem seus posicionamentos contrários. A adesão a princípios científicos, já reconhecidos, atribui autoridade ao argumento. Essa dinâmica pode dificultar a elaboração de contestações, haja vista que ao questionar uma alegação é necessário rejeitar todas as concepções acionadas na construção de tal argumentação.

No item abaixo, faremos um recuo bibliográfico sobre um breve histórico dos estudos de gênero, a partir do debate intelectual e político, produzidos com a “revolução



sexual” dos anos 1960, a fim de nos situarmos na problemática acerca da sexualidade. Esse breve histórico elucidará a criação das categorias que permeiam o debate da controvérsia analisada: identidade de gênero e orientação sexual.

## **2.2) Estudo de gênero e sexualidade: um pequeno histórico.**

A partir de meados do século XX houve a efervescência da problematização das categorias gênero, sexo e orientação sexual. O questionamento da naturalização dos papéis sociais atribuídos distintamente a homens e mulheres, a negação da subordinação da identidade de gênero ao sexo e a ampliação do debate sobre as múltiplas expressões da sexualidade na modernidade condicionou um reposicionamento da mulher e do homossexual nas relações sociais, assim como uma ressignificação do ato sexual. Como consequência desse panorama, movimentos ativistas pela causa gay juntaram força para combater a discriminação e preconceito, almejando representatividade para cobrarem seus direitos. Esse quadro, por sua vez, impulsionou a articulação de movimentos confessionais tradicionalistas que apoiados em repertórios produzidos em outras gramáticas, como demonstrado no item anterior, buscaram a regulação da sexualidade, a fim de assegurar a configuração tradicional familiar. Julgamos ser importante nos situarmos no debate que as ciências biológicas e sociais produziram acerca da sexualidade, justamente por se tratar de um período no qual essas categorias foram discutidas, problematizadas e configuradas. Propomos, assim, relatar, de modo geral, o surgimento do movimento de subversão da inferiorização feminina e da antinatureza homossexual. Destacaremos os elementos importantes na composição de teorias essencialistas, bem como a articulação construtivista que buscou combater a ideia de que a sexualidade resultaria de um extravasamento de ordem natural a serviço da reprodução.

Um dos binômios questionado pela produção teórica da antropológica foi a relação e distinção entre estado de natureza e estado de cultura. Como classificar e diferenciar as ações produzidas por um instinto natural intrínseco à raça humana das ações construídas socialmente ao longo da vida de um indivíduo, uma vez que o ser humano é um animal biológico além de ser um indivíduo social que produz cultura?

Quais são as fronteiras que delimitam as ações de ordem natural das ações de ordem social? (LÉVI-STRAUSS, 1982). Esse questionamento incitado no início da disciplina antropológica desencadeou uma série de produções teóricas que se

propuseram a repensar as práticas sociais como decorrentes de leis universais. É neste contexto que inserimos as discussões sobre gênero, sexo e sexualidade, no qual podemos destacar uma produção científica voltada a superar este determinismo biológico.

O estudo sobre gênero ganhou força e destaque através de reivindicações dos movimentos feministas do início do século XX. Tais movimentos questionavam a naturalização dos papéis sociais atribuídos distintamente a homens e mulheres.

A afirmação da existência de um código genético no ser humano, responsável por condicionar uma universalidade em relação aos papéis desempenhados respectivamente por homens e mulheres, passou por um período de questionamentos, já que poder-se-ia facilmente observar uma diversidade na execução de tais papéis.

Partindo da premissa de que os imperativos inerentes à raça humana devem ser compartilhados por todos os indivíduos, independente do espaço e do tempo no qual eles estejam inseridos, porque poderíamos ver uma diversidade de comportamentos ao invés de padrões fixos e imutáveis?

Esta questão levou o movimento feminista a recorrer ao estudo das culturas e das relações sociais para explicar o lugar subalterno atribuído à mulher, em relação ao homem, rejeitando assim qualquer explicação biológica na produção desta subalternidade.

A discussão acerca das relações de gênero condicionou o debate em torno das relações de sexualidade, uma vez que a categoria sexualidade também passou a ser repensada enquanto produto das relações sociais, sendo assim questionadas as atribuições negativas e patológicas impostas às relações que não corresponderiam a uma suposta normalidade heterossexual.

Guacira Lopes Louro (1999) explica que o gênero de um indivíduo está relacionado ao meio ambiente em que este está inserido e as relações sociais traçadas no decorrer de sua vida e não a estrutura de seu corpo. Diante desta perspectiva, o gênero estaria relacionado a um fator cultural e não a uma questão biológica.

Louro (1999) destaca que tanto o gênero quanto a sexualidade, pensados enquanto constructos sociais, estão em movimentação, suas definições e alcances estão sempre em construção, uma vez que a cultura de uma sociedade está sempre se recriando de acordo com as relações sociais e de poder que constantemente são inovadas, reinventadas e modificadas. Portanto, a autora explica que não existe uma fronteira que delimite as relações de gênero e sexualidade, já que estas relações não são

mais definidas como imutáveis, trans-históricas e universais como anteriormente havia se pensado. Tais relações são construídas a partir de rituais, fantasias, representações, símbolos, convenções e etc., ou seja, são construídas por processos culturais e plurais.

Além disto, o corpo também seria moldado socialmente, já que não vivemos nossos corpos universalmente da mesma forma. Portanto, a perspectiva do que seja “natural” ou não no meu corpo depende do sentido social que eu atribua a ele.

Nesse final de milênio, usando a metáfora do ciborgue cunhada por Donna Haraway (1991), teríamos de admitir que muitas fronteiras foram transgredidas: há agora “potentes fusões e perigosas possibilidades” que tornam problemáticos os dualismos de mente e corpo, animal e máquina, humano e animal. Os corpos não são, pois, tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades são uma decorrência direta das “evidências” dos corpos (LOURO, p. 08, 1999).

Esta perspectiva questiona a explicação das relações de gênero a partir de uma concepção biológica, já que os valores adquiridos por cada indivíduo ao longo da sua vida influenciam as relações entre este e o seu corpo, sendo, portanto, relativa à maneira como cada pessoa se manifesta corporalmente, pois cada ação possui um sentido apenas diante do contexto e experiências vivenciadas por cada pessoa.

O questionamento de teorias generalizadoras de caráter redutor e simplista se deu justamente por estas não darem conta de explicar a complexidade das causalidades sociais. Se os papéis próprios aos homens e mulheres e a subordinação do gênero ao sexo proviam de uma universalidade fisiológica, por que era facilmente possível se deparar com divergências? Por que a conduta sexual e social de cada indivíduo era relativa? Ou ainda, por que era possível se deparar com a diversidade de comportamentos onde deveríamos encontrar ações fixas inatas à biologia humana? Assim, essas perguntas moveram a produção teórica feminista do século XX a um estudo dos códigos culturais para chegar a um entendimento das relações de gênero.

Este panorama impulsionou o questionamento da sexualidade enquanto um fator intrínseco à biologia, ampliando o debate sobre a finalidade do ato sexual. A reprodução deixou de ser o objetivo único do exercício da sexualidade por estudiosos da área, sendo o prazer incorporado como elemento legítimo a esta ação.

Objeto de estudo da religião e da filosofia moral no século XIX, a sexualidade no século posterior ganhou a sua própria disciplina: a sexologia, tendo como base a psicologia, a biologia e a antropologia, bem como a história e a sociologia (LOURO, 1999). A partir de então, o debate teórico em torno das questões relativas aos corpos e

ao comportamento sexual tem sido, grosso modo, marcado pelo enfrentamento de duas posições: o essencialismo e o construtivismo social.

O construcionismo social reúne teorias que problematizam a universalização dos instintos sexuais. Segundo Jeffrey Weeks (2007) em seu texto: “*O corpo e a sexualidade*”, esta vertente analisa o comportamento sexual a partir de seu contexto histórico específico, explorando os símbolos que permeiam as relações de poder em torno da sexualidade. Diante desta perspectiva ao se falar de sexualidade não seria possível compreendê-la a partir de uma generalização deste fenômeno, pois os significados atribuídos às relações sexuais seriam distintos entre diferentes culturas e grupos de identidades. As ideias produzidas por essa vertente recorrentemente são acionadas por grupos e movimentos que buscam combater a homofobia e promover a visibilidade e a ampliação dos direitos de minorias sexuais.

Jeffrey Weeks ainda explica que o essencialismo, concepção desenvolvida na obra do psiquiatra alemão Krafft-Ebing, é uma vertente teórica que entende a sexualidade a partir de uma visão universalista, sendo este fenômeno inerente à natureza humana, ou seja, a sexualidade diante desta concepção seria o extravasamento de uma ordem psíquica, uma pulsão interna a serviço da reprodução da espécie.

Na introdução do livro “*Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*”, Adriana Piscitell, Maria Gregory e Sérgio Carrara atribuem ao essencialismo a construção da heteronormatividade, que regula as relações de sexualidade na modernidade, uma vez que essa vertente teórica aponta o ato sexual como resultado de um instinto extravasador, de finalidade reprodutiva, subtendendo, neste argumento, a necessidade das relações sexuais serem estabelecidas entre homens e mulheres. Surgem a partir desta perspectiva as noções de doença, crime, desvio, anomia e perversão aos comportamentos que não correspondam à naturalidade dos instintos sexuais.

Como demonstrado no item anterior, destacamos que alguns atores evangélicos discursaram sobre a heterossexualidade enquanto um fator natural e, portanto, intrínseco ao ser humano para justificarem suas posições contrárias à criminalização da homofobia.

Vimos até agora que ao classificar a sexualidade heterossexual enquanto um fator intrínseco ao ser humano, esses atores excluem das suas afirmações a hipótese da homossexualidade ser resultante de fator genético, haja vista que a heterossexualidade é entendida, dentro dessa chave, como uma característica natural do homem. Dessa forma, o relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo é explicado por alguns

atores ou grupos evangélicos a partir de outras causas, como comportamentais ou sociais, ou ainda por traumas vivenciados. Em suma, por fatores outros que não correspondam à natureza ou à biologia. No item abaixo analisaremos ambas as posições.

### **2.3) Discursos sobre a construção da homossexualidade: ser gay é um comportamento aprendido!?**

Sendo a heterossexualidade tomada como uma característica natural e, portanto, normal do ser humano, a homossexualidade, nos discursos mapeados é classificada como uma característica adquirida a partir de experiências sociais.

O pastor Silas Malafaia foi enfático ao afirmar que a prática homossexual é aprendida, caracterizando-a como um comportamento. *“Ela é praticada por uma pessoa que por determinação genética, nasceu homem ou mulher, mas tornou-se homossexual por preferência aprendida ou imposta.”*<sup>92</sup>

Essa afirmação também é observada em falas do Deputado Jair Bolsonaro. Para ele, a criação de um filho influencia se o mesmo adotará um comportamento homossexual. Segundo o deputado:<sup>93</sup>

Somos produtos de um meio. Uma inocente criança adotada por pais homossexuais certamente será influenciada e possivelmente seguirá o exemplo dos mesmos (...) Uma criança adotada por um casal gay tem 90% de chances que vai ser gay também.

O Deputado João Campos afirmou que *“o homossexualismo é um comportamento que a pessoa adotou”*.<sup>94</sup> Reforçando esta ideia, destacamos outra fala do Senador Magno Malta que classifica a prática homossexual como uma opção, que o indivíduo escolhe seguir<sup>95</sup>.

Essas falas reforçam o conceito de que a homossexualidade é uma prática influenciada pelo meio social no qual a pessoa está inserida. Palavras citadas nas falas

---

<sup>92</sup> LOPES, Leilane Roberta. *Homossexualismo é questão de comportamento, diz Silas Malafaia*. Gospel Prime. 30 de abril de 2013. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/homossexualismo-comportamento-silas-malafaia/>>. Acessado em 01 maio 2017.

<sup>93</sup> Autor desconhecido. *Bolsonaro: Sou um católico que frequentou a Igreja Batista por 10 anos*. Guiame, 04 de julho de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bolsonaro-sou-um-catolico-que-frequentou-a-igreja-batista-por-10-anos.html>>. Acessado em 01 maio de 2017.

<sup>94</sup> CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico. Congresso em foco*. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 de maio de 2017.

<sup>95</sup> Autor desconhecido. *Magno Malta: “Você não diz que fulana está grávida de um homossexual”*. Guiame. 04 julho de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>>. Acessado em 01 de maio De 2017.

listadas acima como aprendido, preferência, opção, comportamento demonstram que ao contrário da heterossexualidade classificada como manifestação natural, a prática homossexual é incorporada ao indivíduo a partir de certas vivências.

Maria das Dores Campos Machado (2017) aponta que a visão naturalista da heterossexualidade induz lideranças religiosas a explicar a diversidade sexual a partir de experiências acumuladas ao longo da vida, sendo que em muitos casos esses atores recorrem a argumentos elaborados em teorias das ciências sociais que explicam a sexualidade através do construtivismo social. A autora cita como exemplo o discurso do Pr. Silas Malafaia que recorre à ideia de construção social para caracterizar a homossexualidade.

Peter Fry desenvolveria um pouco mais essa linha de interpretação e chamaria atenção para o fato de que um dos líderes pentecostais que mais polemizam com os homossexuais no contexto contemporâneo, o Pr. Silas Malafaia, havia se apropriado da visão do construtivismo social desenvolvida nas ciências sociais. Segundo suas palavras, o discurso de Malafaia negava o caráter inato da homossexualidade ao mesmo tempo em que “banaliza o construtivismo social para avançar os seus argumentos” e “justificar a sua cura” (MACHADO, pág. 360, 2017).

Machado (2017) e Natividade (2006) apontaram que a recorrência ao argumento de que a sexualidade seria construída socialmente assume um papel importante na busca pela legitimação das práticas de reversão da homossexualidade oferecida por pastorais evangélicas. Ao classificar a homossexualidade como um comportamento “aprendido” no meio social, portanto, exterior ao indivíduo, lideranças evangélicas oferecem tratamentos espirituais para revisão da orientação sexual. O discurso da diversidade sexual enquanto um constructo social reforça a ação de certas lideranças em reorientar o fiel gay a sua sexualidade natural, condizente com a moralidade evangélica (MACHADO, 2017).

Em uma das falas do Deputado Marco Feliciano, observamos exatamente este movimento que caracteriza a homossexualidade enquanto um desvio social passível de recondução à natureza sexual: “*Ninguém nasce assim homossexual. Eles chamam de orientação sexual. Se é uma orientação pode haver uma reorientação ou desorientação*”<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup>MAGALHÃES, Luis Eduardo. *Me viram como uma maneira de promover ativismo gay, diz Feliciano no Superpop*. Lem Gospel. Disponível em: <<http://lemgospel.com.br/index.php?pag=noticia&id=4608>>. Acessado em 01 de maio de 2017.

No entanto, Machado (2017) chama atenção para a apropriação seletiva desses atores a esse conceito, pois a recorrência ao termo construção social em seus discursos negligencia as premissas fundamentais da perspectiva construtivista, predominante nos estudos da sexualidade, uma vez que para essa corrente teórica há, na sociedade contemporânea, múltiplas expressões de sexualidades decorrentes de construções de segmentos sociais, a partir de contextos variados. Dessa forma, tanto a heterossexualidade, quanto a homossexualidade seriam classificações sociais aplicadas por cientistas do século XIX para categorizarem as relações sexuais. Sendo, diante dessa perspectiva, essas duas categorias contingentes e não essencialistas.

A teoria construtivista acerca da sexualidade é, portanto, acionada em partes, pois os agentes evangélicos recorrem aos argumentos construtivistas especificadamente para justificar seus trabalhos de reversão sexual, onde é proposto ao homossexual, participar de um processo que o conduza novamente a *sua natureza sexual*. A ideia de uma heterossexualidade inerente ao homem permanece absoluta.

### **2.3.1) Homossexualidade: possessão e comportamento social**

Como já citado, os atores evangélicos evitaram falar sobre seus posicionamentos acerca da homossexualidade nos veículos jornalísticos da grande imprensa. As falas de destaque publicadas pelos jornais selecionados em nossa análise não debaterem os fatores que ocasionariam a atração sexual entre pessoas do mesmo sexo. Nessas mídias, os atores se limitaram apenas em afirmar que a homossexualidade não é doença, reforçando seu caráter pecaminoso.

Ao contrário das falas elaboradas para a mídia não religiosa, os relatos mapeados em sites e blogs evangélicos, apontaram a homossexualidade enquanto um fator comportamental, demonstrando que há divisões quanto às causas que provocam a subversão da natureza sexual. Uma delas associada a uma vida pecaminosa, interpreta a homossexualidade como uma possessão ou problema espiritual e, como tal, tem sua superação condicionada à experiência religiosa.

Deputado Marco Feliciano em uma de suas falas fez críticas ao estilo de vida dos homossexuais, afirmando que a excentricidade que há neles camufla um vazio<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Autor desconhecido. *Pastor Marco Feliciano faz novas críticas a PL 122*. Mídia Gospel. Disponível em: <<http://www.midiagospel.com.br/brasil/pastormarcofeliciano-novas-pl122>>. Acessado em 01 de maio de 2017.

O cristianismo confronta e revela que esse estilo de vida, com luzes, sexo bizarro, plumas e paetês, esconde um grito de socorro que não sai (...) a mensagem cristã incomoda os ativistas gays, pois expõe a verdade, toca em suas vidas promíscuas, grita contra sodomias e como espelho mostra suas falácias.

A prática homossexual é associada a situações estigmatizadas pelos valores morais cristãos como “sexo bizarro”, “vidas promíscuas” e “sodomia”. Subtendemos que o indivíduo gay, justamente por não viver sobre os preceitos religiosos evangélicos, vivencia um vazio, escondendo um grito que não sai. Interessante observar nessa fala a afirmação de que uma vida que não segue a moral evangélica está subordinada a um vazio sufocante, que clama por socorro. O estilo de vida que popularmente é associado aos homossexuais é classificado como frívolo, superficial e frustrado. A moral evangélica afetaria os indivíduos gays justamente por revelar seu caráter anômalo. Fica subtendido, dessa forma, a necessidade de pastorais oferecerem ajuda aos homossexuais de modo a salvá-los do sofrimento imposto pelo pecado da homossexualidade. Esse tipo de fala reforça a legitimidade da aplicação, por lideranças evangélicas, de processos de reversão e cura.

Seguindo nessa mesma linha de justificativa, citamos a fala de Silas Malafaia<sup>98</sup>:

A Bíblia diz aos homens que não se importam em ter o conhecimento de Deus, ele os entregou a um sentimento perverso para fazerem o que lhes convém. Do ponto de vista comportamental é promiscuidade mesmo, meu amigo. O ser humano quer quebrar todos os limites. Quanto mais limites, mais insaciável se torna. Ninguém nasce homossexual. É a promiscuidade do ser humano.

Novamente identificamos o argumento que relaciona a homossexualidade a uma vida distante dos preceitos divinos, seguida de uma rotina promíscua. Essa promiscuidade é associada aos prazeres mundanos, responsáveis por corromper a santificação do corpo. O corpo, entendido como morada do espírito santo, deve ser protegido de tais prazeres, evitando assim, sua usurpação pelo demônio.

O comportamento homossexual é compreendido como um fator condicionado por uma possessão demoníaca, contraído por uma vida mundana abastada no pecado, na

---

<sup>98</sup> Autor desconhecido. *Silas Malafaia: "Ninguém nasce homossexual. É a promiscuidade do ser humano"*. Folha Gospel. 22 de agosto de 2011. Disponível em: <http://folhagospel.com/modules/news/article.php?storyid=19043>. Acessado em 05 de maio de 2017.



promiscuidade e na perversão. Para além dos sentidos sociais que estes termos carregam, aqui estas categorias correspondem à negação dos valores morais evangélicos. Essa maneira de viver fragiliza o indivíduo, deixando-o vulnerável para ser possuído por demônios que se manifestam sob a forma da homossexualidade.

Esse posicionamento, identificado nas falas publicadas em mídias evangélicas, está muito próximo do que vem sendo apontado por autores que estudam as denominações evangélicas. Conforme colocado por Marcelo Natividade (2006):

Considera-se que este pecado sexual é perpetrado por indivíduos que têm diabo no corpo ou que estão sob influência de pombas-gira e outros exus. Esses argumentos, de teor cosmológico, configuram uma percepção físico-moral da homossexualidade, na qual o pecado abre brechas na corporalidade. O demônio instila sensações, movimentos, contrações involuntárias (NATIVIDADE, p.119, 2006).

Para algumas lideranças evangélicas, a atração entre pessoas do mesmo sexo é condicionada por uma suposta possessão demoníaca e pelo afastamento nos preceitos religiosos, passível de reversão através de um processo de libertação, que acontece pela aproximação e adesão às igrejas e que conduz o indivíduo a uma regeneração moral. O homossexual é acolhido pela igreja, desde que esteja disposto a se submeter aos valores morais evangélicos, abandonando a homossexualidade, vivenciando assim as características impostas pelo seu sexo biológico, relacionando-se a partir da sua natureza sexual.

Outra causa de instauração da homossexualidade apontada nos discursos é justificada a partir de uma visão psicologizante que associa a homossexualidade com problemas no processo de socialização e/ou traumas na infância. A identidade homossexual é classificada como uma deformação, influenciada por certas vivências ao longo da vida, sendo assim, proposta a criação de ministérios de ajuda e trabalhos de recuperação de homossexuais.

Alguns atores justificaram que esse “comportamento” é adquirido em experiências negativas. Essa afirmação é observada na fala do Deputado Marco Feliciano que afirmou que 80% dos casos de homossexualidade são decorrentes de abuso sexual na infância<sup>99</sup>. Em uma de suas falas, o Deputado João Campos (PSDB-

---

<sup>99</sup> Autor desconhecido. *Negro nasce negro não tem como mudar, homossexual sim, diz Marco Feliciano*. Gospel 10, 10 novembro 2012. Disponível em: <<http://www.gospel10.com/noticias/noticia--negro-nasce-negro-nao-tem-como-mudar-homossexual-sim-diz-marco-feliciano--3712>>. Acessado em 01 de maio De 2017.

GO) disse que o homossexual pode ser assim em função de violência na infância e/ou por confusões<sup>100</sup>. Já o Senador Marcelo Crivella, em pregação viralizada por vídeo na internet, culpa o comportamento da mãe. Ele afirma que a homossexualidade pode ter origem no sofrimento do bebê, uma vez que pode ter sido fruto de aborto malsucedido. Em nota sobre o vídeo o Senador destacou<sup>101</sup>:

Às vezes, você acusa e trata tão mal um homossexual sem saber os dramas que ele vive, as angústias que ele sofre, os seus problemas. (...) precisamos nascer de Deus. Para nascer de Deus, a gente precisa de uma boa mãe. E a boa mãe é a igreja. Se é uma igreja fanática, emotiva, preocupada, com problemas, ela vai dar à luz a filhos também com problemas. (...) Deus é lógico, (está) no bom senso, nas coisas sensatas, razoáveis, sem radicalismos, sem dramas, sem desequilíbrios que tem sintomas graves na vida social, na existência das pessoas.

O discurso de que a homossexualidade seria um fator aprendido socialmente, portanto, externo ao indivíduo ganha força sob o argumento de que os homossexuais certamente conviveram com alguns transtornos, desenvolvendo traumas psicológicos. Tais transtornos poderiam ser decorrentes de abuso sexual, dificuldade de relacionamento na infância com seus pais e tentativa de aborto. A homossexualidade estaria, portanto, vinculada a fatores ambientais, sociais e psicológicos. Nota-se que aqui o indivíduo gay não seria homossexual, mas estaria desenvolvendo um papel, naquele momento, de homossexual.

De acordo com a bibliografia consultada acerca desse tema, estes relatos apresentados acima corroboram com os posicionamentos de parte significativa das lideranças evangélicas. A homossexualidade enquanto causa por possessão ou decorrente por trauma de experiências negativas é apontada por pastores em seus cultos como um fator a ser vencido pelo fiel, segundo autores que pesquisam sobre este tema.

Natividade (2006) demonstrou que o acolhimento proposto por líderes em suas igrejas ocorre mediante a regeneração sexual. O homossexual deve se submeter à Igreja e às suas regras de conduta. Uma vez que o indivíduo afastado da fé religiosa cai em tentações vivendo em infortúnios, todos os males que conduzem à homossexualidade seriam eliminados com a presença do espírito santo. O mal seria combatido através de

---

<sup>100</sup> Autor desconhecido. *Tumulto de ausências marcam audiências sobre o tratamento a homossexuais*. Verdade Gospel, 29 junho 2012. Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/tumulto-e-ausencias-marcam-audiencia-sobre-tratamento-a-homossexuais/comment-page-1>>. Acessado em 01 de maio de 2017.

<sup>101</sup> Autor desconhecido. *Em vídeo, Crivella ataca os homossexuais*. O Estadão. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,em-video-crivella-atacahomossexuais,10000083501> Acessado em 05 de maio de 2017.

orações poderosas, correntes de fé e atuação do pastor que exerce sua autoridade em expulsar os demônios<sup>102</sup>.

“Curado” das memórias de um passado homossexual, “liberto” da dominação de demônios e vivendo sob os preceitos divinos, o indivíduo está livre para seguir a ordem “natural” da sexualidade; a heterossexualidade, e assim receber a bênção divina por meio do casamento e da constituição de uma família de Deus.

Esse quadro demonstra, portanto, que a homossexualidade é concebida como resultante de um processo apreendido no meio social a partir de experiências negativas, traumas na infância e sinais de possessão, assim a orientação sexual poderia ser revista através da orientação de pastores, ministros, psicólogos cristãos. A concepção da homossexualidade como comportamento aprendido, permitiria a sua reversão.

Essa questão foi polemizada em outro embate que se configurou durante a controvérsia acerca da criminalização da homofobia, que se refere à disputa em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) popularizada como “cura gay”. Essa preposição visou derrubar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe os profissionais de participarem de terapias para curar ou reverter a homossexualidade. Com autoria do Deputado João Campos (PSDB-GO), essa PEC foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, sob parecer favorável do Presidente dessa comissão, o pastor Marco Feliciano. No entanto, foi arquivado logo após o próprio proponente, por pressão de seu partido, PSDB, pedir para que esse projeto fosse retirado da pauta<sup>103</sup>.

De acordo com João Campos e Marco Feliciano, essa proposta teve como intuito garantir o direito de pessoas pedirem ajuda para deixarem a homossexualidade. Uma vez aprovada, essa emenda constitucional daria força aos processos de reversão da

---

<sup>102</sup> Natividade e Oliveira (2009) apontaram que esse processo de restituição da heterossexualidade conduz a uma homofobia cordial, uma vez que o acolhimento do indivíduo ocorre mediante seu assujeitamento. Por um lado, estão pastores que se julgam moralmente corretos, por outro lado, está o indivíduo gay que é recebido como um sujeito que está exercendo um comportamento anormal. Essa relação assimétrica provoca uma relação sutil de sujeição e violência. Em nome da caridade e do amor, o homossexual é acolhido, porém é negado a ele seguir seus desejos afetivos e sexuais.

<sup>103</sup> A aprovação desse PDC foi criticada nas manifestações populares, que nesse período ganharam forças ocupando ruas das principais cidades brasileiras. Com intensa oposição popular, parlamentares a favor da sua aprovação se articularam para arrecadar assinaturas sob o intuito de colocar o projeto em votação sem passar pela aprovação das demais comissões responsáveis por debater e aprovar seu conteúdo. No entanto, o PSDB partido de filiação de João Campos, proponente desse projeto, com receio de sofrer retaliações nas eleições de 2014, posicionou-se contrariamente à sua aprovação, afirmando que essa proposta apresentaria um grave retrocesso nos avanços ocorridos no país para o reconhecimento pleno dos direitos humanos. Sofrendo pressão de seu partido, Campos pediu o arquivamento dessa proposta, deferido pela Casa em 02 de julho de 2013.

sexualidade proposto por igrejas evangélicas. Sobre essa polêmica o Pastor Silas Malafaia se expressou<sup>104</sup>:

Os psicólogos são unânimes que o mais importante do que determinação genética para uma criança decidir a sua preferência sexual é a maneira como ela é criada. Não há determinismo genético. E se é uma questão de comportamento, um homossexual pode abandonar essa prática e tornar-se heterossexual (...) O poder de Deus pode transformar qualquer pessoa. Se ele reconhecer o erro, confessá-lo a Deus, pedir perdão e entregar sua vida a Cristo, será justificado pelo sangue de Jesus, liberto do pecado que o domina e transformado em uma nova criatura.

Essa fala é outro exemplo de associação da homossexualidade ao meio social no qual o sujeito esteve inserido ao longo da sua vida. Novamente observamos a apropriação de um repertório pertencente às ciências sociais para justificar a prática homossexual como uma característica exterior ao indivíduo. Reforçar o caráter antinatural da homossexualidade e propor a reorientação de indivíduos LGBTs para o sexo e sexualidade tidos como “natural” são argumentos recorrentes utilizados por lideranças evangélicas para rebater uma possível “normatização” das práticas homoafetivas.

Observamos ao longo desse item que há divisões no posicionamento acerca da homossexualidade entre a mídia religiosa e a mídia secular. Nos jornais de grande circulação, os discursos reforçaram o seu caráter pecaminoso, mas pregaram o respeito e amor aos homossexuais. Já nos sites evangélicos, os atores defenderam a naturalização das práticas sexuais, apontando que a sexualidade heterossexual pode ser corrompida no meio social, tanto por experiências negativas de abusos e conflitos familiares, quanto por possessão devido a uma vida mundana afastada dos preceitos divinos. A partir da leitura da bibliografia que trabalha sobre a temática dos evangélicos e a homossexualidade, notamos que nas mídias religiosas a linguagem e as concepções utilizadas estão bastante próximas das concepções professadas pelas denominações evangélicas sobre a homossexualidade.

Dessa forma, se nos grandes jornais os elementos dos sistemas de crenças evangélicas são utilizados de maneira bastante sutil, ligados à ideia de pecado, nas mídias religiosas eles são utilizados de forma explícita. Esse panorama evidencia a estratégia utilizada pelos parlamentares evangélicos em elaborar justificativas de acordo com o público que irá acessá-las. Ou seja, gramáticas foram incorporadas às

---

<sup>104</sup> CHAGAS, Tiago. “Homossexual pode tornar-se heterossexual”, diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental”; *Leia na íntegra*. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html>. Acessado em 07 de maio de 2016.

justificativas de acordo com a audiência que elas disporiam. Para o público que consome a notícia dos jornais de alta circulação, os relatos estiveram mais próximos a uma linguagem secular, já na mídia religiosa, as falas abordaram aspectos presentes no conjunto de crenças evangélicas.

É importante destacar que essa prerrogativa diz respeito ao posicionamento de certos líderes evangélicos e que não corresponde a um posicionamento total das igrejas evangélicas, bem como de outras religiões cristãs, haja vista a diversidade presente na identidade destas instituições. Além das posições dos atores de destaque, nessa controvérsia há variadas posições elaboradas pelos diversos segmentos atuantes dentro de cada religião. Sendo que inúmeras lideranças são responsáveis por reconfigurar constantemente as ideias, concepções e categorias produzidas por cada instituição (MACHADO, 2011).

Apesar dos discursos analisados corroborarem com a bibliografia consultada em relação ao posicionamento de grupos evangélicos à homossexualidade, destacamos a multiplicidade de atores e de posições que compõem essa esfera. A partir dos anos 2000, surgiram igrejas, alinhadas à teologia pentecostal, dispostas a acolher o homossexual, valorizando sua sexualidade, sem condicioná-lo a processos de cura e restauração da heterossexualidade. Essas igrejas, de modo geral, propõem a criação de sentimentos positivos de aceitação da homossexualidade, a partir de uma nova reinterpretação bíblica que aponta uma legitimação da diversidade de expressões sexuais.

No catolicismo, onde se pode facilmente observar grupos que defendem a ideia da natureza heterossexual, também identificamos um repertório contrário à homossexualidade, porém com argumentos diferentes dos apresentados acima.

Em decorrência disso, discorreremos abaixo acerca do posicionamento de grupos evangélicos e católicos favoráveis à diversidade sexual a fim de demonstrar que esse posicionamento combativo às sexualidades desviantes da norma hegemônica regulada pelos princípios cristãos tradicionais não é unilateral, uma vez que identificamos a existência de grupos e líderes que seguem a doutrina cristã, mas pregam a aceitação de diferentes formas de sexualidade.

### **2.3.2) Valorização e aceitação da homossexualidade na religiosidade cristã.**

Em contraste com o posicionamento que condena a homossexualidade presente em grande parte das religiões evangélicas, surge no final da década de 90 um debate entre grupos e movimentos a respeito da homofobia pastoral e da importância da inclusão de gays e lésbicas a espaços religiosos. Lideranças pentecostais homossexuais, rechaçadas por suas igrejas de origem aderiram a essa problematização, questionando o dogma religioso que condena as relações homoafetivas, fundando assim, novas igrejas que aceitam e valorizam a homossexualidade.

De acordo com Fátima Weiss de Jesus (2013), as igrejas “inclusivas”, que são essas que compatibilizam cristianismo e condutas não heterossexuais (em sua maior parte adeptas do pentecostalismo), surgiram ainda no final da década de 90, no entanto, sua proliferação ocorreu somente a partir dos anos 2000. O posicionamento teológico, organizacional, político e litúrgico dessas instituições é plural, tendo em vista a ausência de uma unidade de poder central, fator que condiciona a heterogeneidade dessas instituições. Dessa forma, as igrejas “inclusivas” se diferenciam pelas estratégias para agregar adeptos, na estrutura hierárquica e organizacional, como nas formas de ler e interpretar o texto bíblico. Contudo, de modo geral, essas igrejas têm em comum a não discriminação a LGBTs. Em oposição às igrejas tradicionais que empregam um discurso “anti-gay”, atribuindo um sentido negativo à homossexualidade, a partir de categorias como: pecado, abominação, demônios e traumas, as instituições “inclusivas” defendem a não discriminação aos gays e lésbicas, pregando a igualdade entre heterossexuais e homossexuais, a partir de uma base bíblica que convirja para a aceitação divina da diversidade sexual. Outro ponto em comum nessas igrejas é a possibilidade de ocupação dos cargos de pastor e pastora, presbíteros e presbíteras, diáconos e diáconos, obreiros e obreiras por gays e lésbicas.

Natividade (2010) destacou a pluralização de formas de atuação das igrejas “inclusivas”, o que resulta em igrejas que promovem uma atribuição positiva da diversidade sexual por um lado e instituições que defendem o apagamento das diferenças, fator que visa igualar a sexualidade homossexual à prática heterossexual, por outro lado. A Igreja da Comunidade Cristã Metropolitana é um exemplo de instituição “inclusiva” que busca combater a homofobia, valorizando as relações homoafetivas. Essa igreja possui relação estreita com movimentos sociais que defendem minorias sexuais e vêm promovendo ações no sentido de realçar a relação homoafetiva e de ampliar a ocupação de gays e lésbicas em espaços ocupados legitimamente apenas por indivíduos heterossexuais. Já a Igreja Cristã Contemporânea almeja apagar ou ao menos

minimizar as diferenças entre homossexuais e heterossexuais. Assim, essa igreja rejeita a classificação de uma igreja exclusiva para gays. Sua principal missão é evangelizar sem distinção, acolhendo os fiéis, independente da sua orientação sexual. A homossexualidade, diante dessa perspectiva, é compreendida como uma forma de expressão da sexualidade humana, sendo, portanto, uma característica natural do ser humano, como a heterossexualidade. Sobre forte influência da teologia tradicional, essa igreja indica aos gays e lésbicas que sigam os valores morais correspondentes à monogamia, ao envolvimento de relações estáveis e a um ethos de discrição. Isso indica que essa denominação além de aceitar homossexuais, mediante seu enquadramento a práticas regulatórias à heteronormatividade, impõe a naturalização do gênero ao sexo, uma vez que indica, por exemplo, que os homens, apesar da sua homossexualidade, evitem comportamentos afeminados.

Importa destacar que o fator unificador existente entre as igrejas evangélicas “inclusivas” é a aceitação da homossexualidade sob a afirmação de que gays, lésbicas e travestis também são filhos de Deus e devem por isso ser incluídos na vivência religiosa cristã, sem a condenação à sua orientação sexual.

Atores pertencentes a essas instituições pouco compuseram a controvérsia em questão nas mídias analisadas. Identificamos em nosso mapeamento, apenas 2 reportagens na mídia secular sobre posicionamentos de lideranças pertencentes a estas igrejas em relação à homossexualidade.

Em uma matéria acerca da parada gay na cidade de São Paulo no ano de 2012, foi destacada a pregação de igrejas evangélicas inclusivas no evento. De acordo com o presbítero Abraão Santos, da Igreja Cristã Evangelho Para Todos, a parada gay é um dos maiores pontos de evangelização da instituição. O missionário Eduardo Silva, da Igreja Apostólica Nova Geração em Cristo, afirmou que há 2 anos vai no evento evangelizar, divulgando que a igreja acolhe a todos, pois “*o amor de Deus é para todos e a diversidade sexual é uma bênção de Deus*”<sup>105</sup>.

No dia internacional contra a homofobia em 2014, o jornal *Folha de S. Paulo* destacou a pregação do pastor Marco Lord como Drag Queen, na Igreja da Comunidade Metropolitana Betel<sup>106</sup>:

---

<sup>105</sup> Autor desconhecido. *Sem polêmica e com menos verba, parada gay encolhe*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 de junho de 2012. Metrôpoles, C8.

<sup>106</sup> FANTTI, Bruna. *Drag Queen celebra culto evangélico para chamar a atenção para a homofobia*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 de maio de 2015. Poder, A10.

É a Luandha que está aqui, não o Marco, pois meu objetivo é chamar a atenção para o dia internacional do combate contra a homofobia. (...) Infelizmente, 24 anos após esse dia ser fundado, ainda há muito preconceito. Se eu sair daqui vestido assim, serei apedrejado na esquina.

Foge dos objetivos dessa dissertação, investigar por que o posicionamento de lideranças de igrejas “inclusivas”, em relação à criminalização da homofobia, não ganhou destaque nos jornais analisados. Contudo, acreditamos que um fator importante que corrobora com essa exclusão diz respeito à baixa legitimidade que essas instituições possuem no espaço público. Nas últimas décadas, as igrejas pentecostais sofreram, por exemplo, com um estigma negativo imposto pela imprensa jornalística. Por se tratar de uma parcela das igrejas evangélicas que não são nem ao menos reconhecidas pelas igrejas hegemônicas tradicionais, as igrejas “inclusivas” ficam à margem da opinião pública, sendo o seu posicionamento subestimado muitas vezes em jornais de grande circulação e tradição.

Outro posicionamento tradicional cristão, referente à prática homossexual, atribui uma inferioridade ao sujeito homossexual, mas o aceita, oferecendo acolhimento e sugerindo, aos que se sentem incapazes de seguir uma conduta heterossexual, a preservação da abstinência, ou em último caso, uma relação afetiva estável (MACHADO, 2011).

Essa posição refere-se, de modo geral, à uma parcela de Igrejas católicas que recentemente vem reconfigurando seu posicionamento em relação à homossexualidade. Apesar da sua posição hegemônica de rejeição à diversidade, observamos em algumas lideranças católicas uma posição mais flexível, ligada aos setores progressistas que defendem a incorporação de indivíduos que não seguem os padrões heterossexuais, sem a obrigação de aceitá-los mediante regeneração da sexualidade.

Em uma coluna escrita ao jornal *O Estado de S. Paulo* no período em que a controvérsia acerca da Proposta de Emenda à Constituição, que visou dar autorização aos psicólogos para aplicarem tratamento de reversão aos homossexuais, estava acirrada, Frei Betto afirmou que de acordo com o Catecismo da Igreja Católica gays não devem ser discriminados, mas sim integrados à sociedade, apontando ainda que terapia para reversão é própria para obsessivos, como é o caso de quem odeia constatar que o



homossexual é feliz. Finalizou sua coluna lembrando os conselhos de Santo Agostinho e Papa Francisco: “*Ama e faz o que quiseres. Sejamos todos irmãos*”.<sup>107</sup>

Padre Marcelo Rossi, presente no mapeamento da controvérsia, em uma coluna escrita para o jornal *Folha de S. Paulo*, também citou Papa Francisco. Segundo o líder católico<sup>108</sup>:

Papa Francisco foi muito claro ao falar da importância de se estender a mão a mão a todos, sem diferenças. Por exemplo, a igreja Católica não apoia o homossexualismo, mas não pode, de maneira alguma, dar as costas a ninguém. Devemos acolher todos no amor de Cristo.

Os dois discursos, embora em medidas bem diversas, apontam para uma postura de acolhimento do indivíduo homossexual. Em nenhuma delas está presente a condenação explícita deste comportamento. No que notamos em relação a essa controvérsia, a Igreja Católica e/ou os agentes vinculados a ela pouco se mobilizaram sobre a questão da criminalização da homofobia. Poucos artigos foram identificados nos jornais analisados e, quando presentes, apontavam para uma postura de acolhimento, como no caso dos dois trechos demonstrados.

Embora os últimos papas (Karol Wojtyła e Joseph Ratzinger) tenham trabalhado no sentido de resguardar a moralidade cristã, a versão final do *Catecismo* afirma que os homossexuais devem ser acolhidos com fraternidade e compaixão, evitando-se assim discriminações injustas. Essa postura foi ainda mais reforçada a partir de 2013, com o início do papado de Jorge Bergoglio, e apesar de se tratar de posturas defendidas pelo Vaticano, apontam para o direcionamento dado para a alta hierarquia católica sobre este tema. De acordo com Lima (2006), segundo o Compêndio do Catecismo “*Um número não negligenciável de homens e mulheres apresenta tendências homossexuais inatas. Não sendo eles que escolhem sua condição homossexual*” (LIMA, p. 02, 2006).

Esta afirmação mostra que em alguns documentos da Igreja Católica há a colocação de que a homossexualidade não seria uma condição passível de reversão ou cura, pois se trataria de um atributo natural. O termo “inata” corresponde a uma caracteriza intrínseca, ou seja, a um imperativo que faz parte da constituição da pessoa. Não se trata, portanto, de uma anormalidade, passível de cura, mas sim de uma característica estrutural permanente por toda a vida. Esse panorama demonstra que para

---

<sup>107</sup> BETO, Frei. *Cura gay, modesta contribuição*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 de julho de 2013. Opinião.

<sup>108</sup> ROSSI, Marcelo. *A busca da harmonia*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 de dezembro de 2012. Opinião.

alguns líderes da Igreja Católica a ideia de natureza sexual não está estritamente condicionada à heterossexualidade. Nessa perspectiva observamos que a naturalização da sexualidade abrange, além da relação sexual entre indivíduos do sexo oposto, a relação entre pessoas do mesmo sexo. Portanto, a homossexualidade considerada enquanto um fator intrínseco ao homem desmistifica sua classificação enquanto um desvio comportamental.

Ainda citando Lima (2006), a acolhida ao indivíduo homossexual tem passado por várias transformações, sendo que a tolerância pregada pela versão final do *Catecismo* em relação à homossexualidade tem levado determinados líderes religiosos a tolerar a homossexualidade destes indivíduos, fator que evidencia um “afrouxamento” de algumas lideranças religiosas na mídia jornalística em relação à regulação da sexualidade (LIMA, 2006)<sup>109</sup>.

No entanto, de acordo com Machado (2011), a incorporação desse sujeito vem ocorrendo desde que haja uma submissão à castidade, ou seja, o homossexual deve viver através de uma ética formulada a partir da moral sexual católica, que é heterossexista e não permite que a sexualidade seja exercida fora do casamento, sacramento que não se estende às pessoas do mesmo sexo no âmbito do catolicismo.

#### **2.4) A natureza heterossexual em defesa da família**

Até o momento identificamos que a heterossexualidade é apontada nos discursos mapeados como uma característica universal, intrínseca ao ser humano, uma vez que a sexualidade, nessa chave de entendimento, é constantemente relacionada à fecundação e reprodução da espécie. As falas demonstram que a gestação e criação de filhos devem estritamente seguir a estrutura moral da família tradicional.

A família como criação divina, formada pela união entre homens e mulheres, foi citada diversas vezes nos discursos mapeados. A defesa da naturalização das práticas sexuais esteve frequentemente relacionada à preservação da estrutura familiar tradicional. Esse posicionamento foi identificado em ambas mídias pesquisadas. No que diz respeito à mídia evangélica observamos os discursos abaixo.

---

<sup>109</sup> De acordo com Lima (2006), é importante ressaltar que a acolhida dos indivíduos homossexuais a certas Igrejas católicas diz respeito a uma tolerância em relação a sua condição de homossexual, no entanto lideranças católicas demonstram-se, de modo geral, contrárias às relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. Portanto, o homossexual é acolhido como tal, com fraternidade e respeito desde que renegue a sua vida sexual.

Para o Senador Magno Malta (PR-ES), a família, sendo uma criação de Deus, deve ser respeitada. O mesmo ainda cita que Deus criou macho e fêmea em um instinto complementar<sup>110</sup>. Essa fala expressa que a homossexualidade é responsável por subverter a finalidade do ato sexual, uma vez que tal prática teria como fim único a procriação e a constituição familiar. Dado que a natureza sexual corresponde à heterossexualidade, a relação afetiva entre pessoas do mesmo sexo além de corromper a natureza sexual desestabilizaria a ordem natural, ameaçando a estrutura da família tradicional<sup>111</sup>.

Eu sei que Deus criou macho e fêmea. Fulana está grávida de um menino ou de uma menina. Você não diz que fulana está grávida de um homossexual, não existe isso! Agora, se o homem, por conta da sua cultura, quer se envolver com outro homem, isso é velho! No capítulo 1º de Romanos, a Bíblia diz o seguinte: Por que se inflamaram na sua homossexualidade?”. Eu sou um homem cristão, e acredito nos moldes de Deus, macho e fêmea. Eu não acredito [em desvios sexuais], vou lutar até o final.

O Deputado Marcos Feliciano afirmou que os ativistas gays encabeçam uma conspiração para desestabilizar a família e desmerecer os valores cristãos, a fim de criar uma nova ordem mundial onde a moral deve ser abolida.<sup>112</sup> Feliciano chegou a convocar uma reunião entre lideranças evangélicas e católicas para discutir o que ele chamou de batalha contra a família brasileira, instaurada por grupos que defendem a bandeira LGBT que, segundo o mesmo, estariam planejando dividir e destruir as igrejas e a família a partir de uma atuação na arena política.

Quando foi questionado a respeito da aprovação do PL 122/2006, o Deputado João Campos (PSDB-GO) respondeu que a bancada está unida para não deixar passar as propostas de lei que vão contra a família e os valores cristãos, ressaltando que “*Do ponto de vista bíblico a prática da homossexualidade é um pecado, convencidos disso somos contra o homossexualismo, somos todos contra esse projeto que criminaliza a homofobia.*”<sup>113</sup>

No que se refere aos jornais de grande circulação nacional, a “defesa da família” também foi notada, como apontam os discursos a seguir.

---

<sup>110</sup> Autor desconhecido. *Magno Malta: “Você não diz que fulana está grávida de um homossexual.* Guia-me. 04 de julho de 2011. Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>>. Acessado em 01 maio de 2017.

<sup>111</sup> Idem ao 32.

<sup>112</sup> Autor desconhecido. *Pastor Marco Feliciano faz novas críticas a PL 122.* Mídia Gospel. Disponível em: <<http://www.midiagospel.com.br/brasil/pastormarcofeliciano-novas-pl122>>. Acessado em 01 maio de 2017.

<sup>113</sup> CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico.* Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 maio de 2017.

Jair Bolsonaro se posicionou contrário à homossexualidade em defesa da família, das crianças e da palavra de Deus<sup>114</sup>.

Se ser homofóbico é defender as crianças nas escolas, a família e a palavra de Deus, pode continuar me chamando de homofóbico com muito prazer, pode me dar o diploma de homofóbico.

Em uma matéria a respeito das propostas apresentadas pelo Deputado Marco Feliciano é destacado que o pastor, em uma de suas proposições para anular a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao reconhecimento das uniões homoafetivas como união estável, evita usar o termo “casais” utilizando apenas a expressão “duplas homossexuais”<sup>115</sup>. Em entrevista para o mesmo jornal, admitiu ser contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por homossexuais: “*casamento é entre homem e mulher*”<sup>116</sup>. O jornal *O Globo* destacou o seguinte trecho publicado em um livro que o pastor concedeu uma entrevista<sup>117</sup>:

(...)Eu vejo de uma maneira sutil de atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade, onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos<sup>118</sup>.

Em outra matéria foi destacada a seguinte fala de Feliciano em relação ao perigo que a família tradicional estaria exposta<sup>119</sup>:

Estamos vivendo a maior de todas batalhas contra a família brasileira, e a igreja está sendo bombardeada pelas mentiras insinuadas por grupo de bandeira LGBT que planeja dividir e destruir nossas igrejas e famílias, usando a política e a discriminação como arma.

---

<sup>114</sup> Autor desconhecido. *Próximo passo será a legalização da pedofilia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio de 2011. Vida, A21.

<sup>115</sup> BOGHOSSIAN, Bruno. *Deputado quer deter casamento gay e aborto de anencéfalos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

<sup>116</sup> LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

<sup>117</sup> Referente ao seguinte livro: *Religiões e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*, de autoria de Christina Vital, Paulo Victor Leite Lopes.

<sup>118</sup> Autor desconhecido. *Feliciano: Direito das mulheres atingem a família*. O Globo, Rio de Janeiro, 20 de março de 2013. País, pág. 06.

<sup>119</sup> ROXO, Sérgio e BOLI, Evandro. *Alvo de protestos, Feliciano convoca ato para apoiá-lo*. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. País, pág. 5.

No início de 2015, com o efervescente quadro de discussões acerca dos direitos das minorias sexuais, o Deputado Eduardo Cunha, recém-nomeado presidente da Câmara dos Deputados, criou uma comissão especial para acelerar a tramitação de um projeto que reconhece como família apenas os núcleos sociais formados entre homens e mulheres. De acordo com o Anderson Ferreira (PR-PE), proponente do projeto<sup>120</sup>:

Cabe ao Estado valorizar e proteger a família. São diversas questões, desde a(...) até mesmo à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo.

Podemos observar que a homossexualidade é tomada, tanto nas falas da mídia religiosa quanto nas falas dos jornais da grande mídia, como um fator ameaçador para os valores morais relacionados à organização familiar. Os discursos apontam a constante preocupação com a manutenção e preservação das relações de conjugalidade, entendidas como aquelas estabelecidas entre homens e mulheres. Apenas pessoas de sexos diferentes poderiam formar um “casal” e constituir uma “família”. A formação familiar, diante desta perspectiva, ocorre exclusivamente pela junção entre um homem e uma mulher que, a partir de laços afetivos e sexuais, geram e criam filhos. Todos os modelos que difiram desta concepção não devem ser considerados “família”. E, nesse aspecto, condena-se não apenas a união, mas também (e talvez sobretudo) a adoção de crianças. Casais homossexuais não seriam “casais”, e, portanto, não poderiam adotar crianças. Não sendo casais, o direito de constituir uma “família”, ter filhos, seria interditado a eles.

É importante ressaltar que visibilidade e os recentes direitos conquistados pelas minorias sexuais vêm resignificando as relações homoafetivas, criando novas configurações de famílias e parentalidade, fator que ameaça a preponderância da organização da estrutura familiar convencional defendida por estes atores, formada por homem, mulher e crianças. Além disso, não podemos deixar de citar que há em nossa sociedade uma grande parcela de famílias monoparentais, assim como famílias sem filhos. Esse quadro evidencia que o modelo familiar pregado por valores morais evangélicos já não corresponde a realidade do país.

A aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277 pelo Supremo Tribunal Federal, no dia em 5 de maio de 2011, que tornou possível a união

---

<sup>120</sup> CARVALHO, Daniel e COLETTA, Ricardo Della. *Cunha acelera projeto contra a família gay*. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 2015. Metrópole, A17.

entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (também chamadas de uniões homoafetivas), como entidade familiar, por analogia à união estável, pode ser apontada como um fator que repercutiu como uma ameaça ao modelo “tradicional” de família, haja vista que casais do mesmo sexo passaram a usufruir de direitos antes garantidos apenas em uniões heterossexuais como: comunhão parcial de bens, pensão alimentícia, pensões do INSS, adesão a planos de saúde do parceiro, imposto de renda compartilhado, direito à sucessão e adoção de filhos. Apontamos que o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas vem endossado a articulação de movimentos sociais a favor da diversidade sexual, para combater o preconceito e valorizar a homossexualidade, uma vez que o Estado passou a reconhecer a legalidade dessas relações. No âmbito da lei, as relações entre indivíduos homossexuais passaram a ser oficializadas, fator que converge para a normatização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido, a criminalização da homofobia, se aprovada, também seria um importante passo para o reconhecimento e a aprovação social da diversidade sexual, e das distintas formas de configurar as relações familiares, já que o preconceito e as agressões verbais e físicas aos LGBTs passariam a ser classificadas como crime.

Segundo o sociólogo Richard Miskolci (2007), a inversão sexual desenvolve um medo de instabilidade em instituições como a família. Nas palavras de Miskolci:

Considera-se que a então chamada inversão sexual constitui uma ameaça múltipla à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre homem e mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo (P.105).

Essa condenação a ações e atitudes consideradas distintas das práticas socialmente aceitas, resulta de um pânico moral desenvolvido por uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio culturalmente, que busca insistentemente o controle da ordem social, através de assegurar o tradicionalismo da família, enquanto instituição. O autor explica que esse pânico moral desencadeia um controle social a fim de repudiar comportamentos que desestremem valores e interesses societários, sobre o discurso de preservar a sociedade e sua ordem moral.

Lideranças evangélicas ao se depararem com a configuração familiar defendida por eles ameaçada, articulam-se a fim de preservar a estrutura heteronormativa do matrimônio (MISKOLCI, 2007).

A valorização da heterossexualidade em detrimento da homossexualidade se torna fundamental para a manutenção de uma determinada configuração, considerada “correta”, “normal”, “natural” de conjugalidade e parentalidade. A sexualidade, atribuída exclusivamente à prática heterossexual é defendida pelos atores evangélicos envolvidos nessa controvérsia como um valor universal.

Dessa maneira constatamos que a categoria “família” também foi um elemento adensado aos relatos dos parlamentares evangélicos para conferir legitimidade e força aos seus argumentos e posicionamentos. Como vimos acima, essa categoria, possui amplo alcance já que é compartilhada por grande parte da população, capaz, assim, de angariar generalidade e confiabilidade, aumentando as chances de ser tornar convincente as justificativas contrárias a criminalização da homofobia.

## **CAPÍTULO III**

### **OS DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DEMOCRÁTICOS EM QUESTÃO: UMA ANÁLISE DA INCORPORAÇÃO DESSAS DUAS GRAMÁTICAS ÀS JUSTIFICATIVAS CONTRÁRIAS AO PL 122/2006**

Neste capítulo observaremos que os argumentos e justificativas utilizados pelos atores envolvidos na controvérsia em questão acionaram com frequência elementos do ideário dos direitos humanos. Se por um lado a criminalização da homofobia foi pleiteada por grupos que acionaram elementos constituintes dos direitos humanos, no que diz respeito aos direitos à diversidade sexual e de gênero, por outro lado, as falas dos atores contrários também mobilizaram categorias desse ideário, como os direitos civis, referentes à livre expressão e à liberdade de crença.

Os parlamentares evangélicos, em suas falas, recorreram com frequência ao direito à liberdade de opinião e à liberdade religiosa, defendendo a inconstitucionalidade do PL 122/2006, já que o mesmo limitaria tais direitos, que estariam resguardados pela Constituição. Já os atores defensores dos direitos das minorias, afirmaram que a aprovação desse projeto seria fundamental para contribuir na aplicação do direito de igualdade a indivíduos homossexuais. O uso de elementos pertencentes aos direitos democráticos também foi constatado. A ideia de “maioria cristã” foi acionada nas falas, em defesa de um Projeto de Lei que contemplaria, segundo os evangélicos, apenas uma “minoridade”, subvertendo valores da “maioria” da nação, sendo considerado então antidemocrático.

#### **3.1) Parlamentares evangélicos em defesa da liberdade de crença**

A liberdade de culto está presente na Constituição Brasileira, garantindo que os indivíduos na democracia possuam o direito de proferir a sua fé<sup>121</sup>. Mas não é apenas a

---

<sup>121</sup> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

**VI-** é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.



carta magna que garante a livre manifestação de crença. O exercício da liberdade religiosa é um dos valores fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>122</sup>. O mapeamento desta controvérsia revelou que atores evangélicos reivindicaram esse direito, recorrendo, inclusive, em partes, ao ideário dos direitos humanos. Os discursos apontaram a utilização dos direitos da liberdade, referentes às liberdades individuais, como o direito de enunciar a fé e o direito à livre manifestação de opinião e expressão.

O Senador Marcelo Crivella afirmou em entrevista reconhecer a necessidade de criminalizar a homofobia, explicando que o posicionamento contrário à homossexualidade por parte de lideranças religiosas não pode ser contestado<sup>123</sup>.

Eu sou contra a homofobia. O que não podemos criminalizar é se o pastor no púlpito da sua igreja ou o padre na sua igreja disser que o homossexualismo é pecado. Isso é liberdade religiosa. Ele tem o direito de falar e nós temos que respeitar. Mas não é crime. Crime é você agredir, crime é você fechar as portas para um homossexual. A controvérsia que tivemos com o PL 122 foi essa: até que ponto podemos criminalizar. As pessoas têm o direito de expressar a sua fé, desde que seja de uma maneira que não cause violência.

Em outro momento, o Senador explicou que a Frente Parlamentar Evangélica estava articulada para garantir a liberdade de culto e de expressão do pensamento<sup>124</sup>. Em reportagem que retratou a negociação das ações que deveriam ser tipificadas como homofobia, foi destacada a sua seguinte fala “*Conseguimos o principal que é derrubar o crime de liberdade de culto e da expressão do pensamento*”.

O Deputado João Campos afirmou que a criminalização reprime a liberdade constitucional de crença<sup>125</sup>. O Pastor Silas Malafaia, em manifestação realizada em frente ao Congresso Nacional, no ano de 2011, rasgou uma cópia do projeto enquanto afirmava que o PL 122 ofenderia a liberdade de expressão e de crença<sup>126</sup>.

---

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Título II: Dos direitos e garantias fundamentais. Capítulo I: Dos direitos e deveres individuais e coletivos).

<sup>122</sup> Artigo 18: Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

<sup>123</sup> MOTTA, Paulo. Entrevista com Marcelo Crivella. O Globo, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2014. País, pág. 10.

<sup>124</sup> Autor desconhecido. *Governo agora admite rever pontos da lei anti-homofobia*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 de junho de 2011. Poder, A-10.

<sup>125</sup> BOSCO, João. *Entre a ofensa e a opinião*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de maio de 2011. Nacional, A-10.

<sup>126</sup> Autor desconhecido. *Ato contra o PL que criminaliza a homofobia reúne 15 mil*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 de junho de 2011. Vida, A-19.

Outro discurso de destaque nas mídias jornalísticas pesquisadas foi proferido pelo Deputado e Pastor Marcos Feliciano. Em um encontro nacional da igreja na qual é membro, Feliciano, em discurso ao público, afirmou que não tem opiniões discriminatórias, mas convidou os fiéis presentes a se posicionarem contrariamente ao projeto anti-homofobia, já que a liberdade de pensar e a liberdade religiosa estariam em jogo. A matéria destacou o seguinte trecho do discurso<sup>127</sup>:

O projeto de lei que criminaliza a homofobia está sendo nesse momento colocado em evidência. Estou sofrendo o que todos vão sofrer quando for aprovado. Nenhuma das senhoras, nenhum dos senhores vai poder ter a livre expressão, poder pensar. Se não fizermos alguma coisa agora, amanhã não sei o que vai acontecer.

A categoria liberdade também foi observada em discursos de parlamentares evangélicos publicados na mídia religiosa. O líder da Frente Parlamentar Evangélica, João Campos, defendeu em entrevista que o PL 122 seria inconstitucional, pois ele teria como objetivo anular um dos elementos fundamentais da democracia: a livre manifestação do pensamento e a inviolabilidade da crença e da consciência<sup>128</sup>.

Esse projeto é flagrantemente inconstitucional. Quando ele propõe a criminalização da homofobia, esse projeto subtrai da sociedade aquilo que é o sustentáculo da democracia: a livre manifestação do pensamento e a inviolabilidade da crença e da consciência. Esse projeto cria, indiretamente, o crime de opinião. Você pode emitir sua opinião em relação ao padre, ao pastor, ao político, ao executivo, ao empregado, ao patrão. Mas se esse projeto se converter em lei e você emitir uma opinião acerca da prática do homossexualismo, vira crime. É impossível no estado democrático de direito você criminalizar a opinião. Quando você emite opinião, você não está sendo contra A ou B. Você está emitindo opinião contra condutas e comportamentos. É o chamado livre direito de expressão, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Por essa razão, em nome do conjunto da sociedade brasileira, nós somos contra esse projeto. Ele quer assegurar um direito a uma minoria, o que nós concordamos, mas subtraindo da sociedade direitos fundamentais.

Posicionamento semelhante foi observado no site Verdade Gospel, que transcreveu trechos da fala do Senador Magno Malta, em que o parlamentar se queixa da possibilidade de não poder mais criticar a união homoafetiva. Nessa fala, Malta

---

<sup>127</sup> DECATH, Erich e GAMA, Paulo. *Pastor diz que não recuará e prega combate à lei anti-homofobia*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 de março de 2013. Poder, A-5.

<sup>128</sup> CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico*. Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico>. Acessado em 01 maio de 2017.

declara não ser homofóbico, mas se posiciona contrário à homossexualidade. Como exemplo de sua indignação, o Senador aponta a ameaça que o PL 122 oferece a liberdade de expressão, como no caso do sujeito ser impossibilitado de dispensar a babá de seu filho ao descobrir que a mesma não é heterossexual<sup>129</sup>.

Devo aos homossexuais o meu respeito e não sou homofóbico. Agora é preciso ficar claro que a televisão ridiculariza o tempo todo os homossexuais. Agora vai um pastor falar mal dos homossexuais. É preciso ter liberdade de expressão. Por exemplo, se você descobre que a babá do seu filho é homossexual e você não quer que ela oriente seu filho, já que isso vai contra o que você acredita, contra a orientação de Deus, você não pode despedi-la? Que conversa é essa?

O Deputado Eduardo Cunha também compôs o Debate afirmando que<sup>130</sup>

Há itens deste projeto que colocam pastores e padres impedidos de fazerem em suas igrejas as suas pregações. Esse PL é contra liberdade de expressão. Estamos num momento crucial em que fica parecendo que ser homossexual é revolucionário e ser heterossexual é reacionário. Temos de tomar cuidado com isso.

Novamente pode-se observar que os parlamentares evangélicos não atacaram os indivíduos homossexuais, afirmando apenas que a homossexualidade, segundo suas crenças, seria um pecado. Os relatos acima reforçam o respeito aos homossexuais. No entanto, os atores defenderam que o posicionamento contrário à homossexualidade, por parte de lideranças religiosas em momentos de pregações, não poderia ser caracterizado como homofobia, uma vez que não incentivaria a prática de violência. No discurso, o amor e o respeito não são negados ao sujeito homossexual, porém o direito de professar seu credo, contrário ao comportamento homossexual, é tomado enquanto um direito garantido pelos códigos normativos que orientam o Estado Democrático de Direito, como a Constituição e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é signatário.

Dessa maneira, parlamentares evangélicos acionaram os direitos civis na defesa de seu posicionamento contrário à criminalização da homofobia. A liberdade de opinião e de crença aparece, portanto, como um elemento fundamental no discurso desses atores tanto na mídia secular quanto na mídia evangélica. Os relatos citados acima reforçam a ideia de que esses direitos não podem de forma alguma ser alienados.

---

<sup>129</sup> Autor desconhecido. “*Não atentaremos contra a natureza de Deus*”, diz Magno Malta. Verdade Gospel, 30/08/2012. Acessado em 01 de maio de 2017.

<sup>130</sup> Autor desconhecido. *Eduardo Cunha, novo presidente da Câmara, defende cristãos no planalto*. Guia-me. 03 de fevereiro de 2015. Acessado em 01 de maio de 2017.

As falas demonstram que os atores não utilizam elementos de seus sistemas de crenças para argumentar contrariamente ao PL122/2006. A contestação foi justificada sob a acusação de inconstitucionalidade da proposta, já que, de acordo com a constituição brasileira, é vedado o impedimento à livre expressão de pensamento e à liberdade religiosa.

A convicção de que a homossexualidade é pecado e, portanto, anormal às “tendências naturais sexuais” não apareceu em destaque nesses relatos, ao contrário disso, observamos em primeiro plano a recorrência a justificativas que apontam a defesa dos direitos civis. Em outras palavras, atores contrários ao elaborarem argumentos não utilizam elementos doutrinários ou dogmáticos dos grupos evangélicos. As falas incorporaram alguns elementos dos direitos humanos, que são tomadas enquanto premissas invioláveis. As justificativas, portanto, dessingularizam o posicionamento contrário à homofobia, utilizando valores de um código universal capaz de atribuir generalidade e aumentar assim, a robustez de seu posicionamento, a fim de conferir legitimidade e confiabilidade a seu posicionamento contrário a homofobia, potencializando-o.

Outra questão que chamou a atenção em nossa análise acerca do posicionamento evangélico é o entendimento dado ao direito à liberdade religiosa, uma vez que em outras controvérsias no espaço público, que envolvem lideranças evangélicas, esse direito não é mencionado. Direito à liberdade de crença, defendido nas justificações do polo contrário dessa disputa é mobilizado exclusivamente para garantir a liberdade de expressão do grupo. Não houve a defesa da autonomia do sujeito em escolher o seu credo. O acionamento desse direito não mobilizou, por exemplo, a garantia da pluralização desse tipo de instituição, como previsto em Constituição. Os discursos dos atores evangélicos recorreram especificamente à ideia de liberdade de crença, de modo a garantir autoridade de expressão para lideranças religiosas, sobretudo evangélicas.

Voltando a atenção ao polo que defende a criminalização da homofobia, observamos que os discursos a favor do PL 122/2006, também recorreram a elementos pertencentes ao ideário dos direitos humanos. As falas argumentaram a favor da extensão dos direitos de cidadania a uma minoria. Além disso, destacamos que os atores favoráveis atribuíram às suas falas valores de laicidade, presentes na esfera legislativa, para contestar as investidas de parlamentares evangélicos nas tomadas de decisões do Congresso Nacional.

A relatora do projeto e responsável pelo seu desarquivamento, Marta Suplicy, explicou que o projeto é constitucional justamente por propor uma ação que garanta o respeito a uma parcela minoritária da população, que há anos sofre com uma conjuntura de mortes e violências homofóbicas.<sup>131</sup> Em entrevista ao jornal *O Globo*, Marta defendeu que o espancamento e a violência exercida contra os indivíduos gays não podem ser penalizados por crime de lesão corporal, uma vez que tais atos seriam incitados por ódio<sup>132</sup>. De acordo com a Senadora:

Quem vê aquele espancamento na avenida Paulista vê que nós não podemos admitir punições e sanções iguais à de uma pessoa que bate em outra. Não é a mesma coisa. Hoje não há proteção específica na legislação federal contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Então nós abandonamos 10% da população (SUPLICY, 2011).

O presidente da Associação de Gays, Lésbicas e Transexuais, Toni Reis, afirmou que a religião mascara muitas vezes a homofobia, uma vez que a opinião acerca da homossexualidade, que muitas lideranças defendem ser um o exercício do direito de se expressar, é na maioria das vezes ofensiva<sup>133</sup>. Em outras falas mapeadas, Reis ainda discursou sobre o caráter laico do Estado, reforçando que o tom do debate deveria pleitear a garantia do direito à cidadania completa aos homossexuais<sup>134</sup>.

O Estado é laico e o que estamos pedindo é que a cidadania dos homossexuais seja completa. Hoje, um casal homossexual tem 78 direitos negados e 3,2 mil gays foram assassinados nos últimos 20 anos (REIS, 2011).

Outra fala que corroborou com essas justificativas foi mapeada no discurso do Deputado Jean Wyllys que repudiou a articulação da Frente Parlamentar Evangélica para conter a avanço de Projetos de Leis que contribuem de alguma forma para a diversidade sexual, defendendo assim a necessidade de reforçar a laicidade nos julgamentos aplicados pelo Congresso Nacional<sup>135</sup>.

---

<sup>131</sup> SUPLICY, Marta. *A hora é de ação*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 de dezembro de 2011. Opinião, A2.

<sup>132</sup> SUPLICY, Marta. *O Legislativo se acovardou e o mundo andou a passos grandes*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de março de 2011. O Poder, página 4.

<sup>133</sup> BOSCO, João. *Entre a ofensa e a opinião*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de maio de 2011. Nacional, A-10.

<sup>134</sup> TAVARES, Flávia. *Em carta, gays pedem “respeito” de candidatos*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 de outubro de 2010. Nacional, A18.

<sup>135</sup> Autor desconhecido. *Discussão dos direitos LGBTs ‘sai do armário’ na campanha*. O Globo, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2014. Poder, página 4.

Defender a criminalização da homofobia implica em reforçar a laicidade do Estado e excluir pacotes de privilégios dos evangélicos. Com o pacote que beneficia as igrejas evangélicas, apaga com uma mão o que a outra fez.

Os relatos acima evidenciam que os atores, nesse polo da controvérsia mobilizaram outros elementos do ideário dos direitos humanos, relativos aos direitos da igualdade e da cidadania plena aos homossexuais. As falas reivindicam o tratamento igualitário aos sujeitos homossexuais, possibilitando que eles usufruam plenamente dos direitos à cidadania, previstos em Constituição.

Dessa maneira, os atores favoráveis à criminalização da homofobia mobilizam elementos dos mesmos códigos normativos referidos pelos atores contrários a ela – a DUDH e a Constituição Brasileira – para legitimarem seus posicionamentos. A disputa é estabelecida em termos dos direitos, cada grupo defendendo a maior legitimidade do “seu” direito – a liberdade de expressão, crença e consciência ou o direito ao tratamento igualitário e à cidadania plena.

Outro princípio presente nessas falas diz respeito à laicidade. Os relatos afirmaram que o posicionamento dos atores contrários à criminalização atentaria contra o princípio de laicidade do Estado que defendem, pois estariam assentados sobre princípios dogmáticos e religiosos. Nesse aspecto, a noção de laicidade aparece vinculada a uma concepção de que os valores religiosos não deveriam nortear os processos de decisão política. Essa ideia de laicidade contribui para o fortalecimento dos argumentos e posicionamento desse grupo a grande potencial de adesão, haja vista a centralidade que esses valores ocupam na esfera em que essa controvérsia se desenvolveu, referente ao Poder Legislativo.

Esse quadro demonstra, portanto, que esse embate mobilizou uma disputa entre categorias que compõem o ideário dos direitos humanos, na qual um grupo buscou estender direitos a uma minoria e em contrapartida, outro grupo protestou que a aplicação de tais direitos tolheria, por outro lado, os direitos da liberdade do mesmo.

Dessa maneira, se por um lado atores favoráveis reivindicaram a garantia do direito à diversidade, constatamos, por outro lado, que atores evangélicos defenderam as liberdades individuais. Ambos os núcleos que compuseram esse embate produziram justificações acionando determinados constructos desse ideário de modo a dar força e potência aos seus posicionamentos dentro da controvérsia.

### **3.1.1) Contribuição do cristianismo na fundação dos direitos humanos no Brasil**

Nesse item, abordaremos de modo geral, a contribuição da Igreja Católica para a institucionalização dos direitos humanos na sociedade brasileira e apontaremos a apropriação tanto por parte desta instituição, quanto pelas igrejas evangélicas, dos valores pertencentes a esse ideário. A incorporação dos ideários dos direitos humanos, nas pautas movimentadas por esses atores, se dá em até um determinado ponto, pois os direitos à diversidade incluídos recentemente a esse ideário, assim como os direitos reprodutivos, (que debate a descriminalização do aborto) e sexuais, (que defende a união civil entre pessoas do mesmo sexo) são recriminados e, combatidos por essas lideranças.

Giumbelli (2008) demonstrou o empenho da Igreja Católica em garantir a liberdade religiosa sob o intuito de desfrutar de autonomia jurídica para adquirir e administrar bens. Além disso, o autor destacou que essa instituição, hegemônica no início do século 20, participou diretamente na legitimação de outras correntes como religião. Esse panorama demonstra, grosso modo, sua articulação em manter uma via de colaboração com o Estado, mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado a partir da República.

Paula Montero (2012) reforçou a importância da Igreja Católica na construção de um modelo de sociedade civil, assim como na implementação da ideia de direitos sociais nas décadas de 70 e 80 e na defesa de direitos étnicos na década de 90. Segundo a autora:

Em linhas gerais pode-se afirmar, portanto, que da República até o fim do período ditatorial a Igreja Católica foi parte integrante dos processos de legitimação das demandas de proteção aos direitos individuais, tendo atuado como força motriz importante na concepção e estabilização política dos direitos de liberdade de consciência (MONTERO, 2012).

A Igreja Católica foi um ator importante na consolidação e aplicação dos direitos humanos no Brasil. Além de compor o debate acerca da institucionalização desses direitos em nosso país, desenvolveu no século XX, principalmente no período ditatorial, ações políticas na sociedade brasileira, se alinhando a movimentos sociais, a favor da integridade física (de presos políticos pelo regime ditatorial) e do combate a pobreza.

Dessa maneira, não podemos deixar de mencionar a articulação de lideranças católicas, no período pós-ditadura, em formar lideranças populares e organizar movimentos sociais de base sob o intuito de defender os direitos sociais dos mais pobres, a partir da adesão à teologia da libertação<sup>136</sup>.

Toniol e Steil (2012) também apontaram a expressiva participação de lideranças católicas na consolidação dos direitos humanos no Brasil no período pós-ditatorial<sup>137</sup>. Segundo os autores, essas lideranças eram maioria nos encontros nacionais de direitos humanos no Brasil, que eram realizados a cada dois anos, a partir de 1982. Os autores explicaram que nesse período a Igreja católica se alinhou a luta de movimentos sociais contra a pobreza e a favor da dignidade humana, fator que fortaleceu a instituição desses direitos na sociedade brasileira, já que:

A capilaridade do catolicismo na sociedade brasileira e a estrutura centralizada da Igreja Católica foram fatores decisivos para que o movimento de defesa dos Direitos Humanos pudesse alcançar projeção e poder de influência sobre as consciências e a opinião pública no país (TONIOL & STEIL, 2012).

Dessa maneira, dá-se a centralidade da Igreja Católica no processo de instituição e consolidação de valores presentes na Declaração Universal dos Direitos humanos como liberdade religiosa, igualdade econômica e justiça social, que foi realizada em diferentes momentos de nossa história nacional, desde a República.

No entanto, essa colaboração entre catolicismo e direitos humanos parece se romper quando categorias ligadas à moralidade pessoal- sexualidade e comportamento reprodutivo- e educação infantil sobre diversidade sexual e de gênero são debatidas e reivindicadas. Nessa chave de compreensão, que defende a igualdade para minorias sexuais, os direitos humanos são apontados nos discursos de lideranças católicas (e também das evangélicas) como um inimigo a ser vencido. Desse modo, a questão dos direitos reprodutivos e também aqueles referentes à diversidade sexual são o grande

---

<sup>137</sup> Referente ao Encontro Nacional de Direitos Humanos, criado em 1982 pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos, afim de debater as demandas que deveriam ser defendidas pelo movimento, bem como as ações que deveriam ser aplicadas na sociedade civil para a aplicação e extensão desses direitos a todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.



ponto de inflexão da hierarquia católica em relação ao ideário dos direitos humanos<sup>138</sup> (DUARTE, 2013).

Em relação às religiões evangélicas, Machado (2014) destaca que a fragmentação do protestantismo, bem como a expansão do pentecostalismo para segmentos pobres e de pouca escolaridade, que foi característica desses grupos até os anos 90, dificultaram a aproximação de grupos evangélicos aos movimentos de direitos humanos no Brasil no momento em que eles estavam em grande expansão. Por outro lado, alguns trabalhos da área das ciências sociais apontaram que pastorais evangélicas atuam em comunidades preteridas por políticas públicas, realizando trabalhos sociais, auxiliando na organização comunitária, de modo a contribuir na garantia de elementos fundamentais para a subsistência. Esse quadro indica que determinadas instituições evangélicas colaboram para a promoção da justiça social.

No que se refere aos direitos reprodutivos e à diversidade sexual, observamos que atualmente, o discurso de parlamentares evangélicos mobiliza uma pauta moral para aumentar a regulação dos corpos e das manifestações sexuais a fim de restringir e regular a moralidade laica e pós-moderna (ALMEIDA, 2017).

Algumas análises, como a de Ronaldo Almeida (2017), indicam que a atuação da parte hegemônica e com visibilidade de evangélicos no Congresso Nacional converge para o adensamento do que está sendo chamado de “onda conservadora”, a partir da defesa e reafirmação de algumas linhas de forças que concebem esse fenômeno. Uma dessas linhas que está em consonância com a articulação de parlamentares evangélicos possui um caráter moralmente regulador e visa à contenção do avanço do secularismo, no que diz respeito a comportamento e valores.

Dessa forma, constatamos que a Igreja Católica, a partir da instauração da ditadura militar e recentemente igrejas evangélicas, atuam na sociedade civil alinhadas

---

<sup>138</sup>É importante destacar que o ideário dos direitos humanos é plural. Os elementos que compõem esse universo foram adensados a essa categoria em diferentes momentos da história do pensamento e das sociedades humanas. Assim, os direitos humanos foram conquistados passo a passo, gradualmente. Hoje eles são divididos em três dimensões, que representam as três gerações dos direitos humanos, cada uma delas estabelecida durante um período histórico.

**Primeira geração:** os direitos da liberdade ou direitos civis;

**Segunda geração:** os direitos da igualdade ou direitos sociais;

**Terceira geração:** os direitos da fraternidade (solidariedade) ou direitos coletivos da humanidade.

O conceito de direitos humanos é variável de acordo com a concepção político-ideológica que se tenha. A falta de uniformidade conceitual é clara, haja vista que atores (individuais ou coletivos) indicam determinados direitos como fundamentais, enquanto outros atores discordam e atribuem maior importância a um grupo de direitos distintos (DORNELLES, 2013). Ao que compete a nossa análise, verificamos que parlamentares evangélicos fazem o uso seletivo da linguagem dos direitos humanos, pois apropriam-se especificadamente dos direitos civis para defenderem suas convicções religiosas.

de acordo com partes do ideário dos direitos humanos, que corresponde aos direitos civis e aos direitos sociais. Entretanto, no que se refere aos direitos das minorias, especificamente nas questões relacionadas ao sexo e gênero, ou aos direitos sexuais e reprodutivos, ocorre uma inflexão por parte delas. Não há defesa desses direitos, pelo contrário, há o combate a eles, sendo o combate ao Projeto de Lei de criminalização da homofobia um exemplo disso. Em defesa da maioria, evangélicos são contrários à criminalização da homofobia.

### **3.2) Brasileiro, logo, cristão**

A defesa da ideia de maioria cristã foi identificada nas falas mapeadas. Os atores defenderam a existência de uma maioria numérica de fiéis cristãos na sociedade brasileira para deslegitimar a aprovação de uma lei que beneficie, segundo eles, uma minoria. Associada a essa concepção de maioria aparece a noção de que a democracia seria um regime político que deve, justamente, estar voltada para os princípios da “maioria da população”, como observamos nas falas abaixo.

Silas Malafaia, em uma coluna à *Folha de S. Paulo*, defendeu a liberdade de se posicionar contrariamente à homossexualidade, ressaltando o caráter democrático do Estado brasileiro. O pastor afirmou que a maioria da população é cristã e que, portanto, seria inadmissível que a democracia se valesse apenas às minorias<sup>139</sup>.

Dentro desse Estado democrático de direito, onde a maioria é cristã, a democracia só vale para as minorias? O fato é que ativistas gays e seus defensores não suportam o debate. Pode-se falar mal do presidente da república, do Judiciário, dos católicos, dos evangélicos, mas se criticarmos a prática homossexual somos rotulados de homofóbicos.

Jair Bolsonaro em entrevista ressaltou a preeminência de cristãos na sociedade brasileira, apontando a relação entre religião e família.

O Estado é laico, mas seu povo não. Somente católicos e evangélicos somam 90 % de brasileiros. A religião é fator de união dos povos e não pode ser dissociada da família, dos bons costumes e da moralidade.

---

<sup>139</sup> MALAFAIA, Silas. *Marcos Feliciano é a bola da vez*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05 de abril de 2013. Opinião.

O Senador Magno Malta quando questionado sobre o PL 122 declarou que “*o anseio grotesco de uma minoria não pode se impor à maioria das famílias brasileiras*”<sup>140</sup>.

Esses atores, em suas falas, defenderam que a população brasileira é composta majoritariamente por católicos e evangélicos. Dessa forma, a moralidade dominante na sociedade brasileira seria “cristã”. Isso indicaria que a maioria da população, permeada por valores religiosos cristãos, seria contrária à criminalização da homofobia. Assim, a aprovação do PL 122/2006 se tornaria uma ação antidemocrática, pois contrariaria a moral da grande maioria dos brasileiros. Aqui, identificamos o acionamento da categoria “democracia”, associada a uma concepção de regime das maiorias. A ideia de maioria cristã reforça o argumento de que a criminalização da homofobia é antidemocrática, pois se aprovada, impediria a maioria da população de exercer o seu credo, no que diz respeito a expressar que a homossexualidade é um pecado.

Como demonstrado no item anterior, a lei anti-homofobia foi apontada por parlamentares evangélicos como uma ação que subtrairia direitos fundamentais do grupo religioso, no entanto, ao acionar a ideia de maioria, esses discursos defendem que a maior parte da população seria afetada pela aprovação desse projeto. Mais que isso, colocam que a própria *democracia* seria afetada por esse Projeto de Lei. Esses argumentos ultrapassam as fronteiras das igrejas, tomando aqueles indivíduos que possuem algum vínculo, por menor que seja, com instituições católicas ou evangélicas como pertencentes a esse grupo.

Tatiana Duarte (2013) já havia demonstrado, em pesquisa anterior, a recorrência da ideia de maioria cristã por parlamentares religiosos através de uma pesquisa de campo realizada no Seminário “A Família, a Igreja e o Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH-3”, convocada por parlamentares que integram a Frente Parlamentar Evangélica. A pesquisadora relatou a articulação dessas lideranças em conter avanços de certos direitos humanos, como a valorização da diversidade sexual. De acordo com os discursos desses atores evangélicos, as novas demandas que estão surgindo a partir da reconfiguração das pautas que envolvem os direitos humanos privilegiam direitos de uma minoria e entram em desacordo com suas “bases (morais)”<sup>141</sup>. Com o argumento de

---

<sup>140</sup> Autor desconhecido. *Ato contra o PL que criminaliza a homofobia reúne 15 mil*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 02 de junho de 2011. Vida, A-19.

<sup>141</sup> É importante destacar que a apropriação dos valores fundamentados nos direitos humanos, por parte dos atores evangélicos, é seletiva, uma vez que, de acordo com o discurso hegemônico de lideranças desse grupo, as reivindicações por direitos na modernidade, fundamentados a partir da valorização da

que mais de 90% da população brasileira é cristã, defendem que seria inadmissível aceitar a aplicação de privilégios a uma minoria, enquanto se coloca em risco valores basilares religiosos da maioria. Tatiana Duarte (2013) identificou nas falas de atores filiados à FPE uma associação entre a ideia de maioria religiosa e a identidade cultural brasileira para questionar o direito das minorias pleitearem demandas. Dessa forma, o conteúdo do PNDH-3, no que se refere à diversidade sexual e de gênero, foi apontado como um fator deturpador dos conceitos cristãos edificados ao longo da história cultural do Brasil.

Notamos, portanto, que os evangélicos se utilizam de duas categorias de grande amplitude, a “ameaça à democracia” e às raízes cristãs da sociedade brasileira, para dessingularizar o seu posicionamento contrário à homofobia. Eles atribuem universalidade a sua causa reportando-a à enorme maioria da sociedade brasileira, que seria cristã e compartilharia dela, constituindo-se a aprovação deste projeto em um ataque à democracia. Esse quadro demonstra que a recorrência à ideia de uma maioria cristã é mais uma importante articulação discursiva para acionar elementos basilares dos direitos democráticos, a fim de acionar princípios de confiança e generalidade às justificativas contrárias à criminalização da homofobia.

### 3.2.1) Maioria cristã, a favor da família

Nas falas acima, a adesão à ideia de maioria religiosa foi uma importante articulação para dar potencialidade às falas contrárias à criminalização da homofobia. No entanto, essa ideia, além de acionar valores democráticos, também esteve constantemente articulada a uma determinada noção de família.

Como descrito no item anterior, o conceito de maioria cristã parte do princípio de que a população brasileira em quase sua totalidade possui vínculos com as religiões católica e evangélica, compartilhando, assim, seus valores morais. Por conseguinte, considera que essa maioria cristã compartilharia da noção de família que é defendida pelos evangélicos, que já foi apontada no capítulo anterior<sup>142</sup>.

---

subjetividade e autonomia do ser, são ameaçadoras para a manutenção de três categorias fundamentais da cosmologia cristã evangélica: família, vida e moral.

<sup>142</sup> Alguns autores das ciências sociais (Giumbelli, 2008, Montero, 2006) já demonstraram o papel do catolicismo (desde o período republicano) e das igrejas evangélicas (substancialmente a partir do período de redemocratização na década de 80) na constituição do espaço público brasileiro, tema que já foi

Destacamos, portanto, que a utilização da categoria família também foi uma estratégia a fim de atribuir generalidade e confiabilidade, ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia. Seria esta mais uma forma de se atentar para o caráter universal desse posicionamento na sociedade brasileira, sendo que a defesa da família é um tema de grande alcance.

Acionar a ideia de maioria cristã se torna importante, visto que independente da religião que a maior parte de brasileiros segue, a regulação tradicional familiar em nossa sociedade foi, ao longo da história, e ainda é reforçada pela Igreja Católica e recentemente pelas igrejas evangélicas que nas últimas décadas adentraram a esfera pública a partir da sua presença na mídia, na política e no espaço geográfico (com marchas, shows e caminhadas). Ou seja, a defesa da família, adensada as falas contrárias, tem potencial para trazer adesão popular a este posicionamento, já que se trata de um dos códigos de valores que fundamentam nossa sociedade.

Em confluência a essa questão, Vital e Lopes (2013) destacaram que as lideranças evangélicas que se articulam politicamente de modo a impor suas agendas, possuem um alto poder de mobilização de parte da população justamente por acionar valores substanciais na configuração da sociedade brasileira, de forma a incitar no público um temor frente à ameaça de sustentação de tais valores. Nas palavras dos autores:

Para efeitos da discussão que pretendemos aqui, as análises em torno da presença fundamental do religioso na formação do Brasil contemporâneo são importantes porque indicam que os políticos religiosos – sejam evangélicos, sejam católicos – ressoam valores presentes nesta cultura e podem acionar medos (relacionados aos pânico morais) porque articulam um discurso que vai ao encontro da cosmologia dominante (VITAL e LEITE, 2013, pág. 176).

É importante destacar que a sacralização da família está presente em outros discursos para além do religioso, como a psicanálise e a psicologia, sendo defendida também nos discursos de grupos que defendem as minorias sexuais, como por exemplo, a articulação para que o Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal aprovassem o reconhecimento legal das uniões homoafetivas.

Portanto, a defesa da família é um princípio geral com grande potência para generalizar argumentos e conferir legitimidade a posicionamentos.

---

trabalhado nessa dissertação em capítulo anterior. Essa imbricação entre secular e religioso permitiu a configuração de muitas categorias que regulam a vida em sociedade, a partir de valores existentes no pensamento moral cristão, sendo a família um exemplo de categoria instituída por essa sobreposição.

É interessante destacar que apesar dos atores evangélicos falarem em nome de uma maioria para defenderem as relações familiares, em outros temas controversos se denominam como uma minoria que necessita ter a igualdade em direitos resguardados pela lei. Apontamos como exemplo as falas que defendem a ocupação de evangélicos em cargos políticos, a fim de resguardar os direitos legais desse grupo, que foi preterido por décadas dos espaços de poder.

### 3.3) O privilégio dos excluídos

Outra série de argumentos contrários apontou que a aplicação legal da criminalização da homofobia legalizaria privilégios aos homossexuais, uma vez que ninguém poderia questionar ou se posicionar contrariamente à homossexualidade. As falas contrárias afirmaram que a aprovação dessa lei resultaria apenas na censura da pregação religiosa, pois a violência aos indivíduos gays já seriam penalizadas como lesão corporal e agressão verbal.

O Senador Magno Malta afirmou que o texto do projeto contém pontos que deixam os homossexuais “intocáveis” enquanto outros grupos de minorias, como os negros, deficientes e idosos, não possuem privilégios<sup>143</sup>. Em suas palavras:

Se você não aluga seu imóvel para um homossexual, ou não aceita o ato afetivo de um casal gay, pega sete anos de cadeia. Se demite ou não admite um homossexual na sua empresa, cinco anos de cadeia. Eu posso não alugar minha casa para um negro, eu posso demitir um portador de deficiência, eu posso não admitir gestos afetivos de um casal heterossexual na porta da minha casa e pedir que eles se beijem em outro lugar, longe dos meus filhos. Mas, se eu fizer isso com um casal homossexual, um simples boletim de ocorrência me levará para a cadeia.

Em outra reportagem, Malta afirmou que a proposta é polêmica, “*justamente por criar uma série de privilégios para um grupo da sociedade que por escolha própria rompeu com a ordem moral*”.

Jair Bolsonaro, ao ser entrevistado sobre a criminalização da homofobia e a aprovação da união estável homoafetiva pelo STF, respondeu que a comunidade LGBT não quer igualdade, mas sim privilégios, pois a unidade familiar através da relação heterossexual e o direito de opinião são incontestáveis diante do texto da

---

<sup>143</sup> Autor desconhecido. *Magno Malta afirma que estão tentando criar um império homossexual no Brasil*. Gospel Prime.

Acessado em 04 de junho de 2017. Disponível em: <https://noticias.gospelprime.com.br/magno-malta-afirma-que-estao-tentando-criar-um-imperio-homossexual-no-brasil/>

Constituição<sup>144</sup>. Anthony Garotinho (PR-RJ) ressaltou a importância de avaliar o pensamento de todos sem discriminação, mas com ponderação, pois nem crianças, portadores de deficiências e idosos teriam tantos privilégios em nosso país<sup>145</sup>.

Marcos Feliciano escreveu em uma coluna para o jornal *Folha de S. Paulo* que defende acima de tudo a Constituição e que, portanto, seria impossível apoiar a aprovação das demandas do grupo LGBT que preveem alteração na mesma. O deputado ainda defendeu a isonomia de pautas para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, uma vez que há tempos estariam em evidência somente as reivindicações a favor dos direitos dos homossexuais<sup>146</sup>. Em uma entrevista<sup>147</sup>, Feliciano argumentou que se o PL 122 fosse aprovado, seria necessário fazer o mesmo com outras minorias, como por exemplo, “o caolho e o banguelo”.

O argumento que acusa a criminalização da homofobia como um fator de produção de privilégios reitera a existência de penalização jurídica aos atos discriminatórios e violentos de qualquer natureza. Dessa forma, os indivíduos LGBTs quando discriminados já teriam o respaldo da lei. Além disso, os discursos defenderam que a categoria diversidade mobiliza diversos grupos sociais, fator que resultaria na necessidade de defender o respeito não somente para os indivíduos homossexuais, mas também para todos aqueles que de alguma forma são excluídos socialmente, pois em uma sociedade plural, onde diversos grupos sociais não compartilham características físicas da maioria dominante da população, grupos de diversas ordens sofreriam preconceitos<sup>148</sup>.

Essas falas, portanto, acusam as reivindicações do grupo a favor da pluralidade sexual de pleitear vantagens. Nota-se que a implicação não está no direito desse grupo em reivindicar suas demandas. Nenhum discurso deslegitimou o direito de minorias

---

<sup>144</sup> Autor desconhecido. *‘Querem privilégios’, diz Bolsonaro sobre união gay*. Verdade gospel. Acessado em 04 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/nao-querem-igualdade-e-sim-privilegios-dizbolsonaro-sobre-uniao-gay/#comments>

<sup>145</sup> BRAGA, Isabel. *Esquenta briga no Congresso a favor dos gays*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de março de 2011. O País, pág. 04.

<sup>146</sup> FELICIANO, Marcos. *Ditadura gay e Direitos Humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 de março de 2013. Opinião.

<sup>147</sup> RODRIGUES, Fernando. *Cúpula da Câmara quer me achincalhar*, diz Feliciano. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 de abril de 2013. Poder, A5.

<sup>148</sup> É importante salientar que as falas que apontam que outros grupos minoritários não possuem respaldo legal “especial” em caso de discriminação são mobilizadas apenas para reforçar a ideia de que a criminalização da homofobia promoveria privilégios aos homossexuais, haja vista que em nenhum discurso analisado, os atores envolvidos discutiram e defenderam a inclusão no texto do projeto de penalização a outras minorias.

exigirem direitos. Inclusive, em outros momentos em que a opinião pública questionou a participação de lideranças evangélicas na política, lideranças evangélicas se colocaram como porta-vozes de uma minoria religiosa que, ao longo do tempo, preteridos dos espaços de poder, reivindicam através da ocupação de cargos políticos, proteger e aprovar as demandas de seu grupo.

As falas afirmaram que se, por um lado, a lei anti-homofobia condicionaria a criação de privilégio a uma minoria, por outro lado condicionaria uma fragilidade aos valores evangélicos. Se aprovado o PL 122, sujeitos gays usufruiriam vantagens, enquanto a família e a preeminência da heterossexualidade ficariam vulneráveis. As categorias de “privilégios e vantagens” desqualificaria a criminalização da homofobia, pois ela inverteria o princípio da igualdade, que está nas bases da democracia, segundo a qual vantagens e privilégios não deveriam ser aceitos. Ao invés de igualdade, o projeto de lei acarretaria em privilégios, segundo estas falas.

O Deputado Eduardo Cunha, no início de 2015, recém-eleito à presidência da Câmara dos Deputados, desarquivou dois projetos de sua autoria, propostos na legislatura anterior, sendo um que criminaliza o preconceito contra heterossexuais e outro que prevê a criação do dia do orgulho hétero. Em relação a essas duas propostas, Cunha afirmou<sup>149</sup>:

No momento em que se discutem preconceitos contra homossexuais acabam criando outro tipo de discriminação contra os heterossexuais e além disso o estímulo da ideologia gay supera todo e qualquer combate ao preconceito. Daqui a pouco, os heterossexuais se transformarão pela propaganda midiática em reacionários e nós queremos ter a nossa opção pela família sendo alardeada com orgulho.

O Senador Magno Malta disse que identifica na lei contra a homofobia um passo para a criação de um “império homossexual<sup>150</sup>”. Já o Pastor Silas Malafaia destacou que a oposição classifica de homofóbicos e racistas aqueles que discordam deles e assim questionou a ilegitimidade dos evangélicos chamar “essa perseguição” de evangelicofobia. O pastor afirmou a existência de uma conspiração para instaurar a ditadura gay, que além de perseguir ideologias políticas, também combate a crença religiosa<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> CARVALHO, Daniel. *Cunha quer criar dia do orgulho Hétero*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 de fevereiro de 2015. Metrópole, A17.

<sup>150</sup> Autor desconhecido. *O Preconceito em Pauta*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 de dezembro de 2011. Editorial.

<sup>151</sup> MALAFAIA, Silas. *Marcos Feliciano é a bola da vez*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05 de abril de 2013. Opinião.



Essas falas buscaram inverter e submeter os argumentos dos atores em prol da diversidade sexual que denunciam a díspar situação que indivíduos LGBTs ocupam na sociedade.

Os argumentos aqui apresentados reforçam a prerrogativa de que homossexuais estariam reivindicando privilégios, já que a disputa em torno da lei anti-homofobia deslegitimaria a heterossexualidade, defendida como condição natural do ser humano. Dessa maneira, essas falas apontam o uso de categorias com grande potencial de generalização, que implicariam na inversão de um valor central do regime democrático: a igualdade.

Como demonstrado anteriormente, os atores evangélicos mobilizam categorias, valores e ideias importantes para a sociedade brasileira como forma de tentarem produzir aderência da população às suas demandas. Aceitar a criminalização da homofobia implica em permitir um processo de reconhecimento social da diversidade sexual e, conseqüentemente, das diferentes configurações de família. Dessa forma, a legalização da lei anti-homofobia seria um divisor de águas sob a potencialidade e influência que instituições religiosas cristãs no Brasil possuem em regular os corpos e a organização familiar. Em outras palavras, a criminalização da homofobia, subtrairia o poder que estas instituições possuem em regular categorias que permeiam o social. O reconhecimento de “privilégios” a favor dos indivíduos homossexuais implicaria na anulação de “privilégios” que o discurso moral cristão mobiliza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centralizamos nossa investigação nos discursos e argumentos produzidos por parlamentares evangélicos na disputa acerca da criminalização da homofobia, de modo a observar as categorias e estratégias utilizadas de forma a atribuir força e robustez à seus posicionamento. Para isso, examinamos a caracterização dos evangélicos e de seu crescimento numérico nas últimas décadas, bem como a sua entrada na política e sua presença nos meios de comunicações, levando em consideração a pluralidade e diversidade desse grupo.

Como demonstrado no capítulo I, a presença de lideranças evangélicas na política aponta que esse grupo, embora heterogêneo, se coloca a favor da democracia e dos direitos civis, justificando sua presença nas disputas eleitorais como uma forma de construir uma representatividade capaz de dar legitimidade e força ao seu grupo e assim fazer pressão, ao lado de outros grupos, sobre as decisões as serem tomadas nos poderes Legislativo e Executivo. Portanto, observamos que esses atores se lançaram à arena política para reivindicar e exercer a sua participação nos espaços de poder colocando-se assim como mais um grupo de pressão/reivindicação, que, como os demais presentes na sociedade brasileira, possuem direitos em um Estado Democrático.

A análise histórica demonstrou a trajetória que levou o pentecostalismo a atuar nas arenas políticas e midiáticas. Os desdobramentos do neopentecostalismo, como a Teologia da Prosperidade e a luta contra o Diabo, são fatores fundamentais para compreender o afastamento evangélico do ascetismo pregado pelas primeiras igrejas e da rejeição de uma vida apolítica.

Por se tratar de um grupo religioso com um crescimento significativo há décadas, marginalizado a princípio e que sempre foi excluído das tomadas de decisões Governo, líderes pentecostais começaram, a partir da Assembleia Nacional Constituinte, a se organizar politicamente, buscando reconhecimento para as pautas de seu grupo, em busca da garantia de possíveis direitos e em defesa de seus respectivos interesses.

Uma estratégia importante discutida ainda no Capítulo I para garantir a atuação evangélica na política diz respeito à ação pedagógica, que vai desde o incentivo para que fiéis participem em eleições através do voto até a indicação de quais candidatos votar. Lideranças se organizam no sentido de transformar seus fiéis em eleitores

comprometidos com as candidaturas evangélicas<sup>152</sup>. No entanto, nossa investigação demonstrou que essa ação associada a outros fatores vem ocasionando bons resultados. A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, apontada como a igreja neopentecostal que mais exerce pressão para que seus membros votem em candidatos lançados por ela, nos últimos pleitos é apontada como a denominação evangélica com o maior número de candidaturas eleitas. Apesar da cúpula das Assembleias de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular recomendarem uma ação mais branda nas campanhas dos candidatos, recentemente estão adotando estratégias mais abrasivas para convencer seus fiéis a aderirem as indicações das igrejas.

Com um número significativo de parlamentares evangélicos eleitos nas últimas disputas, esse grupo se uniu sob o intuito de aumentar sua representatividade no Congresso Nacional. A criação da Frente Parlamentar Evangélica, que aceita parlamentares evangélicos independentemente do partido e da igreja de filiação foi um importante passo para garantir sucesso à atuação desses líderes, depois de eleitos, no Congresso Nacional. A principal função dessa frente é unir forças para interferir nas votações das casas (Câmara dos Deputados e Senado) sempre de acordo com os respectivos interesses das igrejas. A controvérsia proposta a ser analisada nessa pesquisa traz um exemplo da atuação dessa frente. O Projeto de Lei 122/2006 nunca foi colocado em votação no Senado Nacional devido à articulação desse grupo. Para compreendermos como os argumentos de destaque alçaram poder de convencimento na disputa, analisamos a rede criada pelos atores identificando categorias, gramáticas e valores morais acionados na construção das justificativas.

Conforme apresentado no Capítulo II, parlamentares evangélicos incorporaram aos seus relatos contrários à criminalização da homofobia seus posicionamentos acerca da homossexualidade. Nas falas destinadas aos jornais da grande mídia evitaram problematizar sobre as causas que influenciariam a homossexualidade. Apesar de afirmarem o caráter anormal das relações homoafetivas, argumentaram respeitar os indivíduos homossexuais. Na mídia religiosa, identificamos que o posicionamento discordante da homossexualidade, por parte de certos atores evangélicos, foi sustentado por pressupostos que naturalizam o comportamento sexual, atribuindo a normalidade às

---

<sup>152</sup> Embora alguns autores já apontaram que apesar dessa ação criar, grosso modo, aos evangélicos, uma consciência da importância do voto eleitoral, o conhecimento dos nomes dos candidatos apoiados pelas igrejas não estabelece uma ligação direta entre pertencimento religioso e comportamento eleitoral.

relações entre homens e mulheres, capazes de gerar filhos e assim conceber a família nos moldes tradicionais. Portanto, a ideia naturalista da sexualidade foi apropriada para defender a configuração da família. A subversão da ordem natural colocaria em risco a organização da “família”, haja vista que, sob esta perspectiva, a estrutura familiar se daria a partir da união entre homens e mulheres, cuja finalidade seria a criação de filhos. Homens, mulheres e crianças (filhos naturais ou não) constituem o modelo de família presente na maior parte das falas a respeito da prática homossexual. Neste aspecto, embora as justificativas se remetam à importância da reprodução, fator biológico, o único tipo de adoção condenado é a praticada por casais homossexuais (que não seriam casais, e, portanto, não poderiam constituir “família”). Isso nos aponta que, apesar de enfatizarem o caráter “natural” da união entre os sexos biológicos, é um determinado padrão moral de família que está sendo defendido, no qual a união entre homossexuais não se enquadraria. Essa união não é considerada apta não apenas para gerar filhos, mas também para criar e educar crianças, fator que não tem nada de “natural”.

No mapeamento das reportagens produzidas pela mídia evangélica, observamos a recorrência às seguintes expressões: família natural, família é uma instituição acima de qualquer lei dos homens, opção pela família, cabe ao Estado valorizar e proteger a família, ser homofóbico é defender a família, o anseio de uma minoria não pode se impor à maioria das famílias brasileiras, e em nome da família.

Neste sentido, apenas a relação heterossexual contemplaria a formação de uma família. Podemos apontar que a resistência em relação à homossexualidade pode se referir à alteração que a união entre pessoas do mesmo sexo provoca na lógica da família nos moldes defendidos pelos evangélicos.

A incorporação de elementos construídos em outras gramáticas (como por exemplo, das ciências sociais e ciências biológicas) nas justificativas que afirmaram a anormalidade da homossexualidade é uma importante estratégia para arregimentar força ao argumento sexualidade “natural” dos seres humanos. Esse repertório foi acionado com vistas a atribuir robustez ao posicionamento contrário à criminalização da homofobia.

Esses atores, quando se reportaram à mídia evangélica para justificar seus posicionamentos contrários à criminalização da homofobia, abordaram os fatores que os levam a condenar a prática homossexual, através de justificativas que se apoiaram em repertórios das teorias essencialista e construtivista. Em vista disso, o discurso de reprovação às práticas homoafetivas ultrapassa a afirmação de que a homossexualidade

é um pecado. Essa condenação foi observada nas falas mapeadas, entretanto, estando sempre associada a elementos de outras gramáticas. Os atores evangélicos não negam a sua crença no fato de que a homossexualidade seja pecado, porém, ao justificarem seu posicionamento contrário à criminalização da homofobia se reportam a elementos das ciências, e também dos direitos.

Princípios das ciências biológicas foram acionados às justificativas para defender a existência genética de apenas dos sexos: masculino e feminino, fator que caracterizaria a anormalidade da homossexualidade. Já os elementos da gramática construtivista foram acionados para indicar que o comportamento homossexual, sendo antinatural, é incorporado a indivíduos que sofreram traumas e/ou que se distanciaram da vida religiosa.

Outro princípio geral recorrente nas justificativas, sobretudo na mídia secular, com um alto potencial de convencimento, foi o ideário dos direitos humanos. Os atores acionaram alguns elementos da gramática dos direitos humanos de modo a atribuir generalidade as justificativas, potencializando as chances de torná-las convincentes.

Os direitos da liberdade foram incorporados nos discursos dos parlamentares evangélicos, alegando que uma vez aprovado o Projeto de Lei em questão, lideranças seriam impedidas de pregar contra “o pecado do homossexualismo”, fator que atentaria contra a liberdade de expressão e liberdade de crença, direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidos pela Constituição Brasileira de 1988. Essas falas mobilizaram parte dos direitos civis, referente aos direitos da liberdade, para defender o posicionamento contrário à criminalização da homofobia.

A partir desse contexto, a aprovação desse projeto incidiria diretamente no livre exercício da pregação de fé, contrária ao comportamento homossexual. Dessa maneira, a punição legal ao posicionamento contrário à homossexualidade foi classificada em alguns discursos mapeados como a imposição de uma “lei da mordaça gay”, que restringiria o direito de lideranças religiosas se manifestarem contra a diversidade sexual.

Além da mobilização de parte dos direitos civis, as falas dos atores evangélicos também recorrem aos princípios relacionados à Democracia para darem força ao posicionamento contrário. A ideia de maioria cristã esteve presente nos relatos mapeados. Parlamentares evangélicos buscaram reafirmar a ideia de “nação cristã”, em referência à adesão de maior parte da população ao catolicismo e ao

protestantismo/pentecostalismo, para apontar a incongruência em legalizar uma medida em benefício de uma minoria.

Outra categoria frequentemente acionada nas falas dos atores contrários foi a de “privilégio. A punição da homofobia, juridicamente equipada ao crime de racismo foi apontada por esses atores como uma extensão de privilégios a um grupo social minoritário, uma vez que o Estado já prevê penalização para injúrias, calúnias, danos morais e agressões físicas de qualquer natureza. Assim, as falas afirmaram que o sujeito homossexual agredido ou ofendido já teria o respaldo da lei.

Além disso, o conceito de maioria cristã também mobilizou valores morais referentes à constituição familiar, uma vez que a família tradicional é um princípio geral, construído ao longo do tempo sobre influência do Catolicismo e posteriormente reforçado pelas igrejas evangélicas sendo assim compartilhado por grande parte da população brasileira.

É importante destacar que no outro polo da disputa constatamos que defensores dos direitos das minorias sexuais também acionaram em suas justificativas, elementos pertencentes aos ideários dos direitos humanos, uma vez que defenderam a institucionalização dos direitos a diversidade sexual.

Houve, portanto, uma disputa, em torno do repertório dos direitos, especialmente dos direitos humanos. Os atores, nos dois polos da controvérsia, mobilizaram em partes, elementos pertencentes ao ideário dos direitos humanos para legitimar suas respectivas convicções. Por um lado, parlamentares evangélicos recorreram aos direitos civis e às liberdades individuais, por outro lado, defensores dos direitos de minorias sexuais apontaram a necessidade de aplicação de direitos às minorias, estando mais próximos os direitos da igualdade em suas justificativas.

O desafio que a recente democracia brasileira enseja é a produção de medidas governamentais e políticas públicas que promovam tanto a aplicação dos direitos individuais e de grupos, quanto o direito à diversidade sexual e de identidade de gênero em uma sociedade fundamentada por valores morais religiosos.

Contudo, a fim de lançar luz ao pano de fundo que impulsionou a intensa articulação de parlamentares evangélicos nessa disputa, destacamos que ao que nos parece, o reconhecimento legal da homofobia enquanto crime é visto como uma ameaça por esses atores, porque a sua aprovação, a longo prazo, produziria a legitimação social de moralidades que compõem as demandas do grupo a favor da igualdade e cidadania plena aos homossexuais. Esse parece ser o ponto que acende o debate: permitir a

presença das crenças e visões de mundo que compõem a moralidade de grupos distintos na organização da sociedade. Assentir que valores que compõem o grupo contrário sejam protegidos através do ordenamento jurídico implica na diminuição da influência, ou ao menos na divisão dos valores morais defendidos pelos evangélicos na regulação das relações sociais. Como apontado nessa dissertação, organizações religiosas contribuíram, desde a instauração da República, e ainda contribuem para a formação do espaço público nacional. Dessa maneira, um dos motivos fundamentais, se não o principal, da atuação de lideranças evangélicas no Congresso Nacional diz respeito à defesa de suas crenças e convicções na organização e concepção do sistema normativo jurídico. E, nesse processo, conforme apontado, dessingularizam suas crenças e convicções, buscando atribuir um caráter universal a elas, como é mostrado não apenas pelo uso de gramáticas de grande poder de convencimento, como das ciências e dos direitos, mas também da extensão de concepções defendidas por eles, como de “família tradicional” para toda a nação brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. IN: Cadernos Pagu, v.50, 2017.

BIRMAN, Patrícia. *O poder da fé o milagre do poder: Mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 133-153, jan./jun. 2012.

BOHN, Simone. *Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT e Laurent. *A Sociologia da Capacidade Crítica*. Publicado em European Journal of Social Theory 2(3): 359–377. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.1999.Traduzido por Marcos de Aquino Santos

\_\_\_\_\_. *On justification. Economies of worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

Cadernos Secad. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Org.: HENRIQUES, Ricardo. BRANDT, Maria Elisa Almeida. JUNQUEIRA, Rogério Diniz. CHAMUSCA, Adelaide. Secad/MEC. Brasília: 2007.

DORNELLES, João Ricardo. *O que são direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 2013. — (Coleção Primeiros Passos).

DUARTE, Tatiane dos Santos. “*A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro*”. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cultura religiosa e direitos humanos no cotidiano do legislativo brasileiro*. Vol. VII/ Nº2/junio-diciembre 2013/pp.156-170.

FRESTON, Paul. “*Breve história do pentecostalismo brasileiro*. Em: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*”. Petrópolis: Vozes, 1994



GIUMBELLI, Emerson. "A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro". In: *Religião e Sociedade*, 21(1): 87-120, (2001).

\_\_\_\_\_. *A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil*. IN: *Religião e Sociedade* v.28 n.2. Rio de Janeiro, 2008.

HEYMANN, Luciana, TRAVANCAS, Isabel e ROUCHOU, Joelle. *Arquivos Pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiência de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

JESUS, Fátima Weiss de. *Igrejas inclusivas em perspectiva comparada: da "inclusão radical" ao "mover apostólico"*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reagregando o Social uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2005.

LÉVI-STAUSS, Claude. *Natureza e Cultura*. In: *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

LIMA, Luís Corrêa. *Homossexualidade e Igreja Católica*. Debate 04. Rio de Janeiro, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACHADO, Maria das Dores Campos. "Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

\_\_\_\_\_. *Os pentecostais e as controvérsias sobre os direitos humanos no Brasil*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

\_\_\_\_\_. *Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional*. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 47, p. 351-380, 2017.

\_\_\_\_\_. *Pentecostais, Sexualidade e Família no Congresso Nacional*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Política e Religião*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. e PICCOLO, F. D. *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. *Religião, gênero e sexualidade* [Resenha]. Estudos de Religião, v. 28, p. 213-215, 2014.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. “*Os evangélicos e a política*”. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 91-112.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*, Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010*. Debates do NER (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 119-137, 2013.

MISKOLCI, Richard. *Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay*. Cadernos Pagu 28. Campinas: Unicamp, 2007.

MONTEIRO, Paula. *DOSSIÊ RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO: Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. IN: Religião e Sociedade v.32 n.1. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Max Weber e os dilemas da secularização*. Novos Estudos, nº 65, 2003.

\_\_\_\_\_. *Religião, pluralismo e esfera pública*. Novos Estudos. CEBRAP, SP, v.74, p.47-66, 2006.

\_\_\_\_\_. *Religião e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

\_\_\_\_\_, SALES, Lílían ; TEIXEIRA, J. M. *As relações entre Estado e Religião no Brasil*. In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodrigues. (Org.). *Manual de Sociologia Jurídica*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 3, p. 301-335.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares e LOPES, Paulo Victor L. Lopes. *Os direitos GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia*. In: Duarte et al. **Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_ e OLIVEIRA, Leandro de. *Nós acolhemos os Homossexuais: homofobia pastoral e regulação da Sexualidade*. São Cristovão-SE, TOMO, Nº14, 2009.

\_\_\_\_\_ e OLIVEIRA, Leandro de. *Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores*. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n.2 - 2009 - pp.121-16.

\_\_\_\_\_. *Homossexualidade, Gênero e Cura em Perspectivas Pastorais Evangélicas*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21. São Paulo. p. 115-132, 2006.

NOVAES, Regina Reynes. *A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política*. Revista da USP, São Paulo, vol.49, p.60-81, Mar-Mai, 2001.

OLIVEIRA, Rafael de Souza. *Pentecostalismo e Protestantismo histórico no contexto da Missão no Brasil*. DISCERNINDO - Revista Teológica Discente da Metodista v.1, n.1, p. 23-27, jan.dez.2013.

OLIVEIRA, Tiago Rege. *Um breve histórico do movimento pentecostal moderno e da igreja assembleia de deus no brasil*. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar (2011) n.º 6 p. 247 – 251.

Oro, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Guilherme Alberto. *O Comportamento Eleitoral do Evangélicos no Brasil: Uma Leitura Contextual*. 21st World Congress of Political Science - July 12 to 16. Santiago / Chile, 2009.

SANTOS, Douglas Alessandro Souza. *Reforma 500 anos: protestantismo no Brasil ontem e hoje*. GT 14 – Religiões e religiosidades: vivências religiosas na contemporaneidade. XVI Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unesp-Araraquara. Comunicação oral, 2017.

SOUZA, André Ricardo De. *“O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008”*. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 1, n. 3, p. 1–23 2009.

\_\_\_\_\_. *Os evangélicos nas eleições municipais*. Revista Eletrônica Correlatio n. 17 - Junho de 2010.

\_\_\_\_\_. *A concorrência neopentecostal*. In: XXVIII Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo. Caderno de Resumos da XXVIII RBA. São Paulo: ABA, 2012. v. 1.

STEIL, C. A.; TONIOL, Rodrigo. *A trajetória dos Direitos Humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral*. In: Pedro Ribeiro de Oliveira; Geraldo de Mori. (Org.). **Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política**. 1ed.São Paulo: Paulinas, 2012, v. , p. 75-88.

TEGETHOFF, Mareile Seeber. *A igreja universal do reino de deus — produto bem-sucedido da cultura brasileira? — um estudo antropológico*. Ci & Tróp. Recife, v. 25,n. 2,p. 23 7-259, juL/dez, 1997.

VITAL DA CUNHA, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

WEEKS, Jeffrey. *O Corpo e a sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WULFHORST, Ingo. *O Pentecostalismo no Brasil*. Estudos Teológicos, 35(1):7-20, 1995.